



Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Filiada à Associação Psicanalítica Internacional desde 1963 e
à Associação Brasileira de Psicanálise

Presidente

Carlos Gari Faria

Secretário

Paulo Fonseca

Secretário Científico

Juarez Guedes Cruz

Tesoureiro

Gerson Isac Berlim

Conselheiros

Cláudio Laks Eizirik

Paulo Martins Machado

Diretor do Instituto

Luiz Carlos Mabilde





ISSN 1413-4438

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802-A

90010-210 - Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 224-3340

Volume V - Nº 1 - Abril -1998

Editor

Mauro Gus

Co-Editor

Joel Nogueira

Conselho Consultivo

Alírio Torres Dantas Junior - SPR • Bruno Salésio da Silva Francisco - SPPel • Carlos Edson Duarte - SPRJ • Carlos Gari Faria - SPPA • Elias Mallet da Rocha Barros - SBPSP • Leopold Nosek - SBPSP • Luiz Carlos Meneghini - SPPA • Luiz Emmanuel de Almeida Levy - SBPRJ • Ney Couto Marinho - SBPRJ • Paulo Martins Machado - SPPA • Plínio Montagna - SBPSP • Sérgio Paulo Annes - SPPA

Conselho Editorial

Cláudio Laks Eizirik • David Epelbaum Zimerman • Flávio Rotta Corrêa • Germano Vollmer Filho • Isaac Pechansky • Luiz Carlos Mabilde • Marlene Silveira Araújo • Paulo Fernando B. Soares • Paulo Fonseca • Roaldo Naumann Machado • Romualdo Romanowski

Comissão de Redação

Anette Blaya Luz • Carmem Emília Keidann • José Carlos Calich • Jussara Schestatsky Dal Zot • Patrícia Fabrício Lago • Paulo Oscar Teitelbaum • Raul Hartke • Ruggero Levy •

Secretária Executiva

Irma Angela Manassero

Revisão

Clotilde Favalli

Capa

Mireille Bellelis Rossi

Composição

Luiz Cezar F. de Lima

Impressão

Gráfica Editora Pallotti



R 454

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre /
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre. – Vol. V, nº 1 (abr., 1998)
– Porto Alegre: SPPA, 1998, –

Quadrimestral

ISSN 1413-4438

1. Psicanálise – Periódicos I. Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

CDU: 159.964.2 (05)
616.89.072.87 (05)

CDU: 616.891.7

Bibliotecária Responsável: Mônica Nodari Borges
CRB/10 - 900





Abril/1998 - Vol. V - Nº 1

S U M Á R I O

EDITORIAL

Virada do milênio: o desafio atual da psicanálise
MAURO GUS - 1

PALAVRA DO PRESIDENTE

A Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre aos trinta e cinco anos
CARLOS GARI FARIA - 3

ARTIGOS

Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo em Proust e Bion
CLAUDIO CASTELO FILHO - 9

Clinica das adições e os problemas metodológicos em psicanálise
DAVID MALDAVSKY - 31

O contexto social de nosso tempo e seus efeitos sobre o tratamento psicanalítico
JANINE CHASSEGUET-SMIRGEL - 51

Investigação em metapsicologia
Simbolização em psicanálise
MYRTA CASAS DE PEREDA - 69

Significação ou ressignificação da experiência infantil
R. HORACIO ETCHEGOYEN - 81

Contratransferência: para além de uma visão totalística
SUZANA D. FORTES - 95

ENTREVISTAS

Entrevista com DANIEL WIDLÖCHER - 109

CEM ANOS DE CINEMA E PSICANÁLISE

Comentário sobre o filme A excêntrica família de Antônia
ANETTE BLAYA LUZ - 125

CEM ANOS DE PSICANÁLISE. REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Resenha: O estágio do espelho como formador da função do ego (eu) tal como nos é revelado na experiência psicanalítica, de Jacques Lacan
PAULO OSCAR TEITELBAUM - 137

Comentário sobre O estágio do espelho como formador da função do ego tal como nos é revelado na experiência psicanalítica, de Jacques Lacan
ALÍRIO DANTAS JR. - 141





Atenção montador

a página **nas costas do sumário** é branca





Editorial

Virada do milênio: o desafio atual da psicanálise

O quinto volume de nosso periódico abre-se com um editorial diferente dos habituais textos em que resumimos e adiantamos conteúdos e seus autores. Pretendemos que seus artigos falem por si. É pluralista? É. É ecumênico? Não. Então, que publicação é esta? A resposta parece-me ser a seguinte: é um desafio. Desafio que acompanha o fim do século e os propósitos que o movimento psicanalítico traz, hoje, em seu bojo. Autores que buscam sínteses, que ousam na dialética de nossos dias. Somos psicanalistas e, como tal, devemos ler, e muito, todos os autores para poder-mos criticá-los.

Em seus trinta e cinco anos de vida, nossa Sociedade cresceu não só em número, mas também, muito especialmente, na forma de pensar nossa ciência. Busca novos parâmetros, cruzando-os com outras áreas do conhecimento. Enriquece-se com as opiniões da cultura e da comunidade, na ligação com o Estado e instituições ou institutos que, inquietamente, encontram pontos de contato conosco, tangenciando segmentos que frutificam em novas sínteses.

Daniel Widlöcher escreve, em seu Guest Editorial do IJPA, de fevereiro de 1998, volume 79, parte I, página 10: “*A psicanálise somente vive das dificuldades encontradas em sua prática*”. E assim desenvolvemos nossa capacidade negativa de lidarmos com o não saber, os opostos, as adversidades e as diferenças.

Essa é nossa proposta e a visão que nos deve nortear numa publicação que se quer atual e aberta aos novos conhecimentos.

Aos nossos leitores desejo que aproveitem a diversidade deste número.

Mauro Gus
Editor





Atenção montador
a página **2** é branca





Artigos





Atenção montador
a página **8** é branca





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo em Proust e Bion*

*Claudio Castelo Filho***, São Paulo

O autor utiliza trechos da obra de Marcel Proust, “Em Busca do Tempo Perdido”, para ilustrar o que realiza serem as condições propostas por Wilfred Bion em seus trabalhos “Notas Sobre Memória e Desejo”, “Evidência” e “Transformações” sobre o estado de mente necessário para se fazer observações em psicanálise.

O afastamento de memórias e de desejos como “curar”, “compreender”, “entender”, etc., e do vértice moral na observação analítica, é fundamental para a captação da realidade psíquica não sensorial, do “Objeto Psicanalítico” (ver Bion, em “Learning From Experience”). O autor utiliza situações do romance e de sua prática clínica para ilustrar o que entende por Objeto Psicanalítico.

Nos trechos destacados pelo autor que se encontram, respectivamente, em “Du Côté de Guermantes” e em “Le Temps Retrouvé”, Proust descreve, de forma genial, de que maneira a observação ingênua (que está centrada no sensorial) das situações ou quando ela é feita impregnada por desejos de satisfação e memórias, prejudica ou mesmo impede a captação da essência, da “alma” de um evento. Fragmentos clínicos são utilizados pelo autor para ilustrar suas “realizações”, aproveitando para fazer alguns comentários a res-

* Este trabalho foi apresentado em reunião científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo e como tema livre do XVI Congresso Brasileiro de Psicanálise Gramado, RS, no dia 02 de maio de 1997.

** Membro Efetivo da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.





Claudio Castelo Filho

peito de delírios e sobre os estados depressivos mobilizados pela recuperação da noção de tempo (perdido).

O autor também considera que o conhecimento da literatura clássica é de grande importância na prática do psicanalista, para que esse tenha Modelos à sua disposição. Faz uma apreciação da obra de Proust, destacando como esse escritor coloca, de forma estética, captações que foram depois descritas de maneira científica nos trabalhos de Freud, Klein e Bion. Durante o evoluir do romance, podem ser observadas de maneira ímpar, além das questões sobre memória e desejo, descrições de estados delirantes, obsessivos, etc., e, de uma maneira marcante, evoluções de situações esquizo-paranóides para depressivas.

“.....le talent de la Berma, qui m’avait fui quand je cherchais si avidement à en saisir l’essence, maintenant, après ces années d’oubli, dans cette heure d’indifférence, s’imposait avec la force de l’évidence à mon admiration.”..... Marcel Proust – “Le Côté de Guermantes I – Collection Folio – Gallimard, 1954, pag.56 in “À la Recherche du Temps Perdu”.

“Mon impression, à vrai dire, plus agréable que celle d’autrefois, n’était pas différente. Seulement je ne la confrontais plus à une idée préalable, abstraite et fautive, du génie dramatique, et je comprenais que le génie dramatique, c’était justement cela. “.....” Nous avons apporté avec nous les idées de “beauté”, “largeur d’style”, “pathétique”, que nous pourrions à la rigueur avoir l’illusion de reconnaître dans la banalité d’un talent, d’un visage corrects, mais notre esprit attentif a devant lui l’insistance d’une forme dont il ne possède pas d’équivalent intellectuel, dont il lui faut dégager l’inconnu.”.... Idem, pag. 58. (Os grifos são meus).

“Comme un géomètre qui dépouillant les choses de leurs qualités sensibles, ne voit que leur substratum linéaire, ce que racontaient les gens m’échappait, car, ce qui m’intéressait, c’était non ce qu’ils voulaient dire, mais la manière dont ils le disaient, en tant qu’elle était révélatrice de leur caractère ou de leurs ridicules;.....Aussi le charme apparent, copiable, des êtres m’échappait parce que je n’avais pas la faculté de m’arrêter à lui,.....Il en résultait qu’en réunissant toutes les remarques que j’avais pu faire dans un dîner sur les convives, le dessin des lignes tracées par moi figurait un ensemble de lois





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo...

psychologiques où l'interêt propre qu'avait eu dans ses discours le convive ne tenait presque aucune place"..... Marcel Proust – “Le Temps Retrouvé” – Collection Folio – Editions Gallimard, 1954, p.41, in “À la Recherche du Temps Perdu”.

“Tant de fois, au cour de ma vie, la réalité m'avait déçu parce qu'au moment où je la percevais, mon imagination, qui était mon seul organe pour jouir de la beauté, ne pouvait s'appliquer à elle, en vertu de la loi inévitable qui veut qu'on ne puisse imaginer que ce qui est absent. Idem, p. 229.

“O talento da Berma, que me escapou quando eu procurava tão avidamente capturar-lhe a essência, agora, depois desses anos de esquecimento, nesta hora de indiferença, impunha-se com a força da evidência à minha admiração”..... Marcel Proust, “O Caminho de Guermantes I” – Collection Folio – Editions Gallimard, 1954, p. 56, in “Em Busca do Tempo Perdido”.

“Minha impressão, para falar a verdade, mais agradável que aquela de outrora, não era diferente. Somente eu não a confrontava mais a uma idéia preestabelecida, abstrata e falsa, do gênio dramático, e eu compreendia que o gênio dramático era justamente aquilo. “.....” Trazemos conosco as idéias de “beleza”, “amplitude de estilo”, “patético”, que nós poderíamos a rigor ter a ilusão de reconhecer, na banalidade de um talento, de um rosto corretos, mas nosso espírito tem diante de si a insistência de uma forma da qual ele não possui equivalente intelectual, da qual é necessário ressaltar o desconhecido.” Idem, p.58. (Os grifos são meus).

“Como um geômetra que despojando as coisas de suas qualidades sensíveis, vê apenas o seu substratum linear, o que diziam as pessoas me escapava, pois, o que me interessava, era não o que elas queriam dizer, mas a maneira com que o diziam, no que ela era reveladora de seus caracteres ou de seus ridículos..... Também o charme aparente, copiável, dos seres me escapava, pois eu não tinha a faculdade de me fixar nele..... Resultava que, reunindo todas as observações que eu tinha podido fazer de um jantar sobre os convivas, o desenho das linhas traçadas por mim configurava um conjunto de leis psicológicas onde o interesse próprio que teve o conviva no seu discurso não tinha quase nenhum lugar”. Marcel Proust, “O Tempo Redescoberto”, Collection Folio, Gallimard, 1954, p.41, in “Em Busca do Tempo Perdido”.

“Tantas vezes, no curso de minha vida, a realidade me decepcionara porque, no momento em que eu a percebia, minha imaginação que era meu único ór-





Claudio Castelo Filho

gão para gozar a beleza, não podia se aplicar a ela, em virtude da lei inevitável que determina que só possamos imaginar o que está ausente.” Idem, p.229. (Os grifos e a tradução livre do francês, são meus).

Através dos trechos extraídos do romance *Em Busca do Tempo Perdido*, de Marcel Proust, penso que se pode “realizar” as idéias e sugestões de Bion sobre a condição mental necessária para haver observação psicanalítica.

Os extratos ilustram de modo muito perspicaz o que penso estar proposto nos trabalhos *Notes on Memory and Desire* e *Evidência*. Nesses (especialmente no primeiro), Bion propõe que o trabalho analítico deva ocorrer na ausência de memórias (incluindo a memória de teorias psicanalíticas) e desejos (de compreensão, de cura, de melhora do paciente, de entendimentos, etc.). Cada sessão psicanalítica deve ser tomada como única, sem passado e sem futuro. O paciente sendo sempre um novo paciente, alguém que nunca se viu antes, um desconhecido. O analista deve procurar manter a disciplina de afastar (caso surja) qualquer desejo de curar, melhorar o paciente e a lembrança de teorias ou memórias que possam “esclarecer” o que esteja ocorrendo ou sendo relatado na sala. Esses desejos e memórias impediriam o analista de tomar contato com os eventos que se estariam desenrolando, ocorrendo, naquele instante presente, único e insubstituível em que ele e seu analisando se encontram e estão juntos.

A angústia de estar diante do novo e desconhecido é um dos fatores que podem levar o analista a se precipitar e procurar socorro em memórias de situações anteriores, o que de modo algum significa que correspondam aos eventos que se deram, de fato, no passado, visto que memórias não são confiáveis, como percebeu o próprio Freud desde há muito com suas pacientes histéricas – ou teorias psicanalíticas que “expliquem” e “esclareçam” o que estaria acontecendo. Essa atitude pode até aliviar momentaneamente o paciente e o analista da estranheza, angústia e ignorância do que estariam vivendo, dando-lhes a falsa impressão de reassentimento e de que sabem do que se trata.

Outro motivo que pode fazer com que o analista se precipite e “explique” o que “estaria acontecendo” seria o seu desejo narcísico de confundir-se com um objeto ideal e grandioso capaz de curar, esclarecer e aliviar os sofrimentos de seus pacientes, operando verdadeiros milagres e tendo solução para todos os mistérios.

O fenômeno da “cegueira” de um observador em função de suas expectativas, desejos e memórias está, do meu ponto de vista, magistralmente descrito por Proust, principalmente na passagem em que o narrador vai ao teatro (o Opéra) onde há um espetáculo de gala no qual uma das atrações é a apresentação de uma famosíssima





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo...

atriz chamada Berma, que, segundo o biógrafo de Proust, George Painter, seria uma personagem composta principalmente pela fusão de duas atrizes célebres do teatro francês do fim do século XIX, Sarah Bernhardt e Réjane, em um trecho da peça *Phèdre*, de Racine.

O narrador do romance (cujo nome nunca é mencionado, assim como o de seus familiares, somente a empregada que os acompanha tem nome, Françoise), quando criança, havia passado muito tempo de sua vida ouvindo falar dessa atriz e conhecia minuciosamente o texto de Racine que a consagrara. Depois de muito ansiar por e pedir uma oportunidade para vê-la atuar, ele é atendido pela avó, que o leva ao teatro.

Sua decepção é enorme. O que se desenrola no palco não tem nada a ver com o que ele imaginara que seria a grande interpretação daquela atriz para aquele grande texto. A experiência não corresponde ao que ele tanto ansiara encontrar. O final do espetáculo é sucedido por uma situação que o deixa perplexo e espantado: a atriz é entusiasticamente aplaudida pelo resto da audiência. Ele não entende o que as outras pessoas poderiam ter percebido que justificasse todo aquele entusiasmo. Retorna a casa com esse paradoxo. Essa passagem está no volume “À l’ombre des jeunes filles en fleur”.

A situação da noite de gala transcrita no início deste trabalho ocorre anos depois, quando o narrador já se tornou moço. Ele vai ao Opéra, mais interessado no aspecto social e mundano do acontecimento (nas princesas e duquesas que estariam presentes) do que no espetáculo propriamente dito. No que se refere à possibilidade de rever a Berma, ele chega a sentir-se melancólico tal a sua indiferença em relação a algo que, no passado, o levou a preferir sacrificar sua precária saúde para assistir.

Precisamente por estar indiferente, sem expectativas quanto ao que vai ver, sem estar obstruído por preconceitos e desejos, surpreende-se com a experiência que tem, quando a atriz entra em cena. Ele pode, então, dar-se conta do que era de fato uma grande atuação de uma grande atriz de um grande texto. Na situação anterior, embora o narrador presuma que deveriam estar presentes os mesmos elementos, estava incapacitado de observar o fenômeno e captar sua essência.

A realidade que importa captar numa análise não é a realidade sensorial e, sim, a realidade psíquica não sensorial, algo que, tirando a conotação religiosa do termo, poderia equivaler a “alma” ou “espírito”. Isso não quer dizer que não seja necessário o uso dos órgãos dos sentidos e da captação sensorial da situação. Isso é imprescindível. O que importa, no entanto, não é se ater às impressões sensoriais, mas ao que for possível intuir da essência daquilo que está manifesto sensorialmente. Da mesma maneira que Freud sugere que nos aproximemos dos conteúdos manifestos dos sonhos. Não é possível perceber, captar, intuir a essência do sonho sem termos acesso ao conteúdo manifesto (sensorialmente), no entanto, o que interessa ao

Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998 □ 13





Claudio Castelo Filho

analista não é essa aparência, mas aquilo que não é aparente, visível: a essência, a alma (ou, usando a linguagem de Freud, o latente) daquilo que se desenrola na sala de análise.

Em *Le Temps Retrouvé*, penso que o narrador descreve a qualidade de observação que é necessária, no meu ponto de vista, num trabalho analítico. O que seria preciso para a captação da “alma” de uma situação ou de um indivíduo.

Nesse segundo trecho que escolhi, o narrador, já homem maduro, após ler o que seriam os diários dos irmãos Goncourt (cronistas franceses do século passado que Proust parodia no romance) a respeito de pessoas da alta sociedade com quem sempre convivera, sente-se estupefato por não reconhecer nenhuma das pessoas descritas, apesar de terem os mesmos nomes e endereços das que conhecia. Ele se angustia inicialmente com a possibilidade de ser alguém incapaz de observar situações, visto não reconhecer o que mencionavam os Goncourt. Em seguida, ele começa a refletir e considerar que talvez não se tratasse de sua incapacidade de observar, mas que ele estaria atento a outro nível da realidade. O narrador percebe, então, a ingenuidade dos cronistas, que atentariam apenas para os aspectos superficiais, sensoriais, às aparências dos fatos, considerando apenas aquilo que seus interlocutores lhe diziam que faziam e suas intenções manifestas. Ele, por outro lado, dava pouca importância ao conteúdo do que lhe diziam os convivas de um jantar ou de uma noitada, ou às suas intenções declaradas, ficando atento à maneira como esses expunham suas comunicações – das quais ele podia intuir os aspectos de personalidade das pessoas em questão. O narrador estava atento não ao que as pessoas diziam que faziam ou estavam fazendo, mas àquilo que estaria, de fato, se passando na situação, de modo que, através desse tipo de observação, pudesse captar os aspectos não sensoriais: a alma do momento ou da pessoa com quem se relacionava. Quantas vezes não captamos uma extrema arrogância e presunção em pessoas que se apresentam como sendo muito humildes e modestas, por exemplo?

Aqui, penso que se poderia fazer uma ressalva quanto à maneira de observar do narrador. Há ainda algo que contamina uma observação psicanalítica e que precisaria ser afastado dela: são as apreciações e julgamentos de ordem moral e valorativa. O vértice moral é um fator restritivo de uma observação, compromete-a e impede um possível uso criativo e transformador dos fenômenos que possam ser intuídos. O vértice moral impossibilita expansões, em função de haver o “como deveria ser”, o “como seria certo que fosse”, o “que deveria ser visto”.

Nesse ponto vou ilustrar, com minha experiência clínica, o que considero que pude captar de não sensorial numa série de comunicações delirantes. Nessas situações, principalmente na segunda e na terceira, do ponto de vista sensorial, “objetivo”, não haveria justificativas para elas, mas, do ponto de vista da realidade psíquica





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo...

não sensorial, sim. Também considero que as situações a seguir evidenciam a não necessidade de “históricos” da análise ou conhecimentos precedentes sobre os “casos.” As situações, do meu ponto de vista, também só puderam ser intuídas por não haver, da parte do analista, nenhuma preocupação em ter que entender o que se passava, nem precisar resolver ou aliviar a angústia dos pacientes (embora isso eventualmente possa ser uma consequência, caso ele, analista, venha a intuir algo e o comunique ao analisando). O que surgiu foi inteiramente novo na situação e nunca pensado, conhecido pelo analista e pelo paciente anteriormente.

A verdade nos delírios

a) A paciente A., muito angustiada, não tem elementos, mas fica procurando algo que evidencie que seu marido tem caso com outras mulheres, tem uma amante ou mesmo várias. Diz que não consegue tirar isso da sua cabeça, que não tem nada realmente consistente que a leve a pensar assim, mas que essa idéia fica torturando-a dia e noite.

Eu lhe digo, em função de associações que ela já havia feito na sessão a respeito de seu relacionamento com o marido, que ela tinha razão, que era verdade que seu marido se relacionava com outras mulheres que não com ela e que era ela própria a responsável por isso. Visto que ela dizia que passava o tempo todo procurando corresponder ao e ser o que ela imagina que o marido quer ou diz querer (segundo ela) que ela seja. A paciente tem pavor de que ele possa vê-la como ela de fato seria, que ele saiba o que ela realmente pensa das situações de que participam que difira do que ele diz ou do que ela pensa que ele pensa. Considera que seria rejeitada e abandonada, se aparecesse como de fato pensa ser, com suas idéias e gostos próprios. Digo-lhe que, se ele tem amantes, de fato ou não, por iniciativa dele mesmo, eu não tenho como saber nem verificar, mas que eu percebo que ela vive lhe apresentando e oferecendo, para ter relações sexuais e conjugais, outras mulheres que não ela própria. Ela mesma as apresenta a ele, oferecendo-lhe as mulheres que ela considera que ele quer encontrar, ou basta que ele diga como é que uma mulher deve ser, que ela logo procura providenciar para que ele tenha essa mulher em detrimento dela própria. Portanto, ela vive a observá-lo e tem elementos para estar convicta, visto ser verdade, de que seu marido tem relações sexuais, e de toda espécie, diante dos seus próprios olhos e com sua própria colaboração, com outras mulheres que ela “produz” para ele. Mesmo quando ele “transa” com ela, na verdade está transando com outra. É realmente com motivos que ela se sente passada para trás, sendo ela mesma a primeira a se incumbir disso.

Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998 □ 15





b) A paciente B., bastante perturbada e delirante, acredita que eu estou mancomunado com pessoas do seu trabalho (que eu nunca vi) com as quais vive brigada e pelas quais se sente muito perseguida. Acha que estou tramando com elas roubar-lhe o lugar na análise e tudo que ela tem de capacidades e desenvolvimento profissional. Não sabe direito como, mas considera que pode mesmo ser através dela própria que isso ocorra, quando está no seu emprego; de alguma maneira, essas pessoas ficam sabendo de coisas dela que eu lhe digo e acabam, dessa forma, roubando-lhe a análise. Também está convicta de que uma dessas pessoas que ela odeia vem ao meu consultório para tramar comigo ficar no seu lugar.

Após muitas tentativas infrutíferas de minha parte de abordar esse delírio, acabo fazendo a seguinte consideração: indago-lhe se não achava que, de qualquer forma, não era uma coisa muito louca (porque penso que o maior problema de uma pessoa não é ser louca, é não sabê-lo, pois, se o percebe, pode se cuidar/tratar), da parte dela, querer continuar me consultando, vindo a meu consultório, se me achava capaz de fazer coisas tão horríveis para ela. A paciente fica perplexa, parece que aquilo lhe faz sentido, ri, mas, depois, fica séria e diz, meio solene: “Eu posso ser mesmo louca, mas fulana e beltrana (as tais que “estão” em conluio comigo) são muito mais loucas; se você visse, você ia ver como elas estão muito piores do que eu...” e passa a enumerar como uma metralhadora, em voz alterada e irada, num volume que só gritando para interrompê-la e ela ouvir, todas as dificuldades, complicações, perturbações, loucuras e maldades que atribui a essas pessoas. Sinto-me impossibilitado de interferir nisso e ela gasta praticamente toda a sessão nessa enumeração. Quando, finalmente, faz uma pausa, no final, eu lhe digo que ela tinha toda razão, de fato, de achar que aquelas pessoas roubavam o seu lugar ali comigo, que ficavam com sua análise e que tinha sentido quando ela dizia que, de alguma maneira, através dela, aquelas pessoas ficavam com a “conversa” que tinha comigo, porque era isso mesmo que acontecia: eu estava ali e observava que ela própria era quem trazia aquelas pessoas para serem analisadas por mim, que ela própria ocupava o tempo todo da sessão chamando minha atenção para o que considera que são os problemas dessas pessoas, de modo que ela, B., não tinha vez, mesmo, ali. Era verdade que tudo o que ela possuía, as oportunidades de que dispunha iam mesmo para essas pessoas, visto que, toda vez que eu tentava abordar suas dificuldades e delas me ocupar, ali, com ela, ela trazia para dentro da sala aquelas pessoas e ela não aparecia mais. Aquelas “pessoas” tomavam mesmo o seu lugar. O que ela não considerava, continuo, é que era ela mesma, de fato, que as trazia para ficarem no seu lugar.

A paciente ri e diz: “Mas se é assim, então eu posso mandar elas embora?” Eu lhe respondo: “O que é que você ainda está aguardando para fazer isso? Você tem medo de ficar sozinha aqui comigo? Teme ter de se haver com suas próprias dificul-





dades?” “Eu nunca pensei que pudesse mandá-las embora, sempre achei que elas pudessem fazer isso comigo!... Xô! Vão embora daqui!” (diz rindo). Em seguida fica séria e parece ter-se angustiado. E é o fim da sessão.

c) O paciente C. começa a sessão irritado e tenso. Faz uma série de associações sobre fatos do seu cotidiano. Teço alguns comentários de senso comum. Ele se irrita e se contrai. Comenta que ouve e que tem a convicção de que o que eu lhe falo são recriminações, que eu estava lhe dizendo que o que ele fez é “errado”, que devia ter agido de outra maneira que seria a “certa”, que eu o estava censurando por não ter agido como eu esperava. Irrita-se por eu querer dirigir a sua vida. Digo-lhe que considero não ter feito nada do que ele me atribui, mas que não posso e nem tenho a intenção de lhe demonstrar isso. Pode até ser, prossigo, que eu possa ter agido assim, embora não considere que o tenha feito. Digo que, de qualquer maneira, isso não é minha função e seria uma distorção da análise. Digo-lhe que considero a hipótese que ele me ouve dessa maneira por ser esse o modo, moral, com que ele costuma considerar as situações.

A sessão continua e, já perto do final, depois de C. dizer uma porção de coisas, observo-lhe algo que parece ter bastante sentido para ele. O paciente fica impactado, diz que aquilo faz muito sentido, mas, ao mesmo tempo, começa a ficar aflito e irritado por não saber como agir com essa percepção. Diz: “O que eu faço agora? Que que eu faço com isso agora? Você me deixa assim? Você diz isso, eu percebo, e agora eu não sei o que fazer disso!”... (fico em silêncio)... “Você não vai me dizer o que fazer?”... (continuo sem dizer nada)”... “QUE SACANAGEM!!” Aproveito, então, a situação e lhe descrevo o início da sessão, quando ele se queixava de que eu estaria tentando controlar sua vida e lhe dizendo o que devia fazer, recriminando-o pelo que não fizera, censurando-lhe o que tivesse feito que não era do meu agrado. Indago-lhe se percebia agora, com o que ele mesmo estava dizendo, que era ele próprio que me investia de autoridade, empurrando-me para essa função e exigindo de mim que a desempenhasse, exigindo que eu funcionasse exatamente da maneira que me atribuíra no início e pela qual, ele sim, havia-me recriminado. Digo-lhe que constato que, além do mais, ele estava-se irritando e ficando furioso por eu não me propor, por não ser mesmo minha função dizer-lhe o que deveria ou não fazer. O paciente fica em silêncio e pouco depois encerro a sessão.

Considero que o âmago da questão dos delírios de auto-referência é o da realização de desejos equivalente àquela que ocorre nos sonhos. Apesar de os pacientes constantemente se queixarem da perseguição paranóica e do horror de estarem constantemente vigiados e espreitados, perseguidos por algozes, o que há encoberto é uma enorme satisfação alucinatória do desejo de serem importantes, importantes para os outros. Como nos sonhos, são sempre protagonistas e podem ser tudo que quise-





Claudio Castelo Filho

rem. O maior medo que têm, na realidade, é de passarem despercebidos, de não serem notados, que não se saiba de suas existências. Entro aqui numa conjectura, na qual faço uma espécie de construção. Nesta conjectura, considero que isso corresponderia a necessidades e memórias de tempos remotos de suas vidas que não foram elaboradas. A necessidade seria de ser importante para a mãe quando se é um recém-nascido ou um pequeno bebê, que está à mercê dela. A memória seria de haver uma insegurança nessa relação com a mãe (pais), correspondendo a uma incerteza de poder, de fato, contar com ela (para a sobrevivência e tudo mais), gerando-se uma necessidade de reassuramentos alucinatórios que compensem a falta de confiança na relação com o seio/mãe reais. Isso pode ter ocorrido tanto em função de limitações e dificuldades reais da mãe quanto por questões intrínsecas daquela pessoa (fatores de personalidade tais como a inveja constitucional).

Os pacientes, quando deliram, estão, de uma certa forma, se reassurando e realizando o desejo de serem o centro do universo. Tudo o que ocorre lhes diz respeito. Não podem tolerar que assim não seja. Todo mexerico só pode ter a ver com eles. Tudo tem a ver com eles. É uma realização de desejo, um sonho do qual não querem acordar que vira pesadelo. Vira pesadelo, porque a realidade nunca deixa de se impor e ninguém consegue viver de sonho. Ficam perseguidos de fato, a meu ver, pela realidade. Por outro lado, também podemos ver o sonho virar pesadelo de outro modo. Algo como as estrelas de cinema ou do rock, ou a princesa Diana, que realizam, de uma certa forma, o “sonho” de serem o centro de atenção de todo o planeta, mas que isso, ao mesmo tempo, são os seus pesadelos (a perseguição dos fãs, dos paparazzi, a falta de privacidade, o mexerico dos jornais de escândalo, o temor da inveja e dos atentados assassinos, terroristas, etc.) Aos delirantes, acrescenta-se um problema a mais, por viverem como se fossem estrelas ou reis, sem de fato o serem. Poder-se-ia também considerar que as pessoas ilustres delirantes têm mais outro problema (para reconhecerem suas perturbações mentais): haver, na realidade, elementos que dão substância aos delírios.

Considero que seus equívocos, com os quais costumam trabalhar, são de não perceberem que a etapa de suas vidas, em que dependiam intrinsecamente de suas mães/pais para sobreviverem, já passou. Que eles já sobreviveram a isso e que, presentemente, o que necessitam é serem importantes para si mesmos (não para o analista ou qualquer outra pessoa), que precisam, basicamente, de suas próprias atenções para as pessoas que de fato são. Não é a atenção de outros que decidirá suas vidas. Aqui entram diversos outros problemas sobre os quais não vou mais me estender para não saturar, tais como a dificuldade dos pacientes em se apartarem das satisfações alucinatórias geradas pela megalomania e a possibilidade de se aceitarem bem menos “poderosos” do que gostariam de ser (equivalente à situação experimentada pela hu-





manidade, quando Copérnico e Galileu colocaram a questão do heliocentrismo). A possibilidade de ocorrer uma abertura nessa situação está em apresentar-lhes o que penso serem as vantagens de eles considerarem-se realisticamente, para mitigarem o ódio que têm da condição humana, contrapondo-as com o preço que pagam para obterem satisfações de natureza espúria.

Procurar manter a disciplina de afastar memórias e de ver o paciente como um novo paciente, a cada encontro, não significa que a experiência anterior que o analisado tenha com o analisando não possa ser utilizada. Aqui, considero que entra o conceito de “evolução” proposto por Bion, que difere do uso de memórias e lembranças. Esse conceito também tem uma constatação/intuição similar, paralela em Proust. Na “evolução”, os dados, as informações oferecidas pelo paciente, no decorrer de inúmeras sessões de análise, ficam “armazenados” para poderem ser utilizados quando surgir um “fato selecionado” que os integre e lhes dê um sentido. Quando digo “armazenar”, não estou falando de um registro consciente e deliberado de dados e observações. Muitas vezes, durante nosso trabalho, quando não temos nada a dizer ao paciente sobre o que observamos (porque não surge nada que dê sentido ao que está sendo captado), os pacientes se zangam por terem perdido a sessão, o seu tempo e seu dinheiro, por terem vindo para que tudo o que nos informaram se perdesse no esquecimento. O que costumo dizer é que não há nada perdido. Aquelas informações não estão perdidas. Algum dia, pode ser que aquilo que não fez sentido naquele momento possa adquiri-lo num outro, se surgirem novos elementos que ajudem a iluminar o que tenha ficado obscuro.

Essa não é, entretanto, uma operação racional e consciente. Os dados que ficaram sem sentido precisam ser esquecidos pelo analista. Devem ser deixados de lado para que os sentidos possam estar desobstruídos para a captação dos elementos novos que possam surgir. Quando algo finalmente fizer “liga”, aquilo que ficou “esquecido” reaparecerá sem nenhum esforço deliberado ou consciente da parte do analista. Surgirá de forma espontânea e surpreendente, numa experiência emocional de “insight”. Essa operação não tem nada a ver com a busca de lembranças de situações passadas que expliquem o que não está podendo ser intuído na experiência presente (que seria o que considero que Bion chamou de uso de memórias). É algo involuntário, espontâneo e inusitado. O passado não pode esclarecer o presente e, sim, um insight, no presente de uma situação atual, pode lançar luz sobre eventos do passado, apesar de isso não ser o que realmente importa. O que importa é esse insight no presente poder ser útil para a vida que a pessoa (paciente) tem pela frente.

Novamente vou ilustrar essa questão como eu a realizo, com a minha experiência clínica e com a obra de Proust.

d) O paciente D, adulto, chega na sessão muito transtornado e enfurecido.





Claudio Castelo Filho

Está convencido de que foi preterido pela paciente anterior (sua conhecida), numa questão de escolha de horários. Eu teria preferência pela “anterior”, a quem eu “atendia” em tudo o que me solicitasse, ao contrário dele que era sempre passado para trás, principalmente quando se tratava dessa sua conhecida. Tudo que era bom ficava para a outra, enquanto que, para ele, paciente D., eu dava os restos com desprezo. Fica enfurecido, não há o que conversar porque ele sabe que aquilo é a pura verdade, que tudo que se dissesse em sentido contrário seria mentira, que ele estava vendo como eu funcionava, etc., etc.

Após muita gritaria do paciente, após lamentar-se da minha crueldade e exigir que eu o tratasse como ele “sabe” que eu trato a outra, fica em silêncio emburrado e com muito ódio. Nesse momento, começo a me dar conta de que o paciente está tão ocupado em se lamentar de não ter o que ele acredita que a outra tem, que ele acaba ficando impossibilitado de aproveitar o que seria possível ter ali comigo (a começar pelo fato de eu estar disponível e atendendo-o fora de seu horário habitual, numa substituição a um feriado, quando não haveria sessão). Comunico-lhe isso. Ele continua muito zangado, dizendo que o que eu lhe dava era insignificante em relação ao que eu dava aos outros. Eu lhe digo que, mesmo que isto fosse verdade, o que eu achava que não era o caso, mendigar ou exigir minha consideração não faria com que ele a obtivesse. Se eu, de fato, não o considerasse, isso não mudaria, mesmo com sua cobrança. Por que ele insistia e gastava seu tempo a exigir de alguém o que ele considerava que esse alguém não tinha para lhe dar? Seria mais sensato ele procurar outro que o tivesse em melhor conta para poder ajudá-lo. De qualquer forma, prossigo, isso não era o mais importante. O mais importante era o fato de ele não poder fazer uso do que tinha disponível. Até podia ser verdade que outras pessoas tivessem mais privilégios do que ele, mas o fundamental seria ele poder reconhecer o que possuía e fazer uso disso.

O paciente retruca, com raiva, que eu estava parecendo sua parenta que o criou que vivia dizendo que ele nunca estava satisfeito com o que tinha. Eu lhe disse, então, que ele não precisava ficar satisfeito com o que tinha, mas que precisava reconhecê-lo. Se ele ficava apenas invejando o que considerava ou imaginava que os outros tinham, desconsiderando o que lhe era possível, ele ficava num mato sem cachorro. Não só porque continuava sem ter o que seria dos outros, como ainda ficava sem poder fazer uso do que era possível. Conseqüentemente, ficava impossibilitado, também, de, eventualmente, “melhorar” sua situação, pois isso só seria possível ele partindo do que tinha e usando-o.

Ele parece ouvir por um instante, mas logo fica transtornado de ódio novamente. Dá-me a impressão de que vai alimentando um certo furor que, naquele instante, não me parecia mais tão autêntico como no início da sessão, como se ele qui-





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo...

sesse sentir-se furioso. Acaba se levantando, diz que quer sair e vai embora, batendo a porta.

Enquanto ele sai da sala, logo depois, tenho a sensação de uma certa iluminação sobre a vida dessa pessoa. Vem-me à mente toda sua “história” que ele tanto repetira: ter sido abandonado pela mãe que, no entanto, criou seus irmãos; ter sido criado por essa parenta; o horror com que descreve sua vida de infância “enjeitado”; a inveja com que expõe o que acreditava ser a vida dos irmãos com a mãe, mesmo depois de adulto, já tendo reconhecido como, na realidade, os irmãos passaram dificuldades e como ele se encontra numa situação mais favorável do que eles. Assim mesmo, ele continua invejando¹ algo que imagina que eles teriam tido, desejando viver outra vida que não a sua própria (a única que realmente tem para viver), querendo ser outra pessoa, em função de acreditar que outra vida seria melhor do que a que tem, etc.

Nesse ponto, considero que a situação ocorrida durante a sessão serviu para iluminar os eventos passados, dar um novo sentido a esses eventos na experiência já vivida pelo par analítico e às histórias contadas pelo paciente que me surgiram à mente, após a sessão, como uma evolução (que “vem” espontaneamente, sem precisarmos fazer nenhum esforço ou tentativa de relacionar com o que já “saberíamos”). A situação atual ilumina as passadas e não o contrário, isto é, tentar usar lembranças de relatos anteriores para esclarecer o que está ocorrendo durante a sessão.

Penso que ele precisou “fazer” esse enfurecimento no final, para evitar uma violenta depressão. A depressão do “tempo perdido”. Tempo perdido tornando-se infeliz na atividade estéril e frustrante de ficar invejando o que imagina que o outro tem. Tempo perdido das oportunidades não aproveitadas em função de se amargar pelo que não tinha. Tempo perdido de vida que não voltará mais.

Considero que esse é um dos principais fatores de ódio à análise e de suas

1. Considero que a inveja é um sentimento humano como qualquer outro, que cabe ao indivíduo, se lhe for possível, procurar aceitá-lo (conseqüentemente, aceitando-se), experimentá-lo, sofrê-lo, elaborá-lo para se possível, não atuá-lo (ou melhor, não atuar suas defesas contra o sentimento de modo a evitar sofrê-lo). A atividade de ficar invejando (atuando o sentimento) impede que o indivíduo possa aproveitar sua agressividade de modo mais útil e proveitoso para si mesmo. Dinamite pode ser usada tanto para fins úteis (como na construção de túneis e hidroelétricas) como para fazer atentados terroristas (na qual a própria pessoa pode se auto-explodir). Portanto, se o analista percebe um modo de lidar com um sentimento que ele considera que seja prejudicial ao interesse do próprio analisando, por que não poderia ele lhe apontar esse fato e informá-lo da possibilidade de lidar com o sentimento de modo que fosse mais favorável ao analisando? Ele pode apresentar esse vértice e o analisando pode verificar na sua experiência se aquilo faz ou não sentido, na prática. Não vejo nenhum problema em o analista poder apresentar alternativas, que visualize e que perceba o que o analisando não vê. O problema ocorreria caso o analista se colocasse como uma autoridade ou um guru e se o analisando também o aceitasse como tal. Se o analisando toma uma consideração do analista, não como uma sugestão a ser verificada, mas como uma prescrição a ser seguida, isso seria algo a ser explorado na própria análise dessa pessoa. Por que ela precisa transformar o analista em uma autoridade? Que função isso tem?





Claudio Castelo Filho

interrupções. Quando uma pessoa começa a se dar conta do que fez com a própria vida e da sua responsabilidade nisso. Dar-se conta do tempo perdido em modos de funcionar como os que mencionei acima é algo muito doloroso, muito sofrido. No entanto, totalmente necessário. Necessário para que a pessoa, ao fazer essa verificação, possa não mais perder tempo precioso de sua única vida e usá-lo de uma maneira útil (considerando outros modos mais realistas e eficazes de lidar com as situações) e benéfica para si (ver, a seguir, a questão de tornar-se escritor, por Proust).

Feitas as constatações e reflexões sobre essa sessão, elas devem (não por uma questão de certo ou errado, de uma prescrição religiosa, mas por uma consideração prática da experiência) ser deixadas de lado e “esquecidas” pelo analista no seu próximo encontro com o analisando. Esse último precisaria ser observado como um totalmente novo, de maneira a ser possível captar algo original e desconhecido, nunca percebido por nenhum dos dois (há o interessantíssimo trabalho de Freud, *A Note Upon The Mystic Writing Pad*, de 1924, que é muito ilustrativo a esse respeito).

No dia seguinte, ele veio num outro estado de mente, dizendo que percebera que, no dia anterior, tivera um “ataque”. Foi possível conversarmos de modo bem cordial e amistoso. Em seguida é fim de semana e, na segunda-feira, o paciente diz que viveu uma violenta depressão no domingo, quando ansiou violentamente encontrar-me... (o trabalho prossegue).

Em Proust, ele diferencia a memória voluntária da involuntária, sendo que a segunda ele considera significativa e a primeira obstrutiva. Há o famoso episódio da madeleine, em que o narrador a mergulha no chá e lhe ocorrem sentimentos que ele reconhece como muito significativos, ligados a experiências cruciais de sua existência, mas não sabe o que são em um primeiro instante. Fica buscando segurar aquela vivência fugaz, mergulhando mais vezes esse bolinho no chá e tentando sentir o gosto que se esvaece, num esforço de recuperar aquilo que vai-se perdendo. Quanto mais desesperadamente ele repete o gesto para se apropriar do que vislumbrara, mais aquilo se distancia e mais artificial e desprovida de real sentido ele sente que fica sua lembrança. Quando, finalmente, desiste de forçar a situação, deixando sua mente livre e desobstruída de desejos e de tentativas de rememorar, aquilo tudo que se esvaecera surge, emerge involuntariamente, com força e emoção considerável. Dessa experiência, escrita em *Du Côté de chez Swan*, que equivale a uma vivência de um pensamento-sonho, teria brotado toda a maravilhosa obra da *Recherche*.

Outra situação, com a qual posso exemplificar a idéia de evolução, é a própria existência deste trabalho. Eu tinha lido a *Recherche* pela primeira vez há muitos anos, quando era bem mais jovem e muito tempo antes de conhecer o trabalho de Bion. Quando passei a conhecê-lo, imediatamente me vieram os trechos da obra de Proust que, depois de vários anos, usei como estímulo guia para o que estou escre-





vendo. Foi surpreendente como, após tanto tempo, pude, além de me lembrar dos trechos, localizá-los com pouquíssima dificuldade, em meio às milhares de páginas que constituem o romance.

A psicanálise, principalmente depois das contribuições feitas por Bion, não seria algo para curar pacientes, mas teria a utilidade de apresentar uma pessoa a ela mesma, à sua essência, à sua alma, àquilo que ela é (ou, pelo menos, o mais próximo possível disso, visto que a realidade em si e última, o que Bion chamou de O, seria algo icognoscível para os humanos). Muito do que um indivíduo pode sofrer se deve a idéias equivocadas que tem a respeito de si próprio e, conseqüentemente, por ele viver em acordo com aquilo que pensa que é, ou que queria ser, ou, ainda, com o que seria “certo” ele ser. O enorme benefício que a psicanálise pode trazer a uma pessoa é a possibilidade de ela ser apresentada a si mesma (àquilo que ela não sabe nem conhece – inconsciente – de si mesma) e, portanto, poder viver mais de acordo consigo, com o que de fato é.

O que a pessoa “é” deve ser encarado pelo psicanalista como algo desconhecido, tanto para si quanto para ela. Se o analista já tiver uma idéia preconcebida do que o seu paciente é, ou deveria ser, fica impedido de observar os fatos de maneira isenta, portanto, incapaz de percebê-los como realmente são e funcionam, caso não correspondam às suas expectativas e convicções. Possivelmente acaba usando critérios morais e valorativos seus, de modo a encaixar seu paciente naquilo que acredita que ele é ou naquilo que considere que seria o “certo” ele ser (algo mais de acordo com um sacerdote), investindo-se de autoridade e podendo tornar-se mais uma espécie de guru que decidiria os destinos de outras pessoas. Isso equivaleria, de certa forma, ao que costuma ocorrer com os pacientes, que, em geral, têm idéias preestabelecidas sobre o que são e encontram enormes dificuldades para revê-las ou delas se desfazer, idéias quase sempre equivocadas e correspondendo muito pouco ou nada ao que se pode observar a seu respeito durante a experiência analítica.

O analisando sofre por viver de acordo com aquilo que pensa ser, do modo como pensa funcionar, diverso do que a experiência que vamos tendo com ele evidencia que é. Sofre por se desesperar em conseguir ser aquilo que considera que seria o “certo” ele ser. O desajuste ocorre em função de só podermos ser aquilo que de fato somos. Os modos de funcionar, caso o analisando perceba os seus como inadequados às suas necessidades presentes, é que podem eventualmente ser alterados, se o analisando vir sentido prático na sua vida para tanto e não por qualquer consideração valorativa ou moral. Também penso que este trabalho e a disciplina proposta por Bion só terão sentido, se o leitor der esse sentido através de sua prática, de sua experiência clínica e, principalmente, de sua análise pessoal.

Por exemplo, o analisando que acredita que pode ser aquilo que deveria ser ou





Claudio Castelo Filho

gostaria de ser sofre, porque acredita na onipotência, funciona como se não fosse nascido e ainda não existisse, podendo, então, determinar qual seria a sua natureza, como se essa já não existisse e não fosse inexorável.

Não haverá análise, se o analisando substituir uma idéia sua sobre aquilo que é, ou como deveria ser, por outras que ele considere ser aquilo que seu analista espera que ele seja, ou por aquilo que seu analista (que, nesta situação, não seria de fato um analista) possa realmente esperar e achar que seria o certo de ele (paciente) ser. Prevaleceria aqui, o vértice moral, religioso e messiânico. Esse quadro revelaria, a meu ver, muito mais problemas de ordem narcísica do analista, que precisaria, ele próprio, procurar elaborá-los em sua análise pessoal com outro analista.

Creio que, nesse ponto, posso me referir ao que considero que possibilita expansão e crescimento em um trabalho psicanalítico. Penso que essa minha consideração poderia corresponder ao que Bion denominou Objeto Psicanalítico no seu livro *Learning from Experience*.

Duas pessoas se encontram, no caso, analista e analisando. Desse encontro resulta algo que ocorre entre os dois: algo que não existe quando o analista está só e que também não existe quando o analisando está só. Esse “algo” só tem sua existência, só se manifesta, quando ocorre o encontro. É inerente à relação e não existe fora dela. Não está em um dos participantes e nem no outro, mas no espaço entre ambos, mesmo que não o percebam e nem se percebam um e outro. Esse algo não é visível, cheirável, audível, etc. Não é de natureza sensorial. Cabe ao analista observar esse fenômeno que se expande a partir do e durante o seu encontro com o analisando. Vou citar outro exemplo, além dos anteriores, que esclareça mais o que estou referindo.

Ao observar sua conversa com o analisando, o analista pode considerar, entre outras coisas, qual é a distância (não a distância física, apesar de essa, eventualmente, poder indicar a outra) em que o analisando se coloca dele (analista). Poderá verificar, por exemplo, que é muito grande, que um enorme espaço os separa. Que a divisão do espaço existente entre um e outro não é no meio, onde existiria a condição mais favorável para haver uma conversa real, de fato, entre dois indivíduos, mas sim, que o analisando se coloca, acurado, num canto apertado, deixando todo o resto do espaço para o analista, de modo a ficar bem afastado e distante desse. Numa situação como essa, poderíamos, por exemplo, conjecturar que o analisando fica com o analista como uma pessoa diante de uma autoridade sensorialmente constituída (autoridades não existiriam, de fato, do ponto de vista psíquico), como um réu diante de um juiz, ou um súdito diante de um rei. Muito poderia ser considerado a respeito da condição mental do analisando, partindo-se dessa observação. Mas, conservando a conjectura da “autoridade”, para que essa pessoa necessita de uma autoridade? Para eximir-se de ser responsável por si própria, ali, naquela situação com o analista? Para





que não tenha o trabalho de tomar conta de si, atribuindo essa responsabilidade ao analista, colocando-se como se fosse uma criança procurando alguém que funcionasse por si? Não se dá conta de que já é adulta (quando se trata de um adulto) e que é a responsável por sua própria vida? Essa pessoa pode, por exemplo, sentir-se perseguida, ameaçada e desprotegida diante do analista, mas não é mesmo uma coisa assustadora alguém eleger uma autoridade que vai se responsabilizar por si e decidir os destinos de sua vida? Ela já se indagou se isso é necessário? Também poderíamos nos indagar, se, como analistas, não estaríamos nos colocando nesse lugar de autoridade. E mesmo que tenhamos feito isso (o que não seria desejável, nem recomendável), por que essa pessoa se submeteria a isso? Por que um adulto constitui outro como autoridade?

Essas questões, se forem verificadas, consideradas e, principalmente, percebidas, poderão expandir o espaço mental dos participantes da situação, em direção àquilo que não sabem, ao Desconhecido, abrindo lugar para o crescimento mental do analisando e também do analista.

Evidencia-se, desta forma, a fundamental importância que há, para alguém que pretende ser psicanalista, ter a mais longa e profunda análise possível, além da primordial que é a de cuidar da própria mente (ver Freud em “The Question of Lay Analysis” de 1926). Como todos sabem, o analista precisa ter um conhecimento profundo das características de sua própria personalidade, para evitar que essas interfiram, além do mínimo possível, na apreciação e na configuração dos fatos que ocorram no seu consultório, ficando destacadas as características de seu analisando que lhe possam ser apresentadas.

Sintetizando, a fim de haver a condição necessária de observação no trabalho psicanalítico e captação intuitiva do objeto psicanalítico, o analista, para não ficar obstruído como o narrador proustiano, quando foi ao teatro pela primeira vez (e permaneceu impedido de ter contato com a experiência emocional mobilizada pelos acontecimentos em curso no palco e na platéia), deve ter a possibilidade de disciplinar-se para afastar toda interferência de memórias e desejos (de cura do paciente, de ter resultados, entendimentos e explicações dos fatos). Sabe-se que, para isso, é necessário que o analista se submeta, ele próprio, a um processo de análise o mais longa (muitos anos) e profunda que for possível, de modo a conhecer e elaborar seus aspectos narcísicos e onipotentes. Nenhum analisando poderá ir com um determinado analista além do que esse tiver ido em sua própria análise.

A diferença no uso da observação feita pelo escritor e aquela feita por analistas é que o primeiro, com seu talento, pode transformar sua experiência em obra literária e o analista poderá, se tiver condição, transformá-la em psicanálise. Considero, no entanto, que a psicanálise faz um uso das observações diverso do da literatu-





Claudio Castelo Filho

ra e que não se resume às constatações e descrições de fenômenos. O escritor, como Proust, muitas vezes pode captar uma situação, mas não tem o que fazer com ela além de descrevê-la, explicitá-la esteticamente (para apreciação e prazer do leitor). O analista vai além: ele pode realizar uma transformação que leve à modificação do que se lhe apresenta. A sua transformação pode mudar a condição de vida e a estrutura de funcionamento do analisando (se esse assim o quiser e vir sentido nisso). A maioria das constatações feitas por Proust não tiveram efeito “psicanalítico” nele. O talento para escrever (pintar, compor) pode ajudar o artista a lidar com suas angústias e a elaborá-las, mas não tem, a meu ver, nem de perto, o mesmo alcance de uma psicanálise. Conjecturo fantasiosamente, que ele não teria vivido nem morrido (como descrevo a seguir) se, ao invés de escrever, tivesse procurado um analista e fizesse uma análise “proveitosa”.

A literatura clássica pode ser muito útil para a formação de modelos para psicanalistas praticantes. Os grandes escritores (como Proust, Shakespeare, Machado de Assis) puderam transformar em palavras o que captaram da alma humana, tendo talento para fazer essa comunicação de forma privilegiada. Continuando com a obra de Proust, podemos perceber, de modo estético, através da evolução do romance, toda a concepção de Melanie Klein das passagens de posições esquizo-paranóides para depressivas. Há também incríveis descrições de estados mentais, de delírios de ciúmes, de obsessões, que correspondem a ilustrações estéticas de muito do que podemos ver nos trabalhos de Freud. Freud, Klein, Bion, no entanto, fizeram uma ampliação, um aprofundamento e um uso dessas captações que passam ao largo de Proust.

Outro aspecto que eu gostaria de comentar é que podemos tomar como modelos para nosso trabalho não apenas o que um escritor pôde captar e descrever, mas muito do que ele próprio descreve e não capta. Em Proust vemos isso em relação ao que ele chamou de relações amorosas, ou da impossibilidade dessas. A observação que ele foi capaz de fazer a respeito de sua experiência com a atriz Berma, ele não a pôde aproveitar de forma mais ampla em sua vida. Não percebeu, ou pelo menos não teve insight, de que os desencontros amorosos se davam em função de as pessoas estarem sempre em busca de alguém que realizasse os ideais de amor ou estéticos que tinham como expectativa, sempre se frustrando com o encontro da pessoa (amante) real, que nunca poderia corresponder àquilo que era alucinado pelo expectante. Os personagens proustianos, como Swann e Odette, o narrador e Albertine, por exemplo, estão sempre em busca de algo idealizado – e não existente – e impossibilitados de considerarem e aproveitarem as qualidades reais dos seres com quem se relacionam.

No começo de *À la Recherche du Temps Perdu*, existem dois caminhos que





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo...

aparentemente são muito antagônicos: o “caminho de Swann”, personagem que estaria ligado às origens do autor, da burguesia refinada de ascendência judaica, que corresponde esteticamente a uma trilha de passeios na cidade de Combray, onde o narrador, criança, passava férias em casa de uma tia neurastênica, e o “caminho de Guermantes”, que seria o da alta aristocracia francesa do antigo regime, representado pelos duques de Guermantes e o Barão de Charlus.

A duquesa de Guermantes, Oriane, é, em uma primeira etapa, vivida pelo narrador como uma personagem mitológica, um ente de conto de fadas, habitante de um mundo fabuloso que tem suas formas retratadas nos vitrais da medieval igreja de Combray (no rosto de quem seria uma ancestral sua), que eventualmente desce ao mundo dos mortais para ser madrinha de casamento ou batizado de um de seus súditos. Posteriormente, ela é uma sofisticada e invejada dama da alta sociedade, vizinha do narrador, que ambiciona desesperadamente ser convidado a participar do seu “salão”. Apaixona-se perdidamente por ela, na mesma ocasião em que assiste à Berma pela segunda vez, quando se vê içado da platéia “desprezível” ao mundo de nereidas habitado pela duquesa quando essa lhe acena do camarote, ao reconhecer o vizinho. Por fim, em *Le Temps Retrouvé*, quando a reencontra uma velha senhora “estrangulada” por muitas jóias, ela o chama de seu mais velho amigo. Ele a vê, então, como uma mulher comum como tantas outras. Ele percebe que, para ela, ele provavelmente fora sempre o “mesmo” e que, para ele, é que havia aquelas “três” duquesas de Guermantes. Como também no fim, numa integração “depressiva”, o narrador se dá conta que os caminhos de Swann e de Guermantes não são, de fato, antagônicos e que um local não era realmente distante do outro.

O sublime e o sórdido, representados por personagens como o Barão de Charlus e pelo Marquês de Saint-Loup, também se fundem. Madame Verdurin, nova rica metida a intelectual e esnobada pela nobreza do Faubourg St. Germain, torna-se a nova princesa de Guermantes, etc.

Numa fabulação da minha parte, considero que a união desses aparentes opostos (que corresponde a uma percepção mais realista dos fatos) corresponde a uma tentativa de reparação e reintegração do casal paterno anteriormente separado pelo ciúme e pela inveja. A escrita do romance teria esse objetivo “interno” para o autor.

Durante boa parte do romance, o narrador, que falaria pelo autor, luta contra sua indolência em função de tornar-se um escritor. É uma espécie de “dandy” incapaz, que fica invejando a condição alheia, à procura de satisfações fáceis e espúrias. Finalmente percebe que, se quer, realmente, tornar-se escritor, terá que trabalhar para isso. Abandona o “grand-monde”, dá-se conta do Tempo Perdido e enclausura-se em seu apartamento onde passa anos trancafiado, produzindo esta obra deslumbrante. Ao encerrar o romance, já reconhecido como um dos maiores romancistas da língua





Claudio Castelo Filho

francesa e muito recluso, saindo apenas em ocasiões especiais e sufocando em crises de asma, Marcel Proust morre aos 51 anos, sem se deixar socorrer pelo irmão médico. Imagino que o que lhe fora possível na sua tarefa (recuperar e reparar os pais internos danificados, impotentes e inférteis) estaria realizado.

O paralelismo das captações intuitivas de Proust, Freud, Klein e Bion com as transformações específicas feitas por eles também estaria de acordo com a idéia de Bion de que os pensamentos precedem o pensador e estão ‘a espera de quem os possa pensar.

Observações finais

Este trabalho é, de uma certa maneira, uma organização das realizações que considero ter feito na minha prática clínica e que, nesta minha prática, têm-se mostrado úteis. Portanto, quando, no trabalho, me refiro à proposta de Bion de trabalhar sem memória e sem desejo e de que o analista DEVE procurar essa disciplina, esse não é um “deve” de conotação moral, mas algo que se mostra necessário e útil para mim. Na minha experiência clínica, até para que ajudemos nossos pacientes, eventualmente, quando isso é possível, é necessário manter a disciplina de conservar esse desejo afastado durante o trabalho, para que possamos ter essa capacidade.

Na minha experiência, toda vez que me afastei e me afasto disso – posteriormente o percebi – considere que os resultados foram mais para os lamentáveis. Menciono rapidamente, a seguir, uma situação em que fica evidente essa experiência.

Uma paciente adulta, há mais de 5 anos em análise, comporta-se, na sessão, ficando muda, mas demonstrando, de modo acintoso, que está sofrendo muito. Indago-lhe o que se passa e ela permanece calada. Seu sofrimento vai aumentando cada vez mais. Relato-lhe que me parece algo cruel o que ela faz consigo, pois se me afigura vê-la como alguém que se deixa morrer de fome diante de um prato de comida, ou como alguém que está com muita dor na porta de um hospital, mas não se permite ser socorrida, visto que eu estava lá disponível a atendê-la, mas sem ter o que fazer, ela não me permitindo ajudá-la.

Ao lhe comunicar essa constatação, ela parece aumentar sua agonia e insistir naquele funcionamento. Eu lhe informo isso. Ela reconhece, diz que percebe estar fazendo isso mesmo, mas, ao mesmo tempo, vê que não vai parar de funcionar assim. Volta a emudecer e segue demonstrando que seu sofrimento aumenta mais e mais, quase num desespero.

Enumero-lhe as desvantagens de ela agir assim, chamando sua atenção para suas possibilidades de funcionar de modo diverso. Quanto mais eu lhe digo isso,





Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo...

mais ela insiste em sua metodologia e mais aumenta seu desespero. A sessão acaba e o quadro não se altera.

Percebi, logo após a paciente sair, que o fato de eu desejar o seu “bem” e não querer que ela sofresse com o que fazia consigo própria impediu-me de ver não o que ela perdia fazendo o que fez, mas o que ganhava. O que ganhava era satisfação sádica e masoquista; ao torturar-se com crueldade e, ao mesmo tempo, ao perceber minha aflição ao vê-la tratar-se com tanta crueldade, ela incrementava a tortura, para me ver mais e mais aflito e impotente, numa satisfação sádica crescente, que não pude perceber no momento, devido à interferência dos meus desejos de ajudá-la durante a sessão.

Quero deixar bem claro que não tive a pretensão de fazer um trabalho “prescritivo” ou dogmático. Não tenho nenhum interesse catequético (o que eu penso que seria algo empobrecedor e anticientífico). Quis apenas transmitir considerações que percebi serem de extrema utilidade para mim e que eventualmente possam trazer alguma contribuição para outros colegas que também estejam considerando essas questões colocadas por Bion e possamos, assim, estabelecer uma conversa. □

Summary

The author uses passages of Marcel Proust’s work “À la Recherche du Temps Perdu” to illustrate what he believes are the conditions proposed by Wilfred Bion in his works “Notes on Memory and Desire”, “Evidence” and “Transformations” about the state of mind one must have to observe in psycho-analysis.

The detachment of memories and desires of “curing”, “understanding”, etc., and of the moral vertex in the analytical observation is fundamental to reach the non-sensorial psychic-reality of the “Psycho-analytic Object” (see Bion in “Learning from Experience”). The author uses situations of the novel and of his clinical practice to illustrate what he understands as “Psycho-analytic Object”.

In the passages used by the author, found respectively in “Du Côté de Guermantes” and in “Le Temps Retrouvé”, Proust describes in an extraordinary way how the naïve observation (centered on the sensorial) of the situations, or those impregnated by desires of satisfaction and memories impairs or even forbids the grasping of the essence, of the “soul” of a situation. Clinical fragments are also used to comment about delusions and about the depressive states mobilised by the recuperation of the notion of (lost) time.

The author also considers that the knowledge of classic literature is of great



Claudio Castelo Filho

importance in the practice of a psycho-analyst, in order to have available “Models”. He comments the apprehensions work of Proust, enhancing the way this writer posed in an esthetic form, captations that were later described scientifically in the works of Freud, Klein and Bion. Along the novel, there may be observed in an unique way, not only the questions about memory and desire, but also descriptions of obsessive and delusional states (and many others), and, in a striking way, evolutions from schizo-paranoid situations to depressive ones.

Referências

- ALVES, D.B. (1988). A Consciência da Soledade. Paidea II. *Revista Bras. de Psicanálise* 23. 289-215.
- BION, W.R. (1967). Notes on memory and desire. In: LANGS, Robert, ed. *Classics in psycho-analytic technique*. New York: Jason Aronson, 1981. pp.259-60.
- . (1976). Evidência. *Revista Bras. de Psicanálise*: 19(1). pp.129-41,1985.
- . (1977). *Seven Servants, four works by Wilfred R. Bion: Learning from experience; Elements of psychoanalysis; Transformations; Attention and interpretation*. New York: Jason Aronson,1977.
- FREUD, S. (1924) *A note upon the mystic writing pad*. S.E. 19.
- . (1926) *The Question of Lay Analysis*. S.E. 23.
- KLEIN, M. (1946) Notes on some schizoid mechanisms In: *Envy and gratitude and other works*: 1946-1963. London: The Hogarth Press, 1980, v.3, pp 1-24.
- LONGMAN, J. (1984). Além da agressividade na teoria das neuroses. *Revista Bras. de Psicanálise*. 23, pp.195-207.
- . (1989). O que cura em Psicanálise? Uma introdução. *IDE* 23. *Sociedade Bras. de Psicanálise*, pp.20-23.
- LONGMAN, José; Rezze, Cecil José & Alves, Deocleciano Bendocchi (1990) – Aproximação ao Objeto Psicanalítico. São Paulo: SBPSP. 2 fitas. (Trabalho apresentado em: Mesa redonda: Minha experiência na apreensão do objeto psicanalítico, 22 set. 1990).
- PAINTER, G.D. (1959). *Marcel Proust*. Rio de Janeiro 1990. Ed. Guanabara Koogan S.A.
- PROUST, M. *À la Recherche du Temps Perdu*. Paris: Gallimard, 1954.
- PHILIPS, F.J. (1972). *Comentários sobre experiência conseguida na prática psicanalítica*. Trabalho apresentado no III Congresso Brasileiro de Psicanálise em Porto Alegre.
- REZZE, C. (1990) Minha Experiência Clínica na Apreensão do Objeto Psicanalítico. *Jornal de Psicanálise*. Instituto de Psicanálise da Soc. Brasileira de Psicanálise de S.P. vol. 23, n. 46, pp.55-65.

Claudio Castelo Filho

Alameda dos Guainumbis,920
04067-002 – São Paulo – SP

© Revista de Psicanálise – SPPA

30 □ Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998





Clínica das adições e os problemas metodológicos em psicanálise*

David Maldavsky**, Buenos Aires

O autor começa detendo-se em fatores de mudança na psicanálise atual: a preocupação com situações clínicas não canônicas, a inserção em instituições extra-analíticas. Logo estuda a importância dos componentes delirantes e das alterações corporais em pacientes graves, graças aos quais esses pretendem fazer desaparecer o sujeito do delírio, sobretudo o sujeito da restituição. Essas hipóteses levam o autor a distinguir entre os tipos de delírio e as modalidades da modificação corporal com a meta de lograr uma auto-supressão subjetiva. Logo estabelece nexos entre esta busca de auto-supressão subjetiva e o deixar-se morrer. Por fim o autor se detém na proposta metodológica para a investigação, em termos algorítmicos, que permite distinguir, com maior precisão, quais os diferentes fragmentos anímicos eficazes em um paciente e qual é seu valor diferencial.

* Este trabalho constitui o capítulo 10 do livro de Maldavsky, David: *Sobre las ciencias de la subjetividad. Exploraciones y conjeturas*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1997, p. 229-243.

** Membro do Comitê Editorial da Revista de Psicoanálisis, editada pela Associação Psicanalítica Argentina.





David Maldavsky

1. Fatores de mudança na teoria psicanalítica

Freqüentemente os psicanalistas equiparam a atividade de investigação com a prática clínica ou com a apresentação de trabalhos nos quais informam sobre um caso e seu enlace com certas hipóteses. Em outras ocasiões procuram reunir, em um texto, as idéias de vários autores, de uma ou mais escolas, expondo sobre um problema (a transferência, por exemplo), para extrair (ou não) uma conclusão crítica. Também procuram, às vezes, articular as hipóteses psicanalíticas com os desenvolvimentos realizados em outras disciplinas (lingüística, jurisprudência, neurobiologia, antropologia, por exemplo). São menos freqüentes as tentativas de reunir em conjuntos mais vastos várias dessas propostas e, menos ainda, as que, a partir delas, procuram reconsiderar as hipóteses básicas da psicanálise. As discussões exclusivamente teóricas, metapsicológicas, são quase inexistentes, e algo bastante similar poderíamos dizer a respeito da renovação dos enfoques epistemológicos da psicanálise. Todos esses tipos de investigação resultam válidos e encontram, dentro do marco global, um lugar que distingue entre o estudo dos fundamentos e o derivado das diferentes práticas, assim como a consideração dos nexos entre eles. Um dos fatores que intervêm na dinâmica interna de nossa ciência, a reflexão teórica, encontra-se imobilizado e, em conseqüência, o sistema íntegro corre o risco de entrar numa espiral paralisante. Talvez se suponha que propostas tão ambiciosas como a de renovar a teoria não são necessárias, que o essencial já foi exposto e cabe tão só reconfirmar as hipóteses de Freud, Klein, Lacan, Winnicott ou Kohut, ao mesmo tempo que se reafirma a filiação a alguma de tais escolas, ou bem, por último, agregar algum detalhe ao edifício teórico já construído. A originalidade de tal detalhe agregado, entretanto, está sujeita a uma revisão bibliográfica, atividade habitualmente postergada por diferentes motivos (desde as dificuldades práticas para aceder a alguns dados até a recusa de perder a ilusão de haver realizado uma contribuição inédita ao desenvolvimento da ciência).

Duas situações de diferente ordem vêm comover parte deste “status quo” estabelecido na maioria das instituições psicanalíticas. O interesse crescente por estabelecer nexos com instituições e práticas diferentes das habituais conduziu ao desenvolvimento de reflexões psicanalíticas sobre problemas jurídicos, educacionais, sociais, históricos, éticos, relativos ao trabalho, para mencionar apenas alguns, em combinação com o ingresso em espaços como o acadêmico, o hospitalar, o empresarial, o jurídico e o político, entre outras alternativas.

Estes sucessos (a reflexão sobre certas situações não canônicas ou a inserção em instituições extrapsicanalíticas) resultam numa das situações comocionantes, ao exigir de quem possui uma formação psicanalítica uma revisão de seus próprios fundamentos, para achar neles uma situação que lhe permita manter uma orientação e, ao





mesmo tempo, realizar uma contribuição pertinente, não reducionista nem ambígua ou desconectada da situação específica que pretende encarar. O intercâmbio nesses terrenos pode conduzir à perda da orientação (situação, às vezes, disfarçada sob a forma da conservação da linguagem psicanalítica, porém sem a argumentação que lhe é inerente, especialmente quanto à dimensão da teoria pulsional que constitui seu fundamento), mas também permite avançar para uma renovação interna, para uma complexização dos supostos básicos às hipóteses intermediárias e às abordagens clínicas. Do ponto de vista epistemológico, a inserção nessas outras situações oferece, entretanto, a possibilidade de gerar espaço para investigações colocadas no contexto da justificação, a partir do contexto do descobrimento em que se encontram os trabalhos surgidos através da prática psicanalítica mesma. Assim, a tensão derivada das diferenças entre os resultados de um e outro tipo de investigação pode conduzir ao refinamento das hipóteses respectivas e também dos métodos aos quais se recorre.

A outra situação que comove o “status quo” antes mencionado consiste em que a reflexão psicanalítica comporta atualmente os problemas teóricos, técnicos e clínicos suscitados por um conjunto de pacientes com rasgos autistas, neuroses traumáticas, afecções psicossomáticas, acidentofílias, adições ao álcool ou drogas, transtornos alimentares diversos, perturbações no dormir, violência vincular, consumação incestuosa ou com uma mescla de várias dessas constelações. Os problemas clínicos que nos trazem tais pacientes questionam as hipóteses já estabelecidas referidas à eficácia simbólica, à função da erogeneidade (incluindo o masoquismo erógeno originário), ao valor dos mecanismos de defesa.

Quanto à vida pulsional, parece predominar uma tendência a deixar-se morrer e, quanto às defesas, um repúdio do sentir. Também do ponto de vista da estratificação tópica (inconsciente, pré-consciente e consciência), tais patologias têm sua singularidade. Enquanto, nas neuroses de transferência, o desinvestimento corresponde aos restos mnêmicos pré-conscientes e, nas psicoses, ao desinvestimento dos restos mnêmicos inconscientes, nessas outras patologias é a consciência originária (esta que consiste na captação da própria vitalidade pulsional como fundamento da subjetividade) que fica desocupada pela libido. A isso podemos agregar que tais pacientes não podem ser categorizados como psicóticos, já que carecem da riqueza simbólica que esses desdobram no processo restitutivo. Colocam-se como dependentes de um déspota louco, pelo qual o processo psicótico é projetado, desprendendo-se do mundo no qual se acham incluídos (Maldavsky, 1992, 1995a, 1995b).

A frustração que, com frequência, aparece como fator eficaz para promover o processo patogênico não consiste especificamente na perda do objeto, nem do modelo ou ideal, mas sim no rompimento em relação a um contexto, o qual se acha constituído por um conjunto de excitações mundanas relativamente monótonas como as





David Maldavsky

que permitem conciliar o sono e dormir. Os estudos recentes (Fain, 1993, Smadja, 1993, Szwec, 1993) referidos aos procedimentos autocalmantes parecem achar-se nessa mesma linha de reflexões. Tais incitações monótonas constituem o correlato de uma vida pulsional que aspira à constância como caminho para que se desenvolva a complexização própria do princípio do prazer. A fixação no investimento de tais incitações monótonas põe em evidência a eficácia de um trauma que perturbou a constituição e manutenção da referida constância. Em conseqüência, no esforço por manter o recurso à monotonia, pode retornar aquilo que se pretende sufocar, a perturbação básica na economia pulsional.

As duas situações até aqui mencionadas (a inserção de quem se formou em psicanálise em práticas e instituições as mais diversas e a irrupção no campo da reflexão psicanalítica dos problemas suscitados por pacientes e situações vinculares em que predominam processos tóxicos e traumáticos) constituem os fatores eficazes para que nossa ciência desenvolva uma nova dinâmica quanto a suas propostas e orientações.

2. Componentes delirantes e alterações corporais em pacientes graves

Partindo dessa referência global, desejaria consolidar alguns aspectos mais específicos, referentes à teoria e à clínica das adições, que, por sua vez, constituem um conjunto heterogêneo. A adição ao álcool, a drogas, o tabagismo, a bulimia e a anorexia, a compulsão aos jogos de azar geram interrogantes que são tanto comuns como diferenciais. Consideremos primeiro o que têm de comum, a dificuldade na abordagem clínica e a incidência nos processos societários. Assim ocorre, por exemplo, naqueles casos nos quais o desenvolvimento de um delírio paranóico se associa a práticas violentas no seio da família ou grupos, à promiscuidade, à ingestão de álcool ou cocaína, a transtornos alimentares da gama da obesidade, anorexia e bulimia. Às vezes várias dessas possibilidades (por exemplo, ingestão de cocaína e violência familiar) combinam-se entre si, além de associarem-se ao desenvolvimento de um delírio paranóico.

A situação clínica pode tornar-se angustiante para o terapeuta, que passa da preocupação pelo estado psíquico do paciente ao temor que ocorra um dano físico a esse ou a seus próximos. Há a possibilidade de situações de paralisias clínicas em que o terapeuta não encontra um projeto satisfatório de abordagem, razão pela qual o tratamento corre riscos de naufragar no fracasso. Em conseqüência, ambos os membros da díade (paciente e analista) e também os chegados a ele perigam sofrer a marca duradoura de uma decepção e a perda da credibilidade nas técnicas às quais recorrem.





Um primeiro passo para a reflexão sobre situações tão complexas consiste em considerar os diferentes fragmentos em jogo em tais pacientes. Por um lado está o desenvolvimento paranóico; por outro o conjunto de manifestações recém-mencionadas (entre elas violência, ingestão, transtornos alimentares, promiscuidade). Essas últimas manifestações se caracterizam pela tendência a resolver um problema anímico pelo caminho da alteração orgânica, seja através da incorporação ou não de substâncias, seja através de golpes, seja através de encontros eróticos que terminam deixando a mente em branco. Tal alteração orgânica acompanha-se de um gozo que culmina numa extenuação, numa eliminação da energia anímica. Portanto a alteração orgânica indica que a resolução do problema se dá por um caminho específico: a supressão da vida psíquica, ao despojá-la da incitação pulsional que constitui seu suporte necessário. O recurso empregado resulta, pois, em uma forma de auto-supressão subjetiva que culmina não só na eliminação de pensamentos, recordações e desejos, mas também na abolição da consciência mesma, pelo que o mundo dos afetos e das percepções sensoriais se funde num magma confuso, carente de diferenciações e qualificações.

Consideremos agora o outro componente que antes mencionamos, o desenvolvimento de um delírio paranóico. Freud (1911c) detalhou diferentes especificações sobre o tema: sua relação com o desejo homossexual, como defesa diante de uma realidade desprazerosa, seu processo de plasmação desde a retração narcisista até a restituição, seu enlace com certas fixações pulsionais e do ego. Em outras oportunidades considere extensamente muitos desses aspectos, assim como a importância da identificação com o animal, a organização da estrutura lingüística, a análise dos afetos, os tipos específicos de motricidade, de percepção e o duplo do próprio corpo (Maldavsky, 1988, 1991). Agora só resgatarei algumas das sugestões expostas por Freud, quando alude a quatro variedades de delírio paranóico: persecutório, de ciúme, erotomaníaco e megalomaníaco. Como se recordará, Freud sustenta que as quatro variedades são resultados de transformações defensivas diferentes do fragmento de uma frase que expressa um desejo homossexual: eu (varão) o amo.

No delírio erotomaníaco, muda-se o “o” por “a”, no persecutório “amo” por “odeio” (porque me odeia), no megalomaníaco, toda a frase por outra na qual se afirma o amor por si mesmo. No delírio de ciúme, entretanto, muda-se “eu” por “ela”: ela o ama. A substituição do sujeito da frase acompanha-se de um menor processamento intrapsíquico, de um trabalho mais precário de deformação no plano das atividades anímicas. A isso se agrega a forma mais elementar de introduzir a negação: “não sou eu que o amo”, a primeira maneira em que o “não” se combina com outras palavras no universo sensorial, como consequência da proteção do sujeito do desejo (homossexual). Tal investimento do mundo sensível é o inverso do que aporta a pul-





David Maldavsky

são de investigar, posto que essa inclui um componente interrogativo dirigido para o mundo, enquanto a primeira é acompanhada da certeza e pode ligar-se a uma postura invejosa.

Sobre dois de tais delírios, o persecutório e o erotomaníaco, Freud sustenta que, em última instância, o paciente supõe que responde à provocação de outro. Em um caso, alguém procura abusar de sua autoridade, ofende o paciente em sua auto-estima; no outro, reclama-o sexualmente; em ambos os casos o paciente sente que não tem outra alternativa a não ser responder à provocação, pois, do contrário, sua imagem ficará arruinada.

Adiante consideraremos os nexos entre estes delírios (persecutório, erotomaníaco) e as práticas violentas, promíscuas, aditivas ou alimentares antes mencionadas. Porém é preferível centrar-se previamente no delírio de ciúme, já que Freud estabeleceu nexos entre essa forma de paranóia (pelo menos no varão) e a ingestão de álcool. Sustentou, com efeito, que, no gozo conseguido pelo consumo de álcool, o paciente pode consolar-se da dor por sentir-se não amado. Por isso vai a um local onde se reúnem outros homens, com o que retornam o vínculo e o desejo homossexual que o delírio do ciúme pretende preservar.

3. Tipos de delírio e modalidades de auto-supressão subjetiva

A afirmação de Freud a respeito do delírio de ciúme masculino e sua relação com o gozo no alcoolismo constitui uma ponta do novelo para avançar-se na investigação. Com efeito, os ciúmes torturantes do delírio paranóico são particularmente dolorosos e acompanham-se de um forte sentimento de humilhação e inveja. Essa combinatória de afetos deixa o paciente extremamente indefeso diante de sua própria violência. Em conseqüência pode tratar de aturdir seu delírio, de suprimir seus afetos pelo caminho do gozo alcoólico. Assim pois, a alteração somática pode aparecer como tentativa de frear a violência do delírio do ciúme.

Deparamo-nos, entretanto, com uma objeção que provém da observação clínica e que foi mencionada em numerosas publicações, tal como também referem as descrições do DSM4 e do CIE10. Com efeito, é corrente advertir a situação inversa à que Freud descreve: o alcoolismo não consola face ao delírio de ciúme, libera-o.

Talvez possamos, então, pensar nessas situações como as que descreve Freud ao estudar as defesas. O criador da psicanálise afirma que, quando se usa uma representação para defender-se de algum desejo ou de alguma realidade dolorosa, logo essa mesma representação transforma-se em mensageira daquilo que pretendeu obter. Ocorre assim, por exemplo, na obra de O. Wilde, *O retrato de Dorian Gray*. Nela,





o quadro é usado para defender-se da realidade da passagem do tempo e logo o mesmo quadro torna-se o mensageiro inexorável da velhice, da deterioração física e da morte. Pode também ocorrer algo similar com a ingestão alcoólica: empregada para afogar os afetos violentos, logo, pela ação desinibitória que lhe é própria, libera a passagem para os mesmos conteúdos de dor e fúria, incrementados.

O mesmo sucede, segundo creio, com a ingestão de cocaína que, como o álcool, produz efeitos de dois tipos: aturdimiento e desinibição. Os transtornos alimentares antes mencionados (comer compulsivo, bulimia, anorexia), em troca, carecem do valor eliminatório próprio do álcool e da cocaína. Nesse sentido podemos dizer que o reforço para suprimir os pensamentos e os sentimentos delirantes resulta mais exitoso em tais transtornos. Na violência familiar esse componente delirante conduz a um ato que pode culminar na prática criminosa. Também ocorre que esse último desenlace se associa, muitas vezes, ao consumo de álcool e cocaína.

Cabe perguntar-se pelas razões que conduzem do delírio a alguma dessas manifestações derivadas do esforço de auto-supressão anímica. Freud (1922b) atribui os ciúmes a dois tipos de complexos: o fraterno e o edípico. Entretanto, na maioria das vezes, esses ciúmes não levam, por si mesmos, a práticas como as recém-descritas. Resultam mais facilmente processáveis através de defesas menos drásticas, sobretudo a repressão ou inclusive a sublimação. A prática clínica sugere a existência de outro tipo de origem dos ciúmes, que os torna tão difícil de dominar e que tem particular eficácia em algumas patologias aditivas. Refiro-me ao fato de o paciente ter sido testemunha de relações sexuais extramatrimoniais de algum dos progenitores, ao qual tem um forte apego libidinal. O paciente ocupa, então, uma posição paradoxal, a de “filho cornudo”, ao confundir-se com o progenitor excluído de tal relação. A descrição que acabo de fazer põe em evidência um forte enlace incestuoso nos vínculos familiares que é a pré-condição para o desenvolvimento desses ciúmes tão difíceis de sufocar. O delírio de ciúme resultante dessas vivências imbrica-se nos ciúmes fraternos e edípicos, porém dá ao conjunto um caráter especialmente insuportável que se pretende processar mediante a alteração somática. Assim como o delírio de ciúme substitui o sujeito do desejo homossexual, a ingestão de álcool suprime o sujeito desses ciúmes passionais.

A esses ciúmes agrega-se, ademais, um forte sentimento complexo que combina vergonha e humilhação. Tais afetos podem surgir de certos desejos, competitivos e exibicionistas, porém, nesses casos, podemos atribuir-lhes uma origem agregada que intensifica sua eficácia: refiro-me a que, muitas vezes, esses afetos constituem os efeitos de vivências que os despertam e a eles dão um caráter hipertrófico. Em espanhol temos a fórmula “vergonha alheia” para aludir àquelas situações em que esse afeto é despertado pela conduta de outra pessoa (um familiar, um amigo, um





David Maldavsky

conhecido), com o qual estamos unidos por um nexó identificatório difícil de dissolver. A fonte da vergonha não é só um desejo exibicionista próprio, mas, também, uma identificação com outro, de onde provém a incitação geradora da desonra. Do mesmo modo existem ressentimentos (em que se combinam a humilhação e a inveja) que também têm uma origem exógena, como ocorre com famílias ou grupos (entre eles se acham muitos migrantes) que, em gerações prévias, padeceram uma derrota e uma vassalagem injuriante cujos efeitos duradouros se transmitem de pais a filhos. O rancor pode ter essa mesma origem exógena, no marco da transmissão de uma culpa coletiva, e do mesmo modo, segundo já indiquei, pode ocorrer com o ciúme, nesse caso por haver presenciado relações extraconjugais de algum dos progenitores, ou bem, de um modo mais amplo, como consequência de relações tipo harém ou tipo promíscuo, ao longo de gerações precedentes numa família ou grupo.

Até aqui fizemos referência ao componente do ciúme delirante. Nesses, os ciúmes combinam-se com a vergonha e o ressentimento. Porém, em outras ocasiões, como ocorre especialmente no delírio persecutório, predominam a vergonha, a humilhação e a inveja. Muitas vezes esse tipo de delírio origina-se nas relações profissionais, políticas ou de vizinhança e centra-se no afã vingativo. Tal delírio também pode conduzir às práticas auto-supressoras já mencionadas e resulta potenciado por ofensas ancestrais, às vezes reiteradas de geração a geração.

Quanto ao delírio erotomaníaco, pode combinar-se com o delírio de ciúme. Muitas vezes tem como meta incitar ciúme, seja nos múltiplos casais que se sucedem um ao outro, seja nos cônjuges que sofrem infidelidades extramatrimoniais, quando o paciente elege para a prática erótica pares ocasionais casados. Pode ocorrer, então, que a erotomania apareça como defesa e projeção do próprio padecimento de ciúme, muito mais difícil de suportar.

O delírio erotomaníaco, assim como o delírio de ciúme participam de outro modo nas perturbações alimentares. Com efeito, já mencionamos que, na prática erotomaníaca, o paciente diz sentir-se incitado pelo par ocasional, algo similar ao chamado irresistível que vem de um prato de comida (próprio ou alheio), da caçarola ou panela com alimentos. Descreve um devorador compulsivo, ao aludir ao seu nexó com o alimento. Ao inverso, os ciúmes e o ressentimento cerram a garganta de alguns anoréticos à passagem de qualquer bocado de comida. Para outros, o chamado irresistível vem de uma garrafa de bebida alcoólica. Muitas vezes advertimos, ainda, que, ao delírio de ciúme, se agrega outro, persecutório, que a eficácia do primeiro (para determinar a passagem à alteração somática auto-supressora) é tanto maior, porque põe em jogo a penosa vivência ligada ao suposto desamor por parte do objeto amado. Às vezes coexistem um delírio persecutório e um de ciúme, distribuídos no terreno profissional e dos vínculos do casal. No primeiro prevalecem a inveja e o





sentimento de espoliação e no segundo os ciúmes já mencionados.

Também o delírio megalomaniaco pode aportar algo ao conjunto: a convicção que é possível ou ingerir comidas e drogas sem limite, ou jejuar infinitamente, ou danificar outras pessoas por meio de um afã vindicatório. Entretanto, uma contribuição mais específica deste delírio megalomaniaco se adverte em outro tipo de adição, a compulsão a jogar, no qual a violência se expressa como “golpe de sorte”, isto é, sofrer os impactos do destino. No jogo compulsivo, a megalomania expressa-se como convicção de poder prever o azar e transformar em venturoso um destino fatídico. Nesse tipo de prática, tem grande importância o prazer de deixar a família e sobretudo a progênie sem teto e herança. No homem, esse prazer pode colocar-se no marco do afã vingativo, ao supor que os filhos são ilegítimos, produto das infidelidades da esposa.

Podemos acrescentar que certos pacientes, caracterizáveis por sua disposição a viverem “no vermelho” no banco, a individarem-se, têm uma constelação de elementos anímicos bastante similares aos jogadores compulsivos, com a diferença que se expõem permanentemente a que o credor lhes retire a conta pendente e decrete não valer a pena conceder-lhes créditos. Também neles adquire um enorme poder o gozo vindicatório de perderem a própria casa, deixarem a família na rua e arruinarem a herança recebida dos progenitores, sem transmiti-la aos descendentes. O gozo na alteração orgânica é substituído por outra modalidade do processamento simbólico: o golpe na economia familiar. O gozo pela alteração orgânica pode ser posto em evidência na convocação que tais pacientes realizam para que o outro do qual dependem os golpeie barbaramente, agressão a que não opõem qualquer resistência.

Na realidade, no grupo de indivíduos que não resistem à tentação de endividar-se, podemos distinguir entre aqueles que, “no vermelho” da conta bancária, encontram uma fonte tensionante que os leva à conexão com a realidade e aqueles que pretendem endividar-se infinitamente, sem achar nisso motivo incitante para a conexão com a realidade. Trata-se de graus ou de situações anímicas de descomplexização crescente, como as que também podem ocorrer nos demais tipos de adição.

No primeiro grupo existe uma disposição para o endividamento despertada por uma crise de angústia e, ademais, o crédito recebido contém algo de sucedâneo do suporte do nome paterno. No segundo grupo faltam essas constelações anímicas. Em nosso país boa parte dessa segunda situação clínica não foi evidente até há pouco; muitos comerciantes e empresários tinham a estratégia de levar ao máximo seu endividamento e especularam com a possibilidade de que alguma desvalorização da moeda nacional reduziria a dívida a uma cifra ínfima. Quando isso não ocorre, manter a estratégia do endividamento gera problemas de outra ordem em que se evidencia, como nas adições, a eficácia de um fragmento anímico que pretende tramitar os





David Maldavsky

problemas psíquicos mediante uma alteração da economia pulsional, sem passagem pela elaboração simbólica. Poderíamos agregar, por fim, que uma e outra forma desta paixão por endividar-se não receberam uma consideração maior nas reflexões psicopatológicas e clínicas e, por nossa parte, propomos colocá-las no marco das adições.

Outros tipos de compulsões estreitamente relacionadas com o delírio do ciúme conduzem a essa multiplicação da progênie como forma de ter o ventre feminino ocupado (na perspectiva do homem) ou o pênis do esposo capturado (na ótica da mulher). Ocorre, então, que o delírio, sufocado mediante esse tipo de alteração orgânica, estala quando finaliza o período de procriação.

Cabe destacar, ainda, que Freud atribui o alcoolismo ao delírio de ciúme masculino, embora existam numerosos casos de mulheres que se valem da ingestão diante do mesmo tipo de conflito. Entretanto, nas mulheres, pode prevalecer o uso de tranqüilizantes que pretendem neutralizar a violência desses ciúmes, muitas vezes com o acompanhamento de perturbações alimentares (Burin et al, 1990). Em tais casos tem maior êxito a tendência à supressão do delírio mediante a alteração somática, isto é, pelo caminho do esvaziamento das fontes da vitalidade anímica.

4. Auto-supressão anímica e deixar-se morrer

Até aqui prestamos atenção à correlação entre duas orientações, respectivamente, o desenvolvimento do delírio e a supressão de todo processo psíquico mediante a alteração somática. Quando predomina essa segunda orientação, o delírio é menos evidente e, em seu lugar, advertimos manifestações de muito mais difícil abordagem clínica. Nelas prevalecem alterações somáticas no próprio corpo ou no do outro, combinadas com tipos de discurso ainda mais inacessíveis que o delirante. Inclusive se faz necessário interrogar-se tanto acerca do modo como ditas pessoas percebem quanto acerca dos singulares traços de caráter que constituem sua carta de apresentação.

Quanto à percepção, predomina a captação dos elementos rítmicos, sobretudo os tendentes à monotonia (como o ritmo monótono de um meio de transporte ou o “racking”), interrompidos por ataques de vertigem e golpes. Essa modalidade da percepção deriva de que o paciente aspira manter com o mundo um nexu caracterizado pelo apego e a desconexão. Com o apego procura manter-se aderido ao outro, enquanto que, com a desconexão, isto é, o não investir com atenção o mundo sensorial, procura complementação e reassseguramento. Com efeito, se presta atenção às percepções extracorporais, dissolve-se o vínculo adesivo. Daí deriva o ataque de vertigem. Essa ocorre, pois, diante da ameaça contra o apego. Portanto, se pretendemos





subtrair o paciente da desconexão, com frequência obteremos não que preste atenção ao mundo sensorial diferenciado e sim, que se sinta aturdido por um golpe. O golpe ocorre, portanto, quando o paciente supõe ameaçada a desconexão. Os quadros de Pollock, em especial os expressionistas abstratos, põem em evidência a forma como tais pacientes procuram estabelecer uma coerência no plano dos períodos, das texturas. Também os quadros de Bacon nos permitem captar um tipo particular de organização da matéria perceptível, mais bem correspondente aos estados de desestruturação gerados pela violência de uma intrusão mecânica ou química.

Quanto ao discurso de tais pacientes, sobretudo quando predomina a auto-supressão anímica, podemos caracterizá-lo pela falta de expressão dos desejos, dos processos de pensamento e da afetividade. Três de tais discursos têm especial relevância: um poderia denominar-se inconsistente, outro catártico e o último especulador.

O primeiro contém a aparência de uma riqueza expressiva que, entretanto, ou bem é cópia, plágio de outro, ou corresponde à mimetização sobreadaptada àquilo que o paciente supõe que seu interlocutor quer escutar, porém sem expressar sua subjetividade. No plano motor corresponde ao equivalente de movimentos rígidos que têm como contrapartida (quando fracassa este recurso de fachada) a aparição de movimentos incoordenados, às vezes espasmódicos e, outras vezes, com uma modalidade coreiforme, talvez a apresentação mais sugestiva e representativa do desamparo anímico central desses pacientes. A apresentação inconsistente pode fascinar, por um momento, o analista, o qual corre o risco de crer que o tratamento avança exitosamente, enquanto, no paciente, se agravam suas práticas de auto-supressão anímica mediante a alteração somática.

O discurso catártico caracteriza-se pela tendência expulsiva dos problemas descritos. Pode ter uma forma veemente ou apresentar-se como uma tranqüilidade indiferente; nesse caso o habitual é que o paciente zigzagueie de um tema a outro. Outros indícios consistem na intensidade da voz ao expor os problemas, na velocidade com que os trata, ou, inversamente, na falta de um mínimo de investimento sonoro ao falar. A intervenção do terapeuta não encontra lugar (ainda que, às vezes, ela seja escutada com indulgência complacente e depois igualmente expulsa), porém, talvez, a dificuldade maior resida em sofrer o mesmo destino (a eliminação) do fragmento psíquico que, no paciente, poderia fazê-lo encarar os problemas no lugar de arrojá-los fora.

Quanto ao discurso especulador, caracteriza-se, sobretudo, pelo recurso aos números, em particular com operações econômicas e cálculos de interesse, embora haja outros tipos de relações em que cifras se inter-relacionem.

Nenhum desses discursos, dominantes no momento em que predomina a ten-





David Maldavsky

dência à auto-supressão subjetiva, resulta representativo de sua vida anímica. Eles testemunham um estado de esvaziamento por parte das pulsões de vida (cujos componentes não têm lugar na linguagem) com a conseqüente substituição dos processos afetivos por um estado de torpor duradouro.

A tudo isso podemos somar certas formas caracteropáticas que acompanham as modalidades da percepção e do discurso, já descritas. A esses traços de caráter denominei cínico, abúlico e viscoso. Deles, o principal é o abúlico, a situação final a que tende o paciente (isto é, esse torpor com o qual Freud – 1918b – descrevia o Homem dos Lobos, ao aludir a seu estado crepuscular), tema sobre o qual voltaremos um pouco adiante. A viscosidade, outro dos traços de caráter patológico, consiste numa disposição à adesividade desconectada, como antes expus, enquanto o cinismo poderia ser definido como uma tendência dissolvente voltada contra qualquer projeto genuíno, próprio ou alheio.

Esta descrição requer uma explicação adicional que pode ser encarada a partir da sugestão de Freud (1939a), quando pretende estabelecer nexos entre traços de caráter e fixação do trauma. Com efeito, Freud supõe que, se o traço de caráter contém uma reação ao trauma, também é testemunho da fixação nesse. Para considerar em que consiste uma resposta diante do trauma, nessas patologias, vale a pena recordar que Freud (1923b) sustentou que viver tem a significação de ser amado e que, quando o ego se supõe a mercê de forças hostis muito superiores às suas próprias, ante o desamor que vem de tais poderes superiores, deixa-se morrer. Ocorre, então, um abandono de si, uma deslibidinização do próprio ego, como se fizesse consigo mesmo o que supõe padecer desde o objeto. Mas esse deixar-se morrer não é algo simples, já que implica reduzir as resistências de certos fragmentos anímicos que pretendem conservar a vida e os projetos. Precisamente, o traço de caráter cínico põe em evidência essa luta contra tais fragmentos vitais.

Esse estado abúlico, em troca, é uma conseqüência final, quando sobrevém, de modo transitório ou duradouro, uma situação de desvitalização, de inércia psíquica. O deixar-se morrer antes mencionado, que culmina nos estados de torpor, de letargia, tem, às vezes, um caráter funcional, como ocorre com os mecanismos baseados na “pars pro toto”, porém pode, também, avançar até formas extremas e letais. O torpor ou apatia, como Freud o descrevia no Homem dos Lobos, corresponde a uma modalidade de tristeza, carente, porém, de matiz afetivo, como se houvesse uma dor sem consciência, sem sujeito que o vivencie. É que a dor, como qualquer afeto, requer, para ser sentida, de interlocutor empático, o qual falta nas patologias aqui estudadas.

Precisamente este aspecto, a natureza do interlocutor que o paciente supõe ter, é o ponto que desejamos ressaltar em relação ao terceiro traço caracteropático antes





descrito, a viscosidade, a adesividade. A clínica põe em evidência que, nessas patologias, o paciente se supõe dependente de um ser arbitrário e despótico, que pretende suprimi-lo do mundo dos vivos. Poderíamos dizer que o paciente se vê a mercê de um psicótico, sobretudo de um paranóico. Nisto consiste precisamente sua viscosidade: um apego a um louco que odeia a realidade e, sobretudo, esta realidade constituída pelo paciente mesmo.

A adesividade constitui, talvez, uma estratégia extrema de sobrevivência, em que a falta do reconhecimento atribuído ao outro é suplantada pelo apego.

5. Análise dos componentes e metodologia algorítmica

Começamos esta exposição aludindo à relação entre paranóia e auto-supressão química pelo caminho da alteração orgânica. Os desenvolvimentos realizados na parte anterior permitem dar outro passo e propor a seguinte hipótese: quando, no paciente, predomina a tendência à alteração orgânica, o já mencionado fragmento paranóico está muitas vezes projetado; isto é, o paciente coloca-se numa situação de dependência extrema de um paranóico que pretende suprimi-lo do mundo.

Do que segue procuraremos extrair conclusões referidas à estrutura do pré-consciente, isto é, das representações da palavra em tais pacientes. Esse terreno pode ser considerado na perspectiva de sua função (basicamente, fazer consciente o inconsciente e, em segundo lugar, estabelecer nexos com o próximo), sua estrutura, seu funcionamento, sua constituição, entre outras possibilidades. Freud (1922b) considerava que, neste terreno, é pertinente interrogar-se pelos traços diferenciais entre as estruturas clínicas (neurose obsessiva, histeria de conversão, esquizofrenia, paranóia, por exemplo).

Nos fatos clínicos, em um paciente, coexistem diferentes estruturas pré-conscientes, com o predomínio de alguma delas sobre as restantes. Pode dar-se a seguinte situação: uma estrutura tem um caráter dominante, outra fica subordinada e uma terceira somente vislumbrada, constituindo essa a antecipação do que poderia resultar hegemônico, se ocorre uma transformação clínica no curso do tratamento psicanalítico.

A respeito das patologias aditivas, achamos um denominador comum: um processo anímico é relevado por uma alteração orgânica auto-erótica. Já destacamos que este sepultamento do anímico no organismo pode consistir num cancelamento do conflito mediante uma modificação na fonte pulsional que ordinariamente dota de vitalidade a pugna no plano anímico. A solução consiste, pois, na eliminação do conflito por supressão da fonte que o alimenta, isto é, da vida pulsional. Isso conduz





David Maldavsky

a redefinir o conflito e colocá-lo entre duas orientações contrárias: a conservação ou a eliminação do terreno simbólico. Quanto à natureza do conflito psíquico que se faz presente, quando nele não interfere a prática aditiva, supressora da vitalidade anímica, ela tem algo em comum com a psicose, apenas que, como já destaquei, na ótica do paciente, a loucura está projetada, ele se colocando como objeto. Com isso quero dizer que se põe na posição da realidade que o psicótico pretende abolir ou restituir, nesse último caso no seu mundo alucinatório ou delirante. Paulatinamente, na medida em que resulta possível interferir no processo supressor da atividade psíquica, a argumentação psicótica recebe maior investimento. Quando isso ocorre, é possível destacar um terceiro tipo de atividade psíquica (diferente da auto-supressora e da paranóica) que vai desde a eficácia da fantasia nas histerias de angústia até o conflito com as idéias nas neuroses obsessivas.

Quando prevalece sobre o restante a tendência à auto-supressão do anímico, achamos também tipos de discursos específicos, do mesmo modo que o são os delírios paranóicos, as fantasias histerofóbicas e as idéias obsessivas. Assim pois, no nível do pré-consciente em pacientes cocainômanos, achamo-nos com um conjunto complexo de estruturas específicas (entre as quais alguma pode tornar-se dominante): as inerentes à supressão psíquica, as correspondentes às psicoses, as próprias das neuroses de transferências, essas últimas apenas sugeridas. Uma vez estabelecido o conjunto, cabe perguntar-se pelas características de cada setor e pela relação entre as partes. Começemos por esse segundo problema, mais abrangente, já que concerne às patologias aditivas e muitas outras, talvez à clínica em sua totalidade, já que é possível, em cada paciente, discernir diversas estruturas pré-conscientes. O predomínio de uma parte sobre as demais pode inferir-se por critérios quantitativos. Por exemplo, quanto tempo uma sessão se desenvolve ou sobre a égide da argumentação paranóica ou com o predomínio dos estados de torpor, como o despertar de uma ingestão. Esse critério merece ser considerado e, inclusive, pode-se investigar em que momentos da sessão prevalece um ou outro tipo de discurso. Entretanto, às vezes, observamos que, numa sessão íntegra, pode predominar um discurso obsessivo que, no minuto final (ou no inicial, ou na sessão seguinte), se desvela como uma fachada que encobre o pânico psicótico ligado a uma crise alucinatória. Então o predomínio ao longo do tempo não coincide com a prevalência no conjunto, o qual resulta regido, em troca, por um discurso psicótico. Talvez a combinatória entre ambos os métodos, um quantitativo e outro lógico, resulte no caminho mais adequado, discussão que retomaremos mais adiante.

Retomemos a consideração das características de cada fragmento anímico, nesse caso sobretudo o componente paranóico resolvido pelo caminho da perda da subjetivação. Em outras oportunidades destaquei (Maldavsky, 1992) a correlação





entre adição e processos psicóticos de caráter esquizofrênico, postura talvez mais próxima das propostas de Monjauze (1991) a respeito do alcoolismo. Entretanto, creio que, a respeito de um grande número de adições, resulta pertinente aportar o complemento que acabo de formular, que permite abordar de um modo diferencial tipos de desenlaces aditivos aparentemente similares, porém com processos endopsíquicos parcialmente distintos: em alguns a psicose interveniente é a esquizofrênica, em outros é a paranóia.

Consideremos agora um terceiro componente que pode aparecer na manifestação de pacientes adictos, manifestações essas inerentes às histerias de angústia, ou melhor, aos traços patológicos de caráter que adquirem prevalência, quando a dita neurose de transferência se combina com uma alteração do ego. Essa alteração, que dá lugar à caracteropatia, pode apresentar-se como fóbica ou contrafóbica. Na primeira predomina um excesso de prudência e, na segunda, um sobreinvestimento desmedido da ambição. Em ambos os casos o conflito deixa de ser intrapsíquico para abarcar outras pessoas, sobretudo familiares e chegados, que devem moldar-se às restrições fóbicas do paciente, ou bem, aos riscos a que os expõe uma temeridade sem freios. Nos fatos, ambas as modalidades caracteropáticas terminam coincidindo, já que um excesso de ambição se encerra finalmente na rotina. Do mesmo modo, as caracteropatias claustrofóbicas, como as que se advertem nos pacientes cocainômanos, terminam influenciando para conduzir a uma prática auto-expulsiva que, em última instância, constitui outra forma de encerramento, porém do lado de fora dos lugares originários, aos quais já não podem retornar, pois não se abrem as portas que permitem o acesso a eles.

Se não é possível estender-se sobre os rasgos diferenciais de cada um dos três componentes (auto-supressão subjetiva, paranóia, caracteropatia fóbica-contrafóbica), no plano pré-consciente, pelo menos, podemos pontualizar alguns aspectos. Verbos de frases verbais como golpear, espancar, cair, marear-se, fingir, imitar, plagiar, acreditar, somar, restar, fazer contas, tirar, proveito, descarregar-se, bater e muitos outros constituem parte do repertório do fragmento psíquico que aspira ao sepultamento dos processos anímicos no organismo.

Em troca, verbos ou frases verbais como vingar-se, foder, fazer troça, prejudicar, fazer justiça, ocultar, esconder, trair, enganar, confessar, mandar, dar ordens, insultar, agravar, avergonhar, humilhar, denunciar, delatar e muitos outros incluem-se na gama que atribuímos ao anímico próprio da paranóia.

Por fim, verbos ou frases verbais como atrever-se, ousar, poder fazer, interrogar-se, fugir, escapar, angustiar-se, tranquilizar, ambicionar, engravidar, aproximar-se, entrar em contato, penetrar e muitos outros aparecem como representantes do terreno próprio das caracteropatias fóbicas e contrafóbicas. Tais verbos e frases de-





David Maldavsky

verão ser reunidos aos relatos correspondentes à linguagem do erotismo fálico-uretral, com o que o significado de cada termo específico (por exemplo, mostrar-se) adquire outras dimensões.

Aqui só podemos sugerir, como complemento, que tais inventários de verbos adquirem sua significação se os enlaçamos com as figurações específicas das fantasias primordiais (vida intra-uterina, sedução, cena primária, castração) para cada linguagem do erotismo. Deixaremos de lado as formas da linguagem fálico-uretral e mencionaremos as correspondentes ao erotismo intra-somático e anal primário. Para o mencionado em primeiro lugar, a fantasia de vida intra-uterina apresenta-se como equilíbrio econômico, até que surge em alguém um desejo especulador (fantasia de sedução) que procura realizar (cena primária), com o conseqüente prejuízo monetário ou seu equivalente orgânico (fantasia de castração). Para a linguagem do erotismo anal primário, em troca, a fantasia de vida intra-uterina expressa-se como equilíbrio jurídico natural, a fantasia de sedução, como o despertar de um desejo de vingança, que o herói pretende realizar (fantasia da cena primária), com a derrota que se segue (fantasia da castração). Como estudei mais detidamente o tema em outras oportunidades (Maldavsky, 1976, 1982, 1988, 1992), agora só creio conveniente admitir que não resulta metodologicamente correto atribuir relações excludentes entre certos verbos de um algoritmo e uma única fantasia (por exemplo, a sedução) numa linguagem do erotismo. Pelo contrário, muitos verbos podem ter uma significação em vários lugares dessas figurações das fantasias primordiais, sem que, por isso, se perca sua significatividade diferencial como expressão de determinada linguagem do erotismo.

Tais referências a respeito dos verbos não implicam necessariamente que esses apareçam no discurso e, muito menos, que isso ocorra com freqüência. Trata-se de verbos regentes de alusões a ações e que, às vezes, podem destilar-se dos sonhos, dos atos, das omissões, dos esquecimentos ou disfarces de todos os tipos. Do mesmo modo poderíamos fazer referência a substantivos, adjetivos ou advérbios, assim como a certas figuras retóricas, no plano verbal, visual ou motor. Entretanto, a sistematização e diferenciação em terrenos diferentes do explicitamente verbal (como o motor e o visual) põem de manifesto algo da nossa indigência teórica, sobretudo quando procuramos realizar as análises retóricas correspondentes. Somente nos últimos tempos apareceu um estudo diferencial dos processos retóricos no plano da imagem plástica (Grupo, 1992), não centrado na primazia excludente das teorias lingüísticas, e não contamos com um equivalente no que diz respeito às manifestações motoras. Portanto, todo um mundo expressivo da subjetividade e suas claudicações cai, em boa medida, fora de um esforço sistemático de investigação, pese a que parece ser representante de processos e lógicas primitivos. Nesse terreno, como em outros, a ciência avança para a conquista das categorias anímicas mais elementares, progride, diga-





mos, para os fundamentos. No anímico, a geometria topológica é logicamente anterior à projetiva e essa, por sua vez, à euclídea. Porém, no terreno científico, apareceu primeiro a euclídea, logo se desenvolveu a projetiva e, por fim, a topológica. Talvez ocorra algo similar no que diz respeito aos estudos semióticos de muitas manifestações que, no princípio, se pretenderam encarar recorrendo a uma extensão abusiva das teorias sobre a linguagem verbal, antes de resgatar a especificidade do novo terreno e reconhecer a necessidade de gerar novas categorias teóricas para pensar. Nessa mesma linha de reflexões, resulta sugestivo que, na *Semiótica das paixões*, Greimas e Fontanille (1991) estudem detidamente duas delas, a avareza e os ciúmes, uma das quais poderíamos ligar com o discurso especulador e a outra com o componente delirante antes descrito. A oscilação entre uma e outra parece corresponder a diferentes alternativas, em que, ou permanecem (ainda que envolvidas por tormentos afetivos quase insuportáveis) a subjetividade do sujeito e a de seu objeto, ou bem ambas ficam suprimidas. Nessa última situação a interrogação dirigida para o amor do objeto é substituída pela acumulação e a retenção de elementos quantificáveis.

Apesar da importância desta discussão epistemológica, não é conveniente afastar-se tanto das questões centrais que pretendemos elucidar, referidas aos verbos ou frases verbais que atribuímos a um ou outro dos componentes já mencionados. Voltemos, pois, ao nosso tema. Com o enfoque precedente procuramos discriminar o que pode resultar estatisticamente majoritário do que fica privilegiado de um ponto de vista lógico e que pode articular-se a uma rede de elementos correlacionados, em um tipo de algoritmo cuja importância metodológica desejamos destacar no marco da investigação com fundamento psicanalítico.

Muitas vezes pode ocorrer que o enfoque estatístico e o algorítmico coincidam; nesse caso não se apresentam problemas de decisão metodológica, porém, quando isso não ocorre, é necessário optar por um outro critério de análise. Certamente, pode ocorrer que o algoritmo que construímos não seja nem pertinente para dar conta do conjunto da estrutura, nem adequado como critério ordenador da totalidade. Porém, quando isso não é assim, quando se dá a coerência há pouco mencionada, cabe, então, decidir-se pelo critério da dominância lógica sobre a estatística e, a partir dali, reconsiderar a possibilidade de pensar um novo enfoque estatístico.

Estas notas para uma algoritmia psicanalítica podem abarcar também o terreno da investigação clínica, por exemplo, para decidir qual é o tipo de fragmento psicótico que acompanha a disposição para deixar-se morrer nas anorexias. Com efeito, em algumas, o tragar, ou melhor, não tragar, articula-se com a suposição que o outro do qual dependem é um esquizofrênico que diz frases não críveis (tragar = crer). Em outras ocasiões o fechamento da garganta depende de supor-se dependente de um déspota paranóico, diante do qual a única oposição possível é a greve de fome





David Maldavsky

(tragar = submeter-se). O comum a ambas as modalidades da anorexia consiste, como já dissemos, num deixar-se morrer ativo como modo de esterilização do vínculo, por uma equiparação da garganta ao colo uterino. A teorização flutuante, como denomina Aulagnier (1984), pode orientar-se, então, entre esses parâmetros para a tomada de decisões clínicas, segundo se trate de uma ou outra modalidade de anorexia.

Se voltamos às complexidades do discurso do adicto à cocaína ou ao álcool, vamos perceber que a decomposição nos três fragmentos antes mencionados (o que pretende abolir a subjetividade, o paranóico e o caracteropata fóbico-contrafóbico) permite que se avaliem as complicações clínicas que podem ocorrer em um caso determinado, assim como as possibilidades quanto à sua evolução, se o terapeuta acha o caminho mais pertinente para a abordagem específica.

Com efeito, as diferentes apresentações clínicas podem ser discriminadas, pelo menos do ponto de vista descritivo. A intoxicação aguda difere do abuso e da síndrome da dependência; também podemos distinguir entre o consumo contínuo e o episódico. Mas, além dessas considerações descritivas, é possível inferir as disposições à evolução clínica, na medida em que se consiga destilar do discurso do paciente a eficácia do fragmento fóbico-contrafóbico ou do delirante, sobre a inclinação a deixar-se morrer e sepultar os processos anímicos na alteração somática. O predomínio desse último fragmento, em troca, pode conduzir também a se considerarem os riscos inerentes à alteração produzida num corpo alheio que chega à criminalidade ou à acidentofilia.

Resulta fundamental detectar qual dos fragmentos anímicos já mencionados é o hegemônico do ponto de vista lógico, já que tal inferência permite optar por uma estratégia com a qual encarar a situação clínica. Igualmente tem importância o reconhecimento das mudanças que o terapeuta deve fazer diante de uma modificação quanto ao setor anímico regente no paciente.

Portanto, a formalização algorítmica já mencionada, que parte, em boa medida, das observações clínicas, enriquece as possibilidades de investigação e pode oferecer alternativas para se formularem mudanças (políticas, estratégicas, táticas e técnicas) na abordagem terapêutica dos complexos problemas que essas patologias promovem. □

Summary

The author points out certain factors of change in current psychoanalysis: the concern about non-canonic situations, and the inclusion in extra-analytical institutions. Then he studies the importance of delirious elements, and bodily alterations in severe





patients, through which they try to make the subject of the delirium and above all the subject of the restitution disappear. These hypotheses lead the author to distinguish between delirium types and different kinds of bodily modifications with the aim of attaining a subjective self-suppression. Then establishes the links between this searching for subjective self-suppression and the tendency letting oneself die.

Finally a methodological research approach is posed, with algorithms. This allows a more precise differentiation of the anime fragments especially those effective in a patient, as well as their differential value.

Referências

- AMADJA, C. J. (1993). À propos des procédés autocalmants du moi. *Rev. Franç. de Psychosomatique*, 4.
- AULAGNIER, P. (1984). *El aprendiz de historiador y el maestro-brujo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1986.
- BURIN, M. et al. (1990). *El malestar de las mujeres. La tranquilidad recetada*. Buenos Aires: Paidós, 1990.
- CIE 10. (1992). *Trastornos mentales y del comportamiento*. Madrid, Meditor.
- DSM4. *Manual diagnóstico y estadístico de los trastornos mentales*. Madrid: Masson.
- FAIN, M. (1993). Speculations méthapsychologiques hasardeuses à partir de l'étude des procédés autocalmants. *Rev. Franç. de Psychosomatique*, 4.
- FREUD, S. (1911c). Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia descrito autobiográficamente, en *AE*, vol. 12.
- . (1918b). De la historia de una neurosis infantil, en *AE*, vol. 17.
- . (1922b). Sobre algunos mecanismos neuróticos en los celos, la paranoia y la homosexualidad, en *AE*, vol. 18.
- . (1923b). *El yo y el ello*, en *AE*, vol. 19.
- . (1939*). *Moisés y la religión monoteísta*, en *AE*, vol. 23.
- GREIMAS, A. y FONTANILLE, J. (1991). *Semiótica de las pasiones. De los estados de cosas a los estados de ánimo*. Madrid: Siglo XXI, 1994.
- GRUPO μ. (1992). *Tratado del signo visual*. Madrid: Cátedra, 1993.
- MALDAVSKY, D. (1976). *Teoría de las representaciones*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- . (1982). *El complejo de Edipo positivo: constitución y transformaciones*. Buenos Aires: Amorrortu, 1982.
- . (1988). *Estructuras narcisistas. Constitución y transformaciones*. Buenos Aires: Amorrortu, 1988.
- . (1991). *Procesos y estructuras vinculares*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1991.
- . (1992). *Teoría y clínica de los procesos tóxicos*. Buenos Aires: Amorrortu, 1992.
- . (1995*). *Pesadillas en vigilia. Sobre neurosis tóxicas y traumáticas*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.
- . (1995b). *Linajes abúlicos*. Buenos Aires: Paidós, 1996.





David Maldavsky

MONJUAUZE, M. (1991). *La problématique alcoolique*. Paris: Dunod.

SZWEC, G. (1993). Les procédés autocalmants pour la recherche répétitive de l'excitation. *Rev. Franç. de Psychosomatique*, 4.

Tradução de **Roaldo Machado**

David Maldavsky

República Árabe-Síria, 3319, 5° "B"
1425 – Buenos Aires – Argentina

© Revista de Psicanálise – SPPA





O contexto social de nosso tempo e seus efeitos sobre o tratamento psicanalítico*

*Janine Chasseguet-Smirgel**, Paris*



* Conferência realizada na Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – SPPA Agosto/1978.

** Membro Efetivo da Sociedade Psicanalítica de Paris.





Janine Chasseguet-Smirgel

A avaliação, pelo psicanalista, dos efeitos das modificações do contexto social e da opinião (pública) em particular, permite-lhe abordar um dos pontos essenciais da psicanálise, a saber, a distância que separa a realidade material (externa) da realidade psíquica. Com efeito, essa distância resulta da existência mesma do inconsciente. Pretender evacuá-lo, como o fazem praticamente todas as ideologias e mesmo certas formas de psicanálise não freudiana, significa evacuar a própria psicanálise. Em todo caso, as ações recíprocas que intervêm entre essas duas formas de realidade, entre o exterior e o interior constituem um campo de estudo complexo onde reina a ambigüidade e o mal-entendido.

Proponho-me, de início, salientar alguns pontos teóricos que permitem lembrar por que, para a psicanálise freudiana, as modificações sociais não traziam ipso facto modificações psíquicas individuais correspondentes, acentuando as implicações do conceito de “realidade psíquica”. Tentarei, a seguir, examinar, concretamente, se as modificações atuais do contexto social influíram sobre o fator psicosexual e sobre a cura psicanalítica e, eventualmente, de que maneira. Enfim, tentarei tirar algumas conclusões sobre o sentido da experiência a que assistimos.

Compete ao psicanalista falar de fator “psíquico” e não de fator “sexual”. A primeira tarefa para um psicanalista que aborda o assunto que nos preocupa é, com efeito, definir o próprio termo de “sexualidade”. Não caberia, bem entendido, conceber a sexualidade sob o ângulo do simples comportamento sexual; a sexualidade está, para ele, intimamente ligada à apreensão geral do homem e, em particular, à relação que ele mantém com o mundo (os objetos e ele próprio). Além disso, a existência da sexualidade infantil agindo desde a aurora da vida, tal como ela é descrita por Freud e seus continuadores, propicia uma extensão considerável do campo da sexualidade. Assim como o psiquismo não é redutível ao consciente, também sabemos que o sexual não se reduz ao genital. Convém assim falar, como o faz Freud, de psicosexualidade, conceito mais compreensivo que o de sexualidade. Em outras palavras, o psicanalista deverá considerar, na sua avaliação, não somente as modificações que a observação permite constatar quanto à frequência dos atos sexuais, sua natureza, a idade em que eles se realizam, os objetos em causa, etc. – coisas essas sobre as quais a observação, as pesquisas e outros métodos clássicos de investigação podem também fornecer indicações – mas ele buscará inserir as condutas sexuais na trama da vida psíquica dos sujeitos, considerada como um “continuum”. O comportamento sexual não poderia ser, assim, abstraído do sentido que ele possui, não somente para a camada consciente do ego, mas para o inconsciente. A diferença entre comportamento sexual e psicosexualidade recobre, em parte, a distância de que eu falava anteriormente entre realidade psíquica (interna) e realidade material (externa), que Freud chama ainda “realidade prática”.

52 □ Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998





Não se deve esquecer que a noção de “realidade psíquica” e tudo o que ela implica de ênfase dada aos desejos inconscientes e o mundo de fantasias do sujeito não foi um dado imediato para Freud. Com efeito, suas primeiras pesquisas baseiam-se na descoberta dos traumas infantis, acontecimentos reais surgidos na vida da criança invadida por excitações que ela é incapaz de dominar (é nisso que se deteve uma certa vulgarização da psicanálise) e, essencialmente, de uma sedução que o adulto teria exercido sobre a criança. De uma certa maneira, nós nos encontramos aí num período pré-psicanalítico, e é do abandono da teoria da sedução que vai resultar, nós o sabemos, o nascimento da psicanálise propriamente dita, isto é, o reconhecimento da sexualidade infantil enquanto constituída de uma bagagem pulsional própria da criança e não injetada nela pelo adulto representante do mundo exterior.

A descoberta do complexo de Édipo é contemporânea do abandono da teoria da sedução (“Cartas a Fliess”, 1897)¹. Se, no material de uma pessoa em terapia, surge uma cena de sedução por um adulto – geralmente o pai – é porque o desejo inconsciente da criança pelo pai teve que recorrer a esse disfarce. Freud descreve assim a trajetória seguida por sua pesquisa: “... e quando nos vimos obrigados a renunciar a esta etiologia devido à sua inveracidade e à sua contradição com fatos solidamente estabelecidos, nós nos encontramos totalmente desamparados. A análise que conduzira a esses traumas sexuais infantis teria pois seguido um caminho incorreto, visto que estes traumas se mostraram desprovidos de toda a base real? ... Quando os históricos ligam seus sintomas a traumas inventados, o fato novo consiste precisamente em eles imaginarem estas cenas, o que nos obriga a considerar tanto a realidade psíquica quanto a realidade prática. Eu não tardei a concluir daí que estas fantasias se destinam a dissimular a atividade auto-erótica dos anos da primeira infância, a cercá-la de uma certa auréola, a elevá-la a um nível superior. E, uma vez feita esta comparação, eu vi a vida sexual da criança se desenrolar diante de mim em toda sua amplitude” (*Contribuição à História do Movimento Psicanalítico*, 1914)². Notemos que o disfarce dos desejos edípicos infantis pela fantasia de sedução não tem aqui, como causa, para Freud, a culpa, mas a ferida narcisista resultante para a criança da ausência de resposta a seus desejos por parte do adulto, como se a criança quisesse apagar sua própria inadequação (ela não é um parceiro sexual para o adulto), sua insatisfação, sua decepção, sua humilhação, ligadas à sua insuficiência, à sua pequenez, imaginando-se ser o objeto eleito do desejo parental. “O apego feito de ternura, que a ligava freqüentemente ao progenitor do sexo oposto ao seu, não pode resistir à decepção, à vã espera de satisfação, ao ciúme provocado pelo nascimento de uma nova criança, este nascimento sendo uma prova evidente da infideli-

1. P.U.F. ed. in *Naissance de la Psychanalyse*.

2. P.U.F. éd.





Janine Chasseguet-Smirgel

dade do amado ou da amada; sua própria tentativa, tragicamente séria de ela mesma gerar uma criança fracassou lamentavelmente; a diminuição da ternura de que ela gozava antigamente, as exigências crescentes da educação, as palavras sérias que lhe dirigiam, as punições que eventualmente ela sofria, terminaram por lhe revelar toda a extensão do desdém que seria, de agora em diante, o seu dote”.

É esse o quadro dramático que Freud traça da criança edípica em “Além do princípio do prazer” (1920). A renúncia ao objeto edípico aparece nesse contexto ligada ao doloroso reconhecimento pela criança de sua pequenez, de sua insuficiência. A tragédia da criança é aqui a das ilusões perdidas. Isso nos leva imediatamente à seguinte reflexão: o sentimento de inferioridade da criança não teria uma origem exclusivamente externa (social), mas faz parte intrínseca da condição humana. A diferença de geração entre a criança e seus pais é um fenômeno que nenhuma medida externa poderia apagar. Assim como não poderiam ser abolidas as conseqüências extraordinárias para a “hominização” que resultam da prematuração do ser humano. Além disso, Freud pensa que *“alguma coisa, na própria natureza da pulsão sexual não é favorável à realização da satisfação plena”* e ele atribui esse fenômeno essencialmente à barreira do incesto que faz com que o *“objeto final da pulsão sexual não é mais o objeto originário, mas somente seu substituto”* (“Contribuições ao estudo da vida amorosa” in *La vie sexuelle*, op. cit, 1912). Freud retomou essa idéia, em 1929, em *O mal-estar da civilização*³. Após estudar as limitações que a civilização impõe à sexualidade, ele diz: *“Acredita-se, às vezes, na idéia que a pressão civilizadora não seria a única em causa; por sua própria natureza, a função sexual se recusaria, quanto a ela, a nos conceder plena satisfação e nos levaria a seguir outros caminhos”*. Em outras palavras, o complexo de Édipo (o amor por um dos progenitores e a interdição que choca o componente sexual desse amor) faz com que exista sempre uma distância irredutível entre o desejo e a satisfação. Mas se poderia objetar – e vozes de todas as partes elevam-se, hoje em dia, para fazê-lo – que a interdição do incesto é de origem social, bastaria decidir sua abolição e assistir-se-ia a uma completa reconciliação do homem com sua sexualidade. Seria, assim, a sociedade que nos levaria a conferir ao incesto uma gravidade que ele não possui intrinsecamente. Liberemo-nos de nossos tabus: dormir com a mãe merece, isso sim, uma grande explosão de riso liberador (cf. Louis Malle: *Le Souffle au Coeur*). Sem entrar no detalhe de uma discussão que nos levaria, entre outras coisas, à intervenção de descobertas antropológicas, pode-se notar que, na idade em que aparece o desejo edípico – entre 2 e 4 anos, segundo Freud, e bem mais cedo ainda conforme outros psicanalistas (M. Klein) – sua realização se torna impossível. Uma criança de dois anos não pode

3. P.U.F. éd.





penetrar (preencher, em todos os sentidos do termo) sua mãe. O caráter anacrônico do desejo edípico em relação à capacidade (fisiológica) para satisfazê-lo foi particularmente sublinhado, na França, por Béla Grunberger (*Le Narcissisme*, Payot, 1956). Na hipótese que a sociedade autorizasse o incesto (pode-se observar que as disposições legais não são draconianas e que é impossível relacionar aqui o medo das sanções externas com a profundidade da interdição), não se precisaria insistir muito sobre o fato de que o incesto realizado seria uma irrisória e tardia realização de um desejo infantil condenado biologicamente a permanecer insaciado.

Pude salientar, várias vezes, que a diferença de sexos e a diferença de gerações, constituindo as bases da realidade, são correlativas uma da outra como duas faces de uma mesma moeda: a realidade é que a mãe tem uma vagina que o pênis impúbere do menino não pode preencher; a realidade é que o pai tem um pênis e capacidades que o menino não possui ainda. Toda a teoria de Freud, segundo a qual o menino (e também a menina) ignoraria a existência da vagina até a puberdade e que o desejo do menino por sua mãe, no momento do Édipo, não seria, conseqüentemente, de maneira nenhuma, penetrá-la, mas unicamente exercer sobre ela apalpações “imprecisas” nas quais seu pênis está implicado de uma maneira vaga, parece-me ir no sentido de uma defesa contra o caráter dramático do Édipo e de sua contribuição decisiva à formação do ego e ao desenvolvimento do sentido da realidade.

Penso mesmo que esta teoria de Freud – a do monismo fálico – constitui o protótipo e o núcleo de todas as ideologias. Defino ideologia como um sistema de explicação do mundo (histórico, político, filosófico ou religioso) que visa mostrar a ilusão como algo atingível. Atribuo, então, um sentido restrito ao termo ideologia, não englobando nessa definição as tentativas de explicação do mundo (independente de sua eficiência) cujo objetivo inconsciente não é de esconder a realidade substituindo-a pela ilusão. Relembremos que Freud diz (no “Futuro de uma ilusão”): “*Nós denominamos uma crença de ilusão quando a realização de um desejo é o que a está motivando de maneira prevalente*”. E isso independente de seus laços com a realidade: “*A ilusão ela mesma não dá valor algum à verificação*”.

Serei obrigada – e peço-lhes escusas por isso – a repetir as proposições que emiti em outras ocasiões e que pude lembrar recentemente com alguns de vocês. Espero, entretanto, em seguida, avançar um pouco em minhas hipóteses.

O que coloco no centro dessas proposições é o desejo incestuoso. A ruptura do narcisismo primário absoluto, reinando na vida intra-uterina e logo no início da vida pós-natal, narcisismo em que o ego e o não-ego, objeto e sujeito, interior e exterior, são confundidos e que pode ser concebido como uma fusão do sujeito com o mundo, está na origem, segundo Freud, da formação do ideal do ego, a ruptura do narcisismo absoluto estando ligada às inevitáveis frustrações que experimenta a crian-





Janine Chasseguet-Smirgel

ça. Ora, “o homem se mostra incapaz de abandonar uma satisfação que ele gozou alguma vez”, diz Freud. Essa satisfação é a que resultou da totalidade, da perfeição narcisista do início da vida. “Ele busca recobrir sob a forma nova de um Ideal do Ego esta perfeição precoce que lhe foi arrancada. O que ele projetou para adiante dele próprio como um ideal é simplesmente o substituto do narcisismo perdido de sua infância, no tempo em que ele era seu próprio ideal”. Freud diz também que “o desenvolvimento do Ego consiste em um desligamento do narcisismo primário, de onde resulta uma vigorosa tentativa para recuperá-lo. Esse desligamento torna-se possível graças ao deslocamento da libido sobre um Ideal do Ego”, e ele acrescenta que “a satisfação deriva do acesso a esse Ideal”. Pode-se, pois, pensar que o homem buscará sempre, e de acordo com diversos modos, preencher a distância, o rompimento que existe entre seu ego e seu ideal, de modo a recuperar a felicidade de que foi privado.

Freud termina esse artigo, dando ao ideal do ego um papel muito importante na compreensão dos fenômenos coletivos. O ideal do ego ali aparece como um conceito “dobradiça” entre o individual e o coletivo, tema que ele desenvolverá alguns anos mais tarde em “*Psicologia Coletiva e Análise do Ego*”.

A fusão primária da criança com o mundo pode ser considerada como a da criança com a mãe, o exterior e o objeto sendo análogos ao mais remoto início da vida. Pode-se, pois, pensar que o desejo de recuperar sua perfeição perdida, o tempo em que se era seu próprio ideal, coincide com o desejo de fusão com a mãe, desejo que o sujeito recupera de um modo evoluído, implicando a sexualidade genital no momento do complexo de Édipo. A fantasia incestuosa tem, pois, uma bipolaridade regressiva e progressiva. Ela pode acomodar-se com a evolução, com a maturação e levar a criança a crescer, para tornar-se como seu pai de quem, em seu desejo, ela toma o lugar junto de sua mãe. Mas essa fantasia pode também levar o sujeito, segundo a estrutura desse e as circunstâncias, a escamotear a evolução e a tentar realizar seu desejo pelo caminho mais curto, o do princípio do prazer. Ora, a teoria do monismo sexual fálico é um falso saber que favorece a ilusão da possível realização do incesto fazendo a economia da evolução. Com efeito, o menino não tem necessidade nem de crescer nem de amadurecer e, portanto, de se identificar com seu pai, para realizar sua fantasia incestuosa. Ele, com seu pênis impúbere, pode satisfazer sua mãe como o faz seu pai. A ausência de vagina na mãe implica a negação de uma complementaridade genital entre os pais e, portanto, a negação correlativa da necessidade, para o menino, de adquirir um grande pênis genital para preencher sua mãe.

Eu também insisti muito sobre o papel que a mãe representa numa possível confirmação desse falso saber que leva a esquivar a maturação e, com efeito, a realidade. Retomando-se a idéia de Freud concernente às fantasias de sedução, segundo a





qual elas teriam por finalidade, essencialmente, aureolar a pobre vida auto-erótica da criança e, portanto, preencher uma ferida narcisista, pode-se pensar que uma real atitude de sedução por parte da mãe exercida sobre seu garotinho é capaz de mantê-lo no logro narcisista, ou seja, que ele é realmente para ela um parceiro sexual adequado, o que o conforta na idéia de que ele não tem necessidade de amadurecer.

Os filhos que foram assim mantidos por suas mães na ilusão de um possível furto da evolução tornam-se geralmente perversos, ou seja, utilizam meios pré-genitais para alcançarem uma descarga sexual genital. Fui levada a mostrar que a pré-genitalidade – as formas da sexualidade que são acessíveis desde a infância – se submete a uma idealização que tem por fim fazê-la passar por igual ou mesmo superior à genitalidade (antigamente apanágio do pai). Minha hipótese – e chego, assim, ao assunto específico desta exposição – é que um certo tipo de pacientes que vêm hoje em dia se analisar busca obter – ou já obteve – da parte do “socius” (o mundo exterior, a opinião, o grupo ao qual eles pertencem) uma confirmação análoga àquela que proporciona a seu filho a mãe do futuro perverso e esperam da análise (e do analista) um reforço dessa confirmação. Os analistas se preocupam, com efeito, já há vários anos, com o problema da evolução da patologia, sem levarem em conta a expansão possível das indicações da psicanálise (por exemplo, o fato de que cada vez mais analistas se ocupam de psicóticos). Temos que nos defrontar com os mesmos pacientes de vinte anos atrás? As opiniões divergem. O próprio fato de se colocar a pergunta dá, no entanto, a entender que alguma coisa mudou. Minha finalidade é tentar definir o que mudou.

Se me ateno a minha prática psicanalítica pessoal, sou levada a pensar que os conflitos psíquicos fundamentais não mudaram. De acordo, a gama (de possibilidades) dos pacientes de cada analista é limitada e minha amostragem pode não ser considerada significativa. Mas creio que minhas constatações são corroboradas pela experiência de numerosos colegas. Assim, aconteceu-me ter recentemente em psicoterapia uma jovem aparentemente “liberada” que, durante dois anos, sem me dar detalhes sobre esse ponto, dava a entender que tinha uma vida sexual satisfatória (ela me procurara porque não conseguia entender-se afetivamente com os “rapazes”), até o dia em que insinuou em seus propósitos que acabara de ter sua primeira experiência sexual. Se não me dissera ser virgem é porque se envergonhava disso. Finalmente, sem dúvida não ensinarei nada de novo dizendo que essa jovem tinha vergonha de ser o que uma jovem, há dez ou quinze anos atrás, tinha vergonha de não ser. O fato comum a essas duas situações, e que não mudou, é a vergonha. Muito bem, hão de me dizer, mas a vergonha de sua jovem de hoje a conduz ao prazer, enquanto sua jovem de uma década atrás se proibia o prazer. Aparentemente, sim, mas não basta realizar um ato sexual para experimentar prazer. Minha jovem de hoje foi frígida (creio que





Janine Chasseguet-Smirgel

ela não o é mais, mas talvez me dê a entender isso, pois tem ela vergonha de sê-lo?). Com efeito, em nível inconsciente, minha jovem de hoje tem quase os mesmos conflitos edípicos e pré-edípicos que minha jovem de há dez anos. Somente o agir se modificou, assim como a atitude consciente em relação a esse agir.

Vou agora tomar um exemplo menos simples. Trata-se da entrevista preliminar de um paciente masculino. Os homens são tão freqüentemente atingidos por perturbações sexuais, por ejaculação precoce, em particular, como antigamente, parece-me. A maneira como certos pacientes se apresentam, ao contrário, mudou. Assim, vi ultimamente um homem que pretendia portar-se muito bem. Vinha por “curiosidade intelectual”, queria fazer uma psicanálise para “adquirir um instrumento” que lhe daria um “poder” sobre os demais. Desejava que o sistema mudasse. Tendo dito isso, calou-se. Pedi-lhe que falasse dele próprio. Dele próprio? Não tinha nada para me dizer; tudo ia muito bem; era perfeitamente livre; tinha um comércio sexual totalmente satisfatório, às vezes com mulheres, às vezes com homens. Seus pais? Como todos os pais. Sua infância? Uma infância normal. Apesar do conhecimento intelectual que tinha da psicanálise (vinha indicado por dois colegas analistas de quem era amigo), foi-lhe impossível dizer-me mais do que isso, salvo algumas palavras que lançaram um pouco de luz sobre uma decepção causada por um companheiro de sua adolescência. Envolto em defesas narcisistas, que o levavam a se apresentar como nada sofrendo, liberado de tudo, esse candidato à análise se revelava incapaz de religar, entre eles, os farrapos de palavras, acontecimentos que me entregava avaramente e, sobretudo, não parecia ter a menor noção da continuidade de sua vida psíquica. Mônada perfeita, ele não podia abrir-se nem para a dor, nem para os afetos em geral, nem para mim nessa entrevista cujos limites muito estreitos tinham sido estabelecidos por ele previamente, de modo a não se deixar surpreender nem extravasar. O único defeito na couraça: a decepção evocada em relação a um objeto do mesmo sexo. Quando o analista possui tão poucos elementos, só lhe resta refletir na pobreza de sua colheita, o que é, em si, um indício precioso, e sobre os míseros frutos que ele conseguiu juntar. Assim, a decepção é o único fenômeno afetivo (inconfortável) mencionado. O analista é levado a levantar a hipótese de que se trata, aqui, de um rebento já tardio de uma decepção profunda, mais precoce. Ele supõe, então, que a pessoa que tem diante dele luta contra sentimentos depressivos que ela sufoca, antes de tudo recusando-se a olhar-se, a afrontar sua realidade psíquica (é o sistema que deve mudar⁴). A realidade externa, a única encarada, é vivida como ameaçadora; é preciso,

4. Que o sistema deva ou não deva mudar é um outro problema. O que é chocante, nesse caso como em alguns outros, é que o sujeito chega à análise sem nenhum desejo consciente de se por ele próprio em causa, de refletir sobre seus próprios mecanismos. Por vezes é o cônjuge que é considerado responsável por seu mal-estar. De qualquer maneira são os outros.





pela análise, adquirir uma defesa (uma arma) suplementar para subjugar-la (o “poder” sobre os outros instrumentos). Quanto à vida sexual, aparentemente tão liberada (a ambissexualidade sendo colocada antes de tudo), ela parece contribuir para manter o equilíbrio defensivo. A decepção precoce que o analista suspeitou constituir um elemento importante da organização psíquica do paciente é, assim, posta de lado: nem o pai, nem a mãe (nem o homem, nem a mulher) podem infligir um ferimento sério ao eu do paciente por seu abandono, visto que, graças a sua conduta, ele mostra que pode passar facilmente de um para o outro e que, portanto, nenhum lhe é indispensável. Isso agindo tanto sobre o registro edípico quanto pré-edípico. O olhar social trouxe, aqui, uma modificação muito clara da sexualidade (enquanto comportamento). Ele permitiu ao paciente utilizar uma nova defesa, atuando essa defesa no real (sua “liberdade” não vai além do ato; ele se mostra, nós o vimos, extremamente limitado em sua liberdade associativa, em sua capacidade de insight). Ele também permitiu ao paciente anunciar, de saída, o caráter particular de sua sexualidade, particular não em relação “ao que se faz” em seu meio, mas em relação à norma de uma década atrás. Esse anúncio foi acompanhado de um certo orgulho. E isso me parece importante para nosso assunto, quando penso igualmente em outros casos: o olhar social levou certos sujeitos a atuar em suas defesas investindo-as narcisistamente, essas defesas culminando no desprezo em que são tidas, por vezes, as formas tradicionais da sexualidade. Em outras palavras, é o ideal do ego coletivo que está em jogo. O que mudou e que produz um efeito de volta, mais ou menos feliz, é o “modelo” proposto como o “bom” modelo, o modelo a seguir.

Parece-me que a colisão entre o ideal do ego fornecido pelo grupo e um certo número de defesas investidas narcisisticamente e, em conseqüência, inteiramente conformes ao ego, não é uma das menores dificuldades com que se defronta o analista hoje em dia. Pois, notemos bem isto, a mudança em pauta, à qual os analistas concedem sua atenção, é uma mudança que complica as curas analíticas e obriga a psicanálise a adaptar sua ferramenta a uma situação relativamente nova e, em todo caso, cada vez mais freqüente: a de ter de destruir defesas em relação às quais o sujeito não se considera empobrecido, mas que, ao contrário, agradam seu amor-próprio. É o que pressentem, atualmente, certos homossexuais, por exemplo, quando colocam a opinião pública como única causa de seu mal-estar íntimo. Em suma, eles desejariam que a solução que encontraram para seus conflitos seja ratificada pelos outros, que ela se torne de acordo com o ideal de ego coletivo, portanto inteiramente de acordo com o seu ego. A homossexualidade (manifesta) representa um modo de defesa contra conflitos de ordem diversa, nós o sabemos pela clínica (por exemplo, um homem pode identificar-se com sua mãe de modo a jamais se separar dela). Trata-se, portanto, de um problema interno ao qual se liga o mal-estar eventual. Por que o





Janine Chasseguet-Smirgel

homossexual (manifesto) tem, com frequência, necessidade de aprovação social? Porque seu mal-estar viria, como ele o pretende freqüentemente, de uma inadequação entre seu comportamento e aquele que um outro espera dele? Se o caso é assim, a resposta é precisamente esta: essa aprovação lhe permitiria investir narcisisticamente a defesa que a homossexualidade representa e, portanto, reprimir, de maneira mais satisfatória, os conflitos internos que seus comportamentos subentendem. Certamente, não se trata de impedir a manifestação das formas desviadas da sexualidade por intervenções externas legais ou por uma atitude persecutória. O que constato é que se pede ao “socius” e, em certos casos, ao analista, ajudar na rejeição da realidade que esses desvios constituem, na medida em que, como eu o disse, a realidade se resume na dupla diferença entre os sexos e as gerações, ou no coito genital dos pais, do qual a criança é excluída.

Penso que a perversão constitui o exemplo externo no qual as defesas contra a realidade (tanto externa quanto interna) são objeto de um investimento narcisista que as idealiza. De fato nem todas as defesas investidas narcisisticamente se inscrevem no seio de uma estrutura perversa, embora todas elas tendam, de uma certa maneira, a reforçar uma negação da realidade, tornando as defesas egossintônicas, o que torna a “aliança terapêutica” na análise mais difícil de se estabelecer. Recentemente, dei o exemplo de uma paciente de estrutura histérica, cujas inibições ligadas a suas dificuldades de integração do componente anal de sua sexualidade, em vez de serem vividas como uma “falta”, eram para ela motivo de satisfação resultante da conformidade de suas inibições com a ideologia do grupo em que circulava. Se retomamos o artigo do Dr. Etchegoyen, “Nota sobre a Ideologia e a Técnica Psicanalítica” (*Int. J. Psychoan.*, 54, pág. 485-486, 1973), constatamos que, no caso de sua paciente, a defesa (na ocorrência trata-se de uma defesa contra as pulsões canibalescas) é vivida como uma “pulsão” a só comer carne e a inibição é transformada em ideologia (a paciente é vegetariana). As interpretações, por conseguinte, são sentidas não como tendentes a retirar as inibições ou as repressões para que apareça a pulsão contra-investida, mas como tentativa de doutrinação por parte do analista. Uma de minhas pacientes, uma americana muito rica, adota uma criança. Seu marido não precisaria trabalhar, ela diz. De fato ela gostaria que ele parasse de trabalhar (ele exerce uma profissão intelectual em que parece alcançar um sucesso brilhante), para ajudá-la nos afazeres domésticos, lavar a louça e educar seu filho. Numerosos elementos demonstram que se trata de seu desejo de feminilizar seu marido, de castrá-lo, em razão, entre outras, de um conflito não resolvido com seu irmão. Quando lhe dou uma interpretação nesse sentido, isso a faz rir: “A senhora tem uma filosofia bem francesa! Nos Estados Unidos, em nosso meio, os casais, mesmo os ricos, não têm domésticas, considera-se isso indigno! Ao contrário, o marido participa de todo o trabalho da casa. A senhora





quer me fazer partilhar do modo de vida dos franceses!” A ideologia (a paciente fala de “filosofia”) é utilizada aqui para mascarar a pulsão agressiva (ou seja, impedi-la de reconhecer sua realidade psíquica) e serve o investimento narcisista dessa pulsão. Mas, nesse caso, a ideologia é utilizada de modo parcial e não oblitera completamente a análise.

Há casos em que a ideologia tem conseqüências muito mais importantes sobre a cura. Gustav Bychowski tratou certos aspectos desse problema em um artigo intitulado “Clima Social e Resistência em Psicanálise” (*Int. J. Psch*, 50, p.453-459, 1969). Lembro-me que, no Congresso de Viena, em que ele o havia apresentado, esse artigo valeu a esse homem encantador e entusiasta, morto após, uma viva controvérsia. Penso que o autor tocara certas defesas no próprio auditório de analistas que o escutava. Ele disse, entre outras coisas, algo que me chamou a atenção: “*Quando vemos nosso problema numa perspectiva histórica, devemos perceber que, teoricamente, seria impossível analisar indivíduos em períodos da história que lhes fornecem preconceitos e uma série de crenças tradicionais poderosas*”. Essa opinião deveria aplicar-se aos indivíduos comprometidos em guerras de religião e a fanáticos políticos e religiosos.

Eu queria, com efeito, tentar comparar o estatuto do narcisismo (e de seu herdeiro, o ideal do ego) no grupo ideológico, por um lado, e na situação analítica, por outro.

Freud, nós o sabemos, considera a multidão “*como uma ressurreição da horda primitiva*”, formada “*por um indivíduo de um poder extraordinário dominando uma multidão de companheiros iguais...*”. O pai primitivo é o ideal da multidão que domina o indivíduo, após ter tomado o lugar do ideal do ego, enquanto os membros compoem a multidão, tendo assim substituído seu ideal do ego por um mesmo objeto, se identificam entre eles. A coesão da multidão depende essencialmente de suas relações com o líder que leva à perda da individualidade. Cada membro da multidão assimila-se, pois, aos demais: “*Enquanto se mantém a formação coletiva, os indivíduos se comportam como se estivessem talhados sob o mesmo padrão*”. E ainda: “*O sentimento individual e o ato intelectual pessoal são muito fracos para se afirmarem de uma maneira autônoma, sem o apoio das manifestações afetivas e intelectuais análogas dos outros indivíduos. Lembremos, a propósito disso, como são numerosos os fenômenos de dependência na sociedade humana normal, como se encontra pouca originalidade e coragem pessoal, a que ponto o indivíduo é dominado pelas influências de uma alma coletiva, tais como as características raciais, os preconceitos de classe, a opinião pública...*”. Essa diluição dos caracteres individuais, ligada à identificação dos membros da multidão tendo constituído entre eles um ideal do ego comum, projetando-o sobre o mesmo objeto, o líder, parece tanto mais absoluta quanto





Janine Chasseguet-Smirgel

mais os caracteres individuais se apresentam intrinsecamente fracos. Na horda primitiva, *“a vontade do indivíduo era muito fraca para arriscar-se à ação. Os impulsos coletivos eram então os únicos possíveis, a vontade individual não existia. A representação não ousava se transformar em vontade enquanto não se sentia reforçada pela percepção de sua difusão geral”*.

Discutindo a propósito do instinto gregário, Freud afirma *“que todos os indivíduos querem ser iguais, capazes de se identificarem com os outros e com um único superior”* e, antes de definir o homem como um animal gregário, ele o define como um animal da horda, *“isto é, um elemento constitutivo de uma horda conduzida por um chefe”*. O conjunto das proposições de Freud leva-nos, pois, a uma situação relacionada com o complexo paternal, o chefe sendo um substituto de pai, os indivíduos que compõem a multidão constituindo um análogo da frátria. Parece-me que todos os aglomerados humanos e a multidão em particular não correspondem a esse esquema que se aplica a uma situação relativamente evoluída. Essa observação foi feita antes de mim por Didier Anzieu, em um artigo intitulado *“A Ilusão Grupal”*⁵. Segundo o autor, habituado às técnicas de grupo, o grupo tem tendência a regredir ao narcisismo primário. A forma mais arcaica do ideal do ego aliada ao id (reservatório das pulsões) tende a apoderar-se do aparelho psíquico e a realizar a fusão com a mãe. Eis aí a ilusão que governa o grupo: fazer-se um com a mãe, tornar-se a mãe. Não se trata de se organizar com um personagem central (o monitor), mas em torno do próprio grupo.

Parece-me que o trabalho de Didier Anzieu permite uma melhor percepção de certos fenômenos coletivos, quer eles se inscrevam no seio do grupo, quer na ideologia ambiente. Com efeito, o que ele descreve coincide com a realização do desejo de fusão entre o ego e o ideal, pelos meios mais regressivos, os que são próprios ao princípio do prazer, tornam o caminho mais curto e vêm abolir as aquisições da evolução. A figura paternal é, precisamente, expulsa, excluída do grupo, assim como o herdeiro do complexo de Édipo, o superego. Tudo se passa como se a formação coletiva em si constituísse a realização alucinatória de um apossar-se da mãe pela frátria, de um modo muito regressivo, o da fusão primária. O chefe pode existir, no entanto, ele não deveria, em minha opinião, confundir-se com o pai. O chefe é, então, aquele que ativa o antigo desejo de união do ego e do ideal. Ele é o promotor da ilusão, o que a faz brilhar diante dos olhos maravilhados dos homens, aquele por quem ela se realizará. Eu dissera, em meu trabalho sobre o ideal do ego, que o líder é Cagliostro e comparara sua função com a da mãe do perverso.

Creio que é preciso, aqui, diferenciar entre o chefe, personagem paternal, escolhido para conduzir um grupo ou um povo, segundo um programa visando trazer

5. in *La Nouvelle Revue de Psych.*, nº 4, 1971.





soluções racionais para problemas concretos e limitados, e o líder, que pretende abrir o céu àqueles que o seguem, isto é, que ativa a sede de ilusão jacente no fundo de cada ser humano. Ionesco, em sua peça *Tueur sans gages*, parece-me ter apreendido perfeitamente a essência do líder: na cidade Radiosa ronda um criminoso; sabe-se que ele aborda as pessoas para lhes mostrar “a foto do Coronel”; ora, os habitantes da cidade, embora advertidos, não resistem ao convite e, no momento em que, finalmente, hão de ver a foto, são assassinados. O criminoso representa, de modo evidente, aquele que promete a ilusão (a foto do Coronel). Ninguém sabe quem é o criminoso. Um dia o herói da peça, Béranger, descobre por acaso, na bolsa velha de um amigo, todo um punhado de bugigangas, metros e metros de lenços de cor, pombas, leques, uma massa enorme de objetos brilhantes que se desenrolam, se dividem interminavelmente e vêm ocupar em cena vinte vezes mais volume que a sacola de onde saíram. Entre todos esses objetos retirados “da sacola de surpresas” de um mágico, encontra-se a foto do Coronel. O líder é, pois, mago ou mágico, capaz de fazer surgir uma nova realidade. Ele é o intermediário entre a ilusão e o grupo de discípulos, fiéis ou militantes. Ele promete ao grupo que a ilusão aparecerá por meio da ideologia, construção racionalizante, tendendo a justificar a promessa. É por isso que é mais fácil mudar de ideologia que renunciar à solução ideológica, como a observação mais superficial o demonstra. A ideologia é mais importante que o líder. O líder esforça-se, sobretudo, por ativar a ilusão, para tornar credível a ideologia que a veicula. Pode acontecer que essa fachada de sonho que é a ideologia seja abalada, sem que a ilusão sofra com isso, pelo menos por um tempo mais ou menos longo. Em certos casos, o líder chega a se confundir com a ideologia, a ilusão e a promessa da confusão reencontrada do ego e do ideal que a subentende. Ele se torna ídolo, mas em outros casos, os exemplos disso são numerosos, a ideologia não necessita dessa encarnação. O ideal do ego projeta-se sobre um pensamento aparentemente abstrato (política, mística, filosófica, etc.), que promete a ilusão sem levar em conta os obstáculos com os quais a realidade se confronta necessariamente.

Se o desejo de recobrar sua perfeição primária, que lhe foi precocemente arrancada, é permanente no homem, se é um agulhão que o empurra sempre para a frente, como diz Freud citando Goethe, e se encontra, assim, na origem das obras mais sublimes e das descobertas mais geniais da humanidade, pode também conduzir o homem a escamotear a evolução, a esquivar a realidade (é somente nesse caso que eu falo de “ilusão”).

Acontece que certos períodos da história são dominados, mais que outros, pela ilusão e as ideologias. Eu emitira a hipótese, em meu ensaio sobre o ideal do ego, que as descobertas científicas e técnicas haviam ativado a ilusão no homem, como se ele não pudesse mais acomodar-se aos ritmos naturais da vida, antes buscando fun-





Janine Chasseguet-Smirgel

cionar pelo modelo das máquinas que criara. Trata-se, na verdade, de um fator, entre muitos outros, que está fora de meus propósitos tentar apreender. Tudo se passa, no entanto, como se, nas civilizações e nas camadas sociais de onde nos vêm geralmente nossos pacientes, essas freqüentes ativações da ilusão – que, é bom insistir, implicam em uma negação da realidade e, portanto, da verdade sexual – venham chocar-se com a instauração da situação analítica. “*Não esqueçamos que a situação analítica se funda sobre o amor da verdade, ou seja, sobre o seu reconhecimento, o que deve excluir toda ilusão e trapaça*”. É o que Freud diz em *Análise terminável e análise Interminável* (1937).

Com efeito, no caso em que a ilusão ideológica é ativada por um indivíduo, sustentado pela formação coletiva a que ele pertence e que constitui para ele uma fonte de abastecimento narcisista (ele é amado pelo grupo, se está de acordo com o grupo), a psicanálise e a cura psicanalítica aparecem como desmancha-prazer (o grupo permitindo a união do ego e do ideal, assegurando, assim, a festa). A análise é, então, considerada como um entrave ou como francamente reacionária (do mesmo modo que foi acusada, em outros momentos, de destruir todos os valores, subentendendo-se os valores tradicionais)

Talvez tenhamos a tendência a esquecer, hoje, diante da amplidão dos fenômenos em presença – o sucesso da análise e os ataques contra a análise enquanto ela constituiria um bastião do conservadorismo – que essas investidas não são novas, que existiram desde o início da psicanálise, no seio mesmo do movimento psicanalítico, quer se trate de Jung ou de Adler. Logo que Freud, em 1914, escreve sua *Contribuição à História do Movimento Psicanalítico*, movimento ainda adolescente, e que ele explica o sentido das dissidências junguianas e adlerianas, suas palavras nos chegam como “já ouvidas”: “*Não se deve esquecer que, dobrando-se ao jugo das necessidades sexuais, a humanidade está pronta a aceitar não importa o que, desde que se faça brilhar diante de seus olhos a perspectiva de uma derrota da sexualidade*”. E ainda: “*Confesso ter visto desde o começo nesse processo uma concessão excessiva e perigosa às exigências da atualidade ... Adler proclama a relatividade de todo conhecimento e o direito para a personalidade de dispor como um artista os materiais fornecidos pela ciência. Jung insiste no direito histórico da juventude de sacudir as cadeias que a velhice tirânica lhe quereria impor, imobilizada em seus conceitos rígidos...*” De Adler, Freud diz que ele foi “festejado como o Messias”, de Jung, que era visto como trazendo um “novo evangelho”.

Encontramos já, nessas concepções “desviadas da psicanálise”:

- A negação da importância do fator sexual e, em minha opinião, essencialmente, da sexualidade infantil e do complexo de Édipo. Não é tanto a sexualidade em si que constitui um fardo para a humanidade, mas a sexualidade infantil, com a mor-





tificação narcisista que ela implica. A isso pode-se preferir a mentira.

- A afirmação de ser-se jovem, livre (Adler fundou a Sociedade para a Psicanálise Livre), inovador, a atitude científica constituindo um entrave indubitável à liberdade e a toda a potência do espírito.

- A substituição da atitude científica por uma atitude mística (o Messias, o Evangelho), enquanto a introdução da ideologia no próprio interior da psicanálise se liga, para Freud, aos antecedentes teológicos de Jung e políticos de Adler.

Mais tarde a afirmação reiterada da importância do fator sexual vai formar um par – e aproximamo-nos mais ainda do que se passa hoje – com a negação da importância do complexo de Édipo e, depois da mística, a introdução da política na psicanálise, com Reich. Hoje, assistimos à eclosão, na França, de um novo reichismo, sob a forma do livro intitulado *O Anti-Édipo* do qual um dos autores declara exercer a psicanálise. Esses exemplos, retirados do interior do movimento psicanalítico, mostram como a ideologia pode atingir a própria psicanálise, que, para não permanecer fora da moda, o “Zeitgeist”, tenta adaptar-se à ideologia vigente.

Se examinamos, agora, o exemplo de pacientes que vêm para tratamento psicanalítico junto a analistas “clássicos”, podem-se fazer várias constatações:

- O propósito do tratamento psicanalítico não é de prometer a realização da ilusão. Ele visa tornar o inconsciente consciente e por o sujeito face à sua realidade psíquica (“Eu não vos prometi um jardim cheio de rosas”). Talvez, se se deseja dar uma formulação condensada dessa realidade, poder-se-ia dizer que a análise é levada a se confrontar com a cena primária em todas as suas representações e a todos os níveis do desenvolvimento.

- As coordenadas da situação analítica induzem – como Bella Grunberger o demonstrou, na França, em 1956 – uma regressão narcisista e uma projeção do ideal do ego do analisando sobre o analista e a psicanálise. Esse movimento constitui um motor do tratamento psicanalítico. Ele se acompanha, geralmente, de um desinvestimento relativo das outras tentativas de “soluções” narcisistas ideológicas e místicas. O narcisismo do sujeito é, por assim dizer, confiado ao analista e é reintegrado pela análise, na medida em que essa progride.

Ora, nos momentos em que a ilusão é ativada pelo contexto social, a análise, em alguns indivíduos, torna-se particularmente difícil, mesmo impossível, na medida em que a concorrência entre o longo caminho que a psicanálise propõe para a realização – muito relativa – dos reencontros do ego e do ideal do ego (a separação nunca será totalmente abolida) e a via breve oferecida pelas ideologias dará vantagem a essas últimas. O ideal do ego não investirá a análise e o analista, ou fá-lo-á insuficientemente, ficará fixado nas ideologias do grupo a que pertence o sujeito.

- O pedido de alguns pacientes de se analisarem baseia-se em um mal-entendi-





Janine Chasseguet-Smirgel

do; parece-me evidente que os que vêm para a análise (isso vale mais ainda para os candidatos analistas) têm sempre uma fantasia megalomaniáca, a de mergulhar no inconsciente, captar sua magia e colocar a seu serviço suas forças; mas essa fantasia pode ser acompanhada por um ideal do ego que investe a evolução bem como a verdade sexual intrinsecamente ligada a ela, por mais dolorosa que seja essa verdade. O narcisismo, então, é colocado pelo analisando, em parte, pelo menos, a serviço da descoberta da realidade e do seu confronto. Ao contrário, em certos casos, o analisando vai procurar realizar sua fantasia megalomaniáca no tratamento analítico. Como o paciente de quem expus a primeira entrevista, ele buscará no tratamento uma “ferramenta” e não a verdade. Inversamente, a análise será posta a serviço de suas defesas. É o que descreve David Libermann em seu artigo “Mudanças na Teoria e na Prática da Psicanálise” (*Int. J. Psych*, 57, p.101-107, 1976), a propósito dos que ele nomeia “quase-colegas”. Uma parte dos analisandos vindos de campos vizinhos da psicanálise apresenta, em certos casos, segundo o autor, uma estrutura narcisista psicótica ou uma perversão dissimulada. “O tratamento psicanalítico adquire o sentido de um ingrediente suplementar destinado a garantir a coesão da estrutura narcisista e das atividades perversas. Acrescentarei que nosso sistema de seleção, na França, não nos permite diferenciar entre “quase-colegas” e “candidatos”. O que importa, mostra David Libermann, é que o analista perceba a utilização que o analisando faz de sua análise, o que nem sempre é o caso. Ora, esse problema me parece fundamental para o futuro das sociedades de psicanálise que evoluem em um certo contexto sócio-cultural em que esse gênero de paciente-candidato tende a tornar-se cada vez mais numeroso. O analista, por diversas razões estruturais e contratransferenciais, pode ser, mais ou menos conscientemente, cúmplice da marcha viciada de seu analisando e efetuar com ele uma pseudo-análise, não chegando nunca a tocar no núcleo depressivo que a perda da ilusão deve desvelar e, com ele, na verdade em sua terrível nudez. Como esses analisandos se tornam freqüentemente analistas, concebe-se que o gosto pela busca da verdade possa acabar por desaparecer.

Eu não quereria liquidar esse problema tão grave, atribuindo pura e simplesmente uma ideologia antagônica à dos pacientes em causa aos que se arriscam a abordar essa questão. Permito-me citar aqui um simples exemplo pessoal. Falei, em outra conferência, do caso de um paciente-médico que praticava numerosos abortos, segundo ele, “por ideal”. Estou profundamente convencida, pessoalmente, do direito das mulheres de interromperem sua gravidez e acredito, pois, na necessidade de que haja médicos para praticarem esses abortos, mas, do mesmo modo, estou convencida que seria permitir a interferência de meus próprios princípios éticos no tratamento, em detrimento da busca da verdade, se me contentasse com a afirmação do meu paciente.

66 □ Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998





Para concluir, é necessário mostrar que a gravidade aparente da patologia não tem nada a ver com a propensão de se esquivar da realidade e da evolução. Com efeito, como outros colegas, creio eu, muitas vezes me senti chocada pelo fato de que sujeitos apresentando uma sintomatologia muito ruidosa, de ordem neurótica, mas também por vezes pré-psicótica, se revelavam – o que pode acontecer também com pessoas que se encontram fora do consultório analítico – donos de um notável insight, um conhecimento instintivo do que poderiam ser sem seus entraves conflituais; porém, logo que começavam uma análise, eram apoiados, durante seu tratamento, para além de suas próprias resistências, muito importantes, às vezes, por uma espécie de apreensão profunda das etapas que os levariam a se tornarem o que eles eram. Ao contrário, pessoas aparentemente pouco atingidas, com um brilhante sucesso social, auxiliadas por qualidades intelectuais evidentes, manifestam – para além das resistências clássicas – uma espécie de incompreensão, não menos profunda que a intuição dos precedentes, do que é processo analítico e todo processo em geral. Penso que a avaliação de qualidade do ideal do ego dos futuros pacientes e sobretudo dos futuros analistas evitar-nos-ia muitas contrariedades e constituiria uma salvaguarda da psicanálise, o entusiasmo, o elã dos analistas colocando-se, agora, a serviço da busca da verdade e não a serviço de sua deturpação. □

Tradução de **Clotilde P. S. Favalli**

Janine Chasseguet-Smirgel

Rue de L'Universite,
75007 – Paris – França

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **68** é branca





Investigação em metapsicologia Simbolização em psicanálise*

*Myrta Casas de Pereda***, Montevideo

A proposta constitui um intento de formular a simbolização como processo e produção que tem o sujeito, em sua divisão, como alvo e que se realiza em dois âmbitos coexistentes.

Por um lado, sustenta ou habilita a metáfora que implica a disponibilidade representacional, o trânsito do desejo sobre as cadeias representacionais, ligando fantasia e sintoma em uma adequada discriminação sujeito-objeto, fantasia-realidade. A simbolização, nesse caso, é coextensiva ao recalque (Verdrängung) e conta com um simbólico que triadiza através da proibição. Por outro lado, e ao mesmo tempo, haveria um trabalho de simbolização em torno da presença-ausência (âmbito binário), em que se brincaria com contigüidades ou similaridades metonímicas. Aqui a simbolização seria eminentemente icônica ou indicial e falaria de um processo em que a metonímia subjazeria à organização da metáfora.

* Tema oficial da Mesa Redonda do dia 28 de março de 1997 do II Simpósio Brasileiro de Observação da Relação Mãe-Bebê. Algumas destas idéias foram apresentadas no II Colóquio de Colonia de Sacramento, Uruguay, sob o título de "Simbolização em Psicanálise", 18-20 de outubro de 1996.

Trabajo publicado en la Revista Uruguaya de Psicoanálisis, R.U.P., Nº 84/85, 1997.

** Membro Efetivo da Associação Psicanalítica do Uruguay.





Myrta Casas de Pereda

“Os rostos rimam com os olhos assim como as palavras rimam com o ouvido”

Paul Auster

O livro da Memória

“As verdades são ilusões das quais foi esquecido que o são”

F. Nietzsche

Sobre Verdade e Mentira

Introdução e formulação de problemas

Dentro do amplo panorama que oferece a investigação em psicanálise, solidário do pluralismo teórico, desejo salientar alguns elementos que orientam meu interesse pela metapsicologia. Trata-se de um campo de investigação que abre a reflexão no rumo de um dos aspectos que constituem a especificidade da psicanálise, estatuto bifronte que define nossa práxis, reunindo em uma unidade conceitual o corpus teórico com sua prática clínica.

Trata-se de práticas ligadas na busca do inconsciente que determina o singular de cada sujeito. O legado freudiano revela a pulsão e a sexualidade, constituindo o inconsciente (divisão do sujeito) através do interjogo que subjaz ao conflito psíquico. Entre o desejo e sua cotação (defesas) se produz a organização subjetiva.

Pulsão, sexualidade, junto à transferência, são pilares da especificidade assinalada. A tensão própria do inconsciente não procura ser resolvida, mas desvelada em seus efeitos. Nossa tarefa pretende desfazer o padecimento, mas as figuras mais consistentes do conflito, como a castração e suas múltiplas redes, subsistem na estrutura mesma.

Resulta disso que a psicanálise não constitui uma ciência no sentido clássico¹, situando-se à distância do discurso universitário ou científico, devido à impossível adequação entre consciente e inconsciente. Tampouco é cabalmente uma hermenêutica, nem um discurso filosófico ou psicológico, ou uma perspectiva cognitiva que desliza para o estudo da conduta. Porém, como disciplina do humano, aproxima-se de todas essas áreas e de muitas outras, enlaçando elementos de cada uma delas, sem constituir-se nunca em uma cosmovisão psicanalítica. Um Freud antecipado nos alertava sobre o risco de uma tal *Weltanschauung*.

1. O discurso científico atual, com propostas como as “estruturas dissipativas” “caos”, “azar” (Prigogine, 1986) o “pensamento fraco” (Vattimo, 1983) aproximou-se a certa indeterminação que caracteriza o discurso psicanalítico.





A estruturação psíquica envolve o outro, o *Nebenmensch* freudiano, o semelhante auxiliar, sem o qual seríamos incapazes de sobrevivência. Essa singular marca que é o desamparo constitui um lugar privilegiado para a investigação em psicanálise, mas devemos cuidar-nos de cairmos na tentadora busca das origens. Custa ao homem renunciar à soberania da racionalidade e a observação presta-se, às vezes, para a ilusão de descobrimentos reveladores.

Qualquer intento de tratar com as origens pode desembocar, perigosamente, em uma teoria unitária, em uma construção totalizadora do homem. Verdadeiro ponto culminante que leva ao mal-estar na psicanálise e que, no entanto, faz dessa interrogação sempre renovada um eixo de sua existência.

Mencionei anteriormente (Casas de Pereda, M., 1992) que o desamparo é a marca a fogo da ontogenia que organiza as múltiplas e sutis redes nas quais o sujeito, para aceder ao seu próprio desejo, precisa ser desejado e mantido metafórica e literalmente por seus pais. Os efeitos desse processo constituem discurso para a escuta psicanalítica. Linguagem do corpo em movimento que, junto com a palavra, faz o discurso infantil. Especialmente nos primeiros anos, é efeito e produto ao mesmo tempo que produção, pois a criança, nesse encontro essencial com os braços e as palavras do outro, começa a sustentar e articular seus primeiros limites.

Quando Austin escreve seu livro *Como fazer coisas com palavras* (1962), a lingüística sofre um importante revés na história das idéias. O ilocutório e o perlocutório introduzem essa dupla vertente: o que fazemos quando falamos e o que provocamos ou produzimos no outro ao falarmos.

Os desenvolvimentos da semiótica e da pragmática proporcionam textos iniludíveis no estudo dos sinais e dos símbolos. As relações de significação perdem pé e acrescenta-se a perspectiva das relações de simbolização.

O fato de que a criança fala brincando, fazendo coisas, levou-me a penetrar nos problemas que isso formula para a psicanálise. Sistema ampliado de linguagem, em que se brinca com sentidos através da sensorialidade, o movimento é uma gramática enriquecida em sua capacidade de afetar o outro. A palavra ressoa como destino primeiro e último em que o símbolo adquire seu real estatuto, mas o gesto é palavra que se organiza como tal desde o outro, rede entrelaçada com o desejo inconsciente que constitui uma modalidade singular de discurso.

A ação e o ato, como parte do discurso, devem enteirar a psicanálise como conceitos fundamentais e não como resgate de uma distorção. Constituem, no discurso infantil, parte consubstancial da letra de cujos efeitos devemos obter uma maior sistematização. Não é nem acting out, nem se situa fora do discurso, é cena que faz parte de um texto, às vezes de um contexto, não é interrupção.

Afastamo-nos também de uma concepção biologista ou de um estudo da con-





duta, em que o desejo inconsciente, unido à demanda e à necessidade, ficaria de lado.

“A ação é processo do pensar que se constituiu desde o representar”, assinalava Freud (1911), reunindo pulsão, inscrição, representação e corpo em movimento. O gesto é pensamento em ato “*dado a ver*” (Lacan, 1977) que mergulha na linguagem e preexiste ao sujeito no discurso familiar, o que nos devolve ao problema da representação, que a psicanálise questiona desde seus primórdios, desde o oxímoro, que implica a idéia da representação inconsciente, até todo o campo problemático da dimensão metapsicológica em torno à inscrição, à pegada, ao vestígio. Nessa pergunta, mais do que uma preocupação pelas origens (sempre míticas), interessa tudo o que medeia a inscrição e seus efeitos e que permite repensar as patologias atuais. Resulta que o problema do símbolo, do sinal, presente na simbolização, seja uma verdadeira encruzilhada para reformular uma perspectiva metapsicológica renovada.

Procuramos, então, deixar de lado, na medida do possível, os conceitos de representação-coisa e representação-palavra, escolhendo outro pivô em torno do qual possamos pensar o processo de estruturação psíquica. É nesse sentido que tomamos a simbolização, o que nos leva à idéia de que observação e especulação não são opostos incomensuráveis. De fato, entre escutar e pensar transcorre toda a nossa tarefa como psicanalistas; a escuta analítica inclui todos os registros da sensorialidade, sem ligar-se a eles.

Lugar da simbolização

Penso que mais fecunda do que o uso dos conceitos de representação-coisa e representação-palavra é a idéia de sua articulação, pois é com ela que Freud dava conta da neurose e do seu defeito, a psicose. Refiro-me à articulação presente na sua proposta de que “*a representação consciente envolve a representação-coisa além da correspondente representação-palavra*” (Freud, 1915) (os grifos são meus).

Retomo essa preocupação freudiana (desde seu trabalho sobre as afasias), por manter o que chamaríamos, no momento atual, de “um nível simbólico preservado”. Um modo de assinalar que aquela “correspondência” freudiana “explicava” o compartilhável, um sentido emergente, altamente compartilhável (símbolo), que afunda suas raízes no inconsciente, numa articulação, num movimento, não apreensível pela consciência. Acontecimento que implica, então, três elementos: a) o que chamo de “o compartilhável”, que corresponde a uma decantação simbólica que implica o social, a dimensão coletiva; b) um lado não comprovável, mas somente inferível, a dimensão inconsciente; c) o que faz a especificidade do que é aceito naturalmente e que vemos, com Freud, como uma articulação que possibilita outras.





Isso se sustenta em vestígios, pegadas, marcas... sinais, grafias, fonemas, sempre com alguma coisa de escritura, que prepara, como o rabisco winnicottiano, múltiplas configurações e associações. É representação-coisa, sinal perceptivo, pegada mnêmica, nomes outorgados a um lado não verificável da nossa metapsicologia (somente apreensível pelos seus efeitos).

No prelúdio metapsicológico da Carta 52, Freud introduz o sinal perceptivo, vestígio que responde a tudo o que é sensível, sensorial, da percepção. Entre esse e o estatuto da representação-coisa não medeia nenhum processo explicitado; devemos limitar-nos aos dados freudianos como fatos consumados. O sinal perceptivo – não recuperável – é um lugar que Freud cria para um sinal inconsciente de uma percepção, isto é, novamente, há o intento de figurar um laço, uma articulação.

Introduzimos o termo simbolização em vez de representação-coisa e palavra, para tentar pôr de lado essas dificuldades, levando em consideração, ao mesmo tempo, que a introdução de elementos de lingüística e semiótica no campo psicanalítico constitui, em si mesma, uma situação problemática. A semiótica pertence ao âmbito do consciente e em nada se preocupa com a perspectiva freudiana do inconsciente. Estaríamos incorrendo em um paradoxo semelhante ao freudiano.

Mas quais seriam as vantagens? A primeira, que surge do exposto, é a de cercar ou explicitar o que é obscuro. Com a idéia da simbolização não chegamos a capturar o que não é capturável, mas propomos um nome para esse processo que medeia a divisão de instâncias, produzindo sentidos, sintomas, sonhos e lapsus. Por outro lado, parece-me útil pensar em graus diversos de simbolização (que tomo de Peirce), que permitiriam pensar diversos acontecimentos psíquicos solidários entre si. Permite uma leitura diacrônica e sincrônica do acontecimento psíquico, no qual tem cabimento o a posteriori. Resgata, ainda, elementos fáticos em que o gesto ou o movimento resultam significantes e diagramam gramaticalidades (o valor icônico ou indicial da simbolização). Reúne o sentir, a experiência e o pensamento (mentalização) em situações diádicas e triádicas que tornam presente a tarefa do interpretante. A isso acrescentamos a perspectiva inconsciente que veicula o desejo e, por conseguinte, o resultado do encontro do sujeito com o outro (objeto).

Na história das idéias, o termo simbolização tem uma longa trajetória, desde a forma de substantivo com que aparece – symbolon, alusivo à união e separação – até a forma verbal (simbolizar), que aparece na teoria dos símbolos (simbólica), nas religiões, na lingüística, na semiótica, na filosofia e, especialmente, no estruturalismo. Nas últimas décadas, na literatura psicanalítica, é quase uma presença iniludível e sua utilização em diversos contextos teóricos outorga-lhe diferentes alcances.

A simbolização na obra freudiana aparece de dois modos diferentes: a simbólica dos sonhos e a simbolização que ele introduz no Apêndice C, sobre palavra e





Myrta Casas de Pereda

coisa, de O Inconsciente: “A relação que medeia entre representação-palavra e representação-objeto parece-me mais merecedora do nome ‘simbólica’ do que a que medeia entre objeto e representação-objeto” (S. Freud, 1915).

São acepções diferentes, já que a leitura de símbolos em A Interpretação dos Sonhos tem um certo caráter hermenêutico; ao contrário, na outra acepção (1915), a simbolização fica aberta a possíveis significações como efeitos de sentido que acontecem em uma relação entre duas representações (significantes). Insisto nessa última, porque uma relação entre duas representações deixa definitivamente fora o objeto real.

Creio que, em geral, há coincidência na noção de déficit ou transtorno de simbolização, na qual sobressaem dois elementos:

- transtornos do pensamento, que mostram uma difícil discriminação fantasia-realidade, em que se abre o limite impreciso das convicções que vizinha com as crenças, por um lado, e com o delírio, pelo outro;
- o predomínio do ato sobre a palavra, tais como atuações, adições, psicossomática, etc.

Em ambos aparecem excesso de referentes fáticos e dificuldades com a metáfora (a equação simbólica, por exemplo).

O interessante é pensar nos elementos que podem caracterizar as patologias graves e nos que são parte natural dos processos de estruturação psíquica (por exemplo, aproximações e diferenças).

Três vinhetas breves

Luis, um pequeno de 5 anos, em meio a uma angústia desorganizadora, insistia que não queria desenhar a chuva porque se molharia o papel. Trata-se de uma vivência catastrófica, em que essa desarticulação do simbólico promove a produção imaginária, liberada de suas amarras.

Raquel, de apenas 2 anos, tinha dificuldades para dormir de noite e dava muito trabalho a seus pais levá-la para a cama: chorava muito e resistia tenazmente. O pai, então, concebe um meio de “mudar” as coisas: filma a pequena com seus problemas noturnos, sua inquietação, seus esforços contra a mãe, seu pranto, mas faz desaparecer a imagem, mantendo-lhe a voz e o pranto. A idéia era dar-lhe um pequeno susto que acalmaria com o reaparecimento da imagem quando despertasse em paz. Mas, durante a projeção do ardil, foi preciso suspendê-la, para acalmar-lhe a enorme angústia, pois a pequena pôs-se a gritar, verdadeiramente aterrorizada: “Ocura, ocurra!!” (“Procura, procura!!”).

Carolina, com dois anos e oito meses, começou a brincar com um amigo imaginário com uma realidade tal que levou os pais a consultarem. Surgido pouco depois





de uma mudança e um aborto da mãe, o amigo imaginário de Carolina tornou-se imprescindível.

Só no primeiro caso estamos diante de um processo patológico. Os outros são momentos de estruturação em que a simbolização prevalece ou predomina nas suas modalidades icônicas e indiciais e a imagem tem um papel preponderante nos processos de alienação, transitivismo e identificação.

Penso que a simbolização como conceito e processo, provavelmente, não se decantou dentro da especificidade da psicanálise e de seu papel na psicopatologia. Isto leva a um certo risco de babelização ou de se pensar, ao contrário, que estamos falando da mesma coisa. Talvez, para torná-la um instrumento psicanalítico, seja necessário provê-la de uma função metapsicológica, reuni-la com registros diversos da estruturação psíquica e fazê-la trabalhar na articulação teórico-clínica. É uma tarefa a realizar.

Alguns desenvolvimentos

Parto do valor significante do ato e/ou do gesto semelhante à palavra, mas com um claro predomínio da metonímia, da contigüidade e da figurabilidade em que a imagem adquire relevância. A metáfora aparece mais cabalmente com o sinal lingüístico, a palavra, o símbolo. Mas também o gesto (enquanto metonímia) leva à produção de sujeito psíquico (no sentido da “realização de desejos inconscientes”). A tudo isso subjaz um substrato simbólico que determina essa coerência do discurso gestual-verbal ainda nos mais pequenos.

Na estruturação subjetiva, o oral, o anal, o fálico são apoios indiscutíveis que realizam metáforas, não se trata, porém, do corpo biológico, mas de uma metáfora do mesmo: o corpo erógeno. Talvez seja esse o ponto mais radical de que dispomos para pensarmos na simbolização: o termo metáfora.

Entre corpo e palavra acontece a simbolização. O real do corpo trabalhado pelo símbolo cria o espaço da fantasia, lugar de todo o desenvolvimento sublimatório e criador. Espaço-tempo de margens, fronteiras, que se preenchem com toda a força do imaginário, em que a imagem e o fático ganham relevância. Não é casual que nessa preeminência imaginária (sempre sustentada por um simbólico determinante) surja o espaço da crença e a ilusão consubstanciais ao tempo da infância.

Entramos, então, na dimensão metapsicológica, já que as crenças são solidárias da peripécia que acontece em torno da castração simbólica: as teorias sexuais infantis surgem como um modo natural de enfrentar a realidade. A criança começa a abarcar a realidade através da recusa (Verleugnung) da ausência que subjaz à cons-





trução dessas teorias sexuais infantis. Ausência que adquire dois sentidos: recusa (*Verleugnung*) da morte e recusa da castração.

A simbolização implica um exercício de negatividade, trabalho do negativo que habilita alguma coisa em vez de outra, o que se faz presente em todo momento do trabalho de estruturação psíquica (o trabalho das defesas): substituição, transformação, produção. A capacidade simbolizadora requer fluidez da tarefa de substituição em que o par presença-ausência tem efeitos no trabalho psíquico. Todo trabalho de simbolização apóia-se na disponibilidade da ausência que habilita a substituição.

Nesse contexto, permito-me salientar o efeito da recusa estrutural (Casas de Pereda, 1995b) que age na dialética presença- ausência. O âmbito do desamparo inclui disponibilidades de simbolização com qualidades diferentes. O perceptivo, a imagem, é parte essencial da recusa (*Verleugnung*) da ausência.

A simbolização psicanalítica, então, pode ser pensada em relação ao eixo do conflito psíquico; o mencionado interjogo desejo-defesa que dá conta da divisão e organização das instâncias. Simbolização, pois, solidária do trabalho de representação psíquica que liga o problema da marca mnêmica à disponibilidade metafórica que implica o juízo e o pensamento.

Como hipótese, colocaríamos a simbolização em relação aos dois grupos de defesas mais relevantes na estruturação psíquica, o que inclui não deixar a simbolização restrita ao âmbito do recalque (*Verdrängung*). Faz-se a divisão arbitrária, para simples efeito de sistematização, em dois grupos que denominamos âmbitos binário e triádico dos mecanismos defensivos. A proposta não significa uma sucessão temporal, mas a coexistência de ambos, com predomínios binários no observável. No âmbito binário colocamos a transformação no contrário, a volta sobre si mesmo e a recusa (*Verleugnung*) e, no âmbito triádico, o recalque (*Verdrängung*) e a sublimação. Em ambos se faz presente o trabalho de simbolização através de qualidades diversas da mesma (Peirce).

Abrem-se, então, duas perspectivas, na realidade, consubstanciais em torno a esse processo: *a perspectiva metapsicológica e a perspectiva do observável*.

Desde a primeira simbolização (recalque primário e secundário), que implica passar do corpo real ao símbolo e que dá lugar à fantasia e ao pensamento, acontece o fato essencial da divisão do sujeito. Há uma situação primordial que inaugura toda substituição ulterior que possibilita juízo e pensamento. Desde que há movimento representacional, também trabalha o âmbito dual das chamadas defesas narcisistas (recusa – *Verleugnung* –, transformação no contrário e volta sobre si mesmo).

O interjogo da dialética presença-ausência determina um verdadeiro treinamento da perda; por isso falo de trabalho de simbolização nesse âmbito binário.

No âmbito do observável, a simbolização aparece como produto, ao mesmo





tempo que produção (de sujeito psíquico), através do discurso. A simbolização icônica e a indicial² são disponibilidades naturais que acontecem no trânsito da estruturação subjetiva. Podemos colocar em paralelo as contribuições sobre primeiridade e segundidade com o trabalho (*Arbeit*) psíquico entre o desejo e as defesas narcisistas, no qual o dual, o especular, o transitivismo e os sentidos binários prevalecem. Porém, a terceiridade em Peirce é também uma disponibilidade que assegura a possibilidade de primeiridade e segundidade; essas propostas também correm muito próximas de um simbólico que habilita o desenvolvimento do dual no trabalho sobre a ausência e a consecutiva simbolização.

O observável define um amplo campo onde tudo o que é sensorial cobra relevância. Não importa a forma adotada pelo objeto, sempre que tiver ressaibos metonímicos ou metafóricos com o semelhante (objeto transicional ou fantasia, como o amigo imaginário). Talvez o que centre os caminhos da reflexão a esse respeito seja a idéia de uma metáfora obtida como efeito da simbolização.

O interjogo metonímico e metafórico que se estabelece em torno da dialética presença-ausência “treina” na aceitação da ausência. São os múltiplos e intermináveis jogos de *fort-da* que acontecem ao longo da infância. Desde o “não está-está” que a mãe brinca primeiro com seu bebê até todos os jogos de esconder que se sucedem ao longo dos anos infantis.

Esse chamado “treinamento” da aceitação da ausência implica fantasias de frustração que falam de elaboração de novos vínculos inconscientes. Ausência que conjuga fantasias diversas que transcorrem entre a morte e a castração. Experiência da perda vivida através de tudo o que é orifical, corpo erógeno que se oferece como sustento fantasmático, mas com uma “corporeidade” também fantasmática, diferente. Esses matizes diferenciais se duplicam nas diversas modalidades simbolizadoras (icônicas, indiciais e simbólicas).

Nesse trânsito escandido da simbolização, com tempos semióticos (da simbolização), icônicos ou indiciais, as mediatizações são imprescindíveis no fático: precisa-se de objetos para articular e representar sentidos.³

O objeto transicional é um exemplo dessa mediatização pelo objeto, pois é a encarnação de uma metáfora a meio caminho ou uma “*metáfora viva*” (Casas de Pereda, 1992a). Presentifica a mãe (ausente), mas só através de uma presença obriga-

2. O icônico nesse autor fica do lado da primeiridade e seria uma qualidade do sentir, numa pontualidade temporal, um ponto no tempo. A segundidade, em relação com o índice, está vinculada à experiência, ao esforço que, por sua vez, também implica ação, em que o sentido mais forte é constituído pela diferença entre um antes e um depois. A terceiridade, que fala do símbolo, implica a disponibilidade maior do interpretante.

3. O objeto, para Peirce, está sempre presente, pois é um dos elementos do símbolo; só que, no caso do símbolo, (a diferença do ícone e do índice) este objeto está mentalizado.





tória do objeto (dos presentificadores): chupeta, lençinho ou ursinho. Preeminência metonímica que contém aspectos metafóricos, mas que requerem ainda o referente. O objeto transicional torna presentes as modalidades icônicas e indiciais da simbolização. Também o amigo imaginário evoca as duplicações ou projeções próprias de momentos de estruturação no qual o objeto é requerido em uma permanência fantasmática.

O icônico não é um momento inferior em um desenvolvimento progressivo em que se alcançaria o piso superior do símbolo, mas uma qualidade sígnica (com caracteres próprios) que faz parte de uma possibilidade que consiste em sua articulação na relação triádica (terceiridade).

A possibilidade de se poder desenvolver esse âmbito de simbolização icônica significa revalorizar elementos habitualmente percebidos somente pelo lado da patologia. Refiro-me a estarmos desnaturalizando o dual, por exemplo, se o isolamos do triádico, seja em semiótica ou em psicanálise.

No âmbito da estruturação psíquica, acontecem, espiralada e simultaneamente, momentos icônicos, indiciais e simbólicos. Sua abrangência e caracterização permitiria pensar como o predomínio de um ou outros, ou o possível corte com os demais, caracterizaria sintomas ou vivências desrealizadoras.

Essas reflexões em torno do observável realçam a importância da imagem, do perceptivo, que abrange tudo o que é sensorial que se torna linguagem, discurso. A imagem, que torna presente perceptivamente o que representa, reúne-se com o desejo, para dar conta da intensidade da alienação em máscaras ou suportes identificatórios, oferecidos à criança desde os começos da vida.

A imagem importa, então, por vários motivos:

- porque particulariza a presença do referente em simbolizações icônicas e indiciais;
- porque o perceptivo é um pólo essencial na estruturação psíquica em que a presença do outro e seu desejo (referente e abstração) fazem a subjetivação: a especularidade, a alienação, o transitivismo e a peripécia identificatória;
- porque o perceptivo é objeto de uma defesa primordial, como o é a recusa (*Verleugnung*) estrutural, que trabalha sobre a morte e a castração através da dialética presença-ausência. É a dimensão narcisista e edípica do conflito.

Isso tudo são mais questionamentos e interrogantes abertos do que respostas. Penso que a conjuntura essencial que é nossa práxis nos move – porque comove – para a busca insistente de novos sentidos ou instrumentações em uma permanente desilusão diante do incognoscível. □





Summary

The intention is to formulate the symbolization as a process and a production which has the subject on its division as goal, and that is fulfilled in two coexistent scopes.

On one hand states or allows the metaphor which implies the representative availability, the passage of the desire over the representative chains joining fantasy and symptom into an adequate distinction of subject-object, fantasy-reality. The symbolization, in this case, is coextensive to the repression and counts with a symbolical that “triangulates” through the prohibition.

On the other hand, and at the same time, there could be a symbolization work around the presence-absence (binary compass) where contiguities or metonymical similitudes could be played.

Here the symbolization could be eminently iconical or indicative and could talk about a process where the metonymy lies under the metaphor organization.

Referências

- AUSTIN, J. *Cómo hacer cosas con palabras*. Buenos Aires: Ed. Paidós, 1982.
- CASAS DE PEREDA, M (Coord.), BAGATTINI, M.C., CÁRDENAS, M, LÓPEZ DE CAYAFFA, C, MIRALDI, A, URIARTE DE PANTAZOGLU, C. Acerca del acting out en psicoanálisis de niños. (1988). En: *Acto, acting out y discurso infantil*. Montevideo: EPPAL, 1992.
- CASAS DE PEREDA, M. (1983). Representar, representaciones. El escenario infantil. En: *El juego en el psicoanálisis de niños*. Biblioteca Uruguaya de Psicoanálisis. Vol.1. Montevideo: A.P.U. , 1986.
- . (1986). Algunas reflexiones sobre teoría de la técnica en análisis de niños. *Revista Uruguaya de Psicoanálisis N° 64*, Asociación Psicoanalítica del Uruguay, Montevideo.
- . (1988). Acerca del discurso infantil. En: *Acto, acting out y discurso infantil*. Montevideo: EPPAL, 1992.
- . (1991). Gesto, juego y palabra. El discurso infantil. En: *Revista Uruguaya de Psicoanálisis N° 74*. Asociación Psicoanalítica del Uruguay, Montevideo.
- . (1992a). Estructuración Psíquica. En: *Revista Uruguaya de Psicoanálisis N° 76*. Asociación Psicoanalítica del Uruguay, Montevideo.
- . (1992b). *Sobre el Juego y la Simbolización*. Correo de FEPAL, El.RB, Montevideo.
- . (1995a). Metapsychology and the Transitional Object and Phenomena. En: *Psychoanalysis in Latin America*, FEPAL-IPA.
- . (1995b). *Entre la desmentida y la represión*. Publicación de la Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires, Buenos Aires, 1996.
- FREUD, S. (1911). *Formulaciones sobre los dos principios del acaecer psíquico* T.XII, p.226. Buenos Aires: Amorrortu, 1976.
- . (1915). *Lo inconciente. Cap.VII: El discernimiento de lo inconciente. (p.198) Apéndice C. Palabra y Cosa*. T.XIV, (p.213). Buenos Aires: Amorrortu, 1976.





Myrta Casas de Pereda

GREEN, A. *Lo negativo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

LACAN, J. *Los cuatro conceptos fundamentales del psicoanálisis*. Seminario XI (1964). Barcelona: Barral, 1977.

PEIRCE, C. *La Ciencia de la Semiótica*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

———. *Peirce on Signs*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1991.

PRIGOGINE, Y. *Enfrentándose con lo Irracional. Proceso al Azar*. Barcelona: Tusquets, 1986.

VATTIMO, G. *Dialéctica, Diferencia y Pensamiento Débil*, en *El Pensamiento Débil*, Madrid: Cátedra, 1983.

Myrta Casas de Pereda

Av. Gral. F. Rivera 2516

11300 – Montevideo – Uruguay

© Revista de Psicanálise – SPPA





Significação ou ressignificação da experiência infantil*

R. Horacio Etchegoyen**, Buenos Aires

Este trabalho busca especificar o conceito de a posteriori em psicanálise e refletir sobre seu lugar e seu valor na teoria. O termo usado por Freud foi Nachträglichkeit, que Strachey traduziu por “deferred action”, os franceses chamam “après-coup” e, em espanhol, José Luis Etcheverry chamou “efecto retardado”. Partindo de casos clínicos de Freud e da histórica polêmica deste com Adler e Jung, o autor demonstra como o complexo e contraditório conceito de Nachträglichkeit oscila entre significação e ressignificação. Da mesma forma, Freud flutua entre uma explicação retrospectiva e prospectiva da neurose e da vida psíquica em geral. O autor considera que o que está em discussão é a dialética conflito infantil/conflito atual, e de forma latente, a importância do pai ou da mãe para a criatura humana, portanto, os temas do momento sobre a teoria psicanalítica e o status da psicanálise entre as ciências da natureza e as ciências do espírito.

* Este trabalho foi apresentado no Primeiro Congresso Latino-Americano de Psicanálise de Crianças e Adolescentes da Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) em abril de 1994, durante a presidência de Saúl Peña.

** Membro Efetivo da Associação Psicanalítica de Buenos Aires.





R. Horacio Etchegoyen

O tema que me proponho tratar é sem dúvida atraente e de grande atualidade, na medida em que se relaciona com problemas teóricos e clínicos que repercutem na prática psicanalítica diária. Ao mesmo tempo, é um fragmento de nossa história, já que nos leva, por via direta, às decisivas e definitivas confrontações de Freud com Jung e Adler, os grandes dissidentes dos anos dez. Não pretendo abarcar, em minha exposição, o amplo universo que sugere o título deste trabalho, mas especificar o conceito de *a posteriori** em psicanálise e refletir sobre seu lugar e seu valor na teoria. Como todos sabemos, o termo usado por Freud foi *Nachträglichkeit*, que Strachey traduziu por “deferred action” e os franceses chamam “après-coup”. Em espanhol, José Luis Etcheverry usou “efecto retardado”. A tradução francesa é muito feliz, como pensam Fainberg e Corel (1990), e é a que vou preferir, não só porque me parece plástica e acertada, mas também como forma de reconhecimento da escola francesa, que tem-se ocupado muito do tema a partir de Lacan (1953, 1958, etc.).

Como bem dizem Laplanche e Pontalis, em seu *Vocabulaire* (1968), *Nachträglichkeit* é um adjetivo que Freud usa ao longo de toda sua obra; ao substantivá-lo, *Nachträglichkeit*, dá-lhe espaço formal em seu aparato conceitual. É possível que assim o seja. Mas, por ora, gostaria de assinalar que Freud expõe essa idéia (ou teoria) em duas oportunidades distintas: uma vez em 1895, no *Projeto de Psicologia* (Freud, 1950), para demonstrar a natureza sexual dos sintomas histéricos e outra em *História de uma neurose infantil* (Freud, 1918), em que se vale das provas clínicas que O Homem dos Lobos lhe oferece para polemizar com Jung.

Na parte II, “Psicopatologia”, do *Projeto*, Freud parte do que chama *representações hiperintensas* (excessively intense ideas, Überstark) para dar conta dos sintomas neuróticos. A representação hiperintensa da histeria, a compulsão histérica, caracteriza-se por ser incompreensível, insolúvel pelo trabalho de pensar (ou seja, não se resolve raciocinando, fica excluída do processo de pensar) e incongruente com o contexto no qual aparece; ao mesmo tempo, é solucionada na medida em que se torna compreensível. Freud conclui que a idéia hiperintensa que conduz (e condena) à compulsão histérica deve sua eficácia a ter estado ligada, em um momento de grande tensão emocional (situação traumática), a outra que, essa sim, justifica o estado afetivo que traduzem os sintomas: a representação hiperintensa vem a ser um *símbolo* daquela idéia. Desta forma, a representação hiperintensa torna-se o símbolo de uma situação traumática que fica reprimida e assim permanece até que a análise psicológica esvazie essa equação.

A partir dessa explicação, Freud busca as condições que conduzem à compulsão histérica e à formação de sintomas. A experiência clínica mostra reiteradamente

* A tradução para o português do Vocabulário da Psicanálise de Laplanche e Pontalis. (N. da T.).





– afirma – que a repressão se dirige regularmente a uma representação penosa (dolorosa), desprazerosa para o ego, que é sempre de natureza sexual.

Com grande intuição, Freud expõe, nessa parte do *Projeto*, sua teoria da repressão e, ao mesmo tempo, a dialética entre a repressão e a resistência, que é a pedra angular da psicanálise; mas o faz baseado em um modelo neurológico em que a representação reprimida é um engrama mnêmico, uma investidura neuronal que aparece na consciência como símbolo da recordação, a representação hiperintensa do reprimido. A repressão histérica se distingue da defesa normal por sua rigidez, porque o símbolo fica fixado irreversivelmente pelo deslocamento a outro neurônio.

A segunda condição para a defesa patológica é, e Freud o afirma categoricamente, a sexualidade. Assim o indica sua experiência clínica; mas, então, por que há de ser sempre um afeto sexual o que se presta à repressão?

Aqui Freud recorre a um exemplo clínico famoso, Emma, a jovem que sofre a compulsão de não poder ir sozinha a uma loja. A explicação que a própria Emma dá de sua conduta é que, aos doze anos, pouco depois da puberdade, foi a uma loja onde viu dois empregados que estariam rindo. Presa de terror, fugiu apavorada. Pensou, depois, que os empregados riam de seu vestido e também que gostara de um deles.

Na análise realizada por Freud aparece uma segunda lembrança: aos oito anos foi à padaria comprar guloseimas e o padeiro tocou-lhe o baixo ventre por cima da saia, em meio a risadas maliciosas. Apesar dessa experiência, voltou pela segunda vez à padaria; e depois nunca mais o fez.

No pano de fundo do episódio com o padeiro, compreende-se, então, o que houve com os dois empregados. Entre ambas as cenas existe um nexos associativo bem claro, já que o padeiro riu enquanto a tocava; mas, por que, então, a cena com os dois empregados desperta a ansiedade da menina e condiciona sua compulsão histérica a fugir espantada? Poucos anos antes, essa mesma menina não se havia sentido angustiada frente aos avanços do padeiro e só reagiu com indiferença. É que, entre esses dois acontecimentos superpostos, intermedia um fato que estabelece uma mudança radical: Emma torna-se mulher e a cena na loja com os dois homens desperta seus desejos sexuais, o que, na época do padeiro, era impossível. É, portanto, o desejo sexual de que os dois empregados procedam como o padeiro, conclui Freud, o que desperta a angústia de Emma e a faz fugir da loja.

Freud assinala, também, que todo o complexo aparece na consciência na idéia *vestido*, que surge da repressão como um símbolo. Essa *falsa conexão* (*false connection*), expressão que Freud usava em outros escritos da mesma época, atua como a maior premissa falsa de um silogismo, o que faz Freud referir-se à *próton pseudos* histérica, tomando a expressão dos *Primeiros Analíticos*, em que Aristóteles estuda o silogismo. Freud dá esse exemplo porque lhe parece suficientemente ilustra-





tivo de sua teoria sobre a eficácia da sexualidade na construção dos sintomas histéricos. É exatamente porque a sedução sexual ficou reprimida que aparece na consciência o símbolo *vestido*.

O eixo do raciocínio freudiano parece ser, sem dúvida, que a lembrança despertada pela cena com os dois vendedores desencadeia a excitação sexual que a sedução do padeiro não poderia causar na menina pré-púbere, “*porque nesse período a alteração da puberdade tornou possível outra compreensão do recordado*” (AE, 1:403). // “*because in the meantime the change (brought about) in puberty had made possible a different understanding of what was remembered*” (SE, 1:356).

Essa situação é típica, para Freud, da repressão na histeria: sempre se descobre que a lembrança reprimida se tornou traumática a posteriori (*nachträglich*), por après-coup. Como diz Freud, em uma nota de rodapé no seu segundo trabalho sobre as neuropsicoses de defesa (Freud, 1896. A.E, 3: 167-68, nota 12 // SE, 3: 166-67, nota 2), somente podem ser reprimidas as representações de conteúdo sexual porque elas ocorrem em um período de imaturidade sexual, enquanto a recordação já encontra o indivíduo maduro. A relação inversa entre a vivência real e a recordação é a condição necessária da repressão na histeria. Algumas páginas antes, ao falar da etiologia da histeria, Freud reitera que “*não são as vivências em si que possuem efeito traumático, mas somente sua reanimação como lembrança (itálico no original), depois que o indivíduo tenha entrado na maturidade sexual*” (AE, 3: 165) // “*it is not the experiences themselves which act traumatically but their revival as memory (itálico no original) after the subject has entered on sexual maturity*” (SE, 3: 164).

Se seguimos o exemplo clínico que Freud nos propõe, Emma, e nos deixamos levar pelo seu raciocínio, subjugante com certeza, temos que concluir que o *a posteriori* (*Nachträglich*) transformou em trauma uma experiência sexual que, no momento, a criança não soube nem pôde compreender. Não nos interessa dizer agora que esse exemplo não vale à luz da teoria sexual que o próprio Freud vai descobrir depois, porque, em primeiro lugar, veremos, em breve, que Freud usa sua teoria do après-coup para explicar o célebre sonho de Sergei Pankejeff, e, segundo, porque muitos autores contemporâneos, como Laplanche (1987, etc.), concordam em afirmar a validade da teoria traumática, e mais ainda Ferenczi, quando afirmou, no Congresso de Weisbaden, de 1932, haver uma confusão radical entre o adulto e a criança, entre a linguagem da paixão e a linguagem da ternura.

Devemos considerar, pois, que, depurado de seus anacronismos e modelos neurológicos, o après-coup do *Projeto* continua sendo válido na teoria freudiana, por muita água que tenha passado debaixo da ponte.

Na nota, recém citada, de suas *Novas considerações sobre as neuropsicoses de defesa* (1896), Freud afirma categoricamente que “*esta proporção inversa entre*





vivência real e recordação parece conter a condição psicológica de uma repressão” (AE, 3: 168). // “*An inverted relation of this sort between real experience and memory seems to contain the psychological precondition for the occurrence of a repression*” (SE,3:167). E acrescenta: “*Os traumas infantis produzem efeitos a posteriori (Nachträglich) como vivências frescas, mas então as produzem inconscientemente*” (AE, 3:168, itálico no original) // “*The traumas of childhood operate in a deferred fashion as they were fresh experiences; but they do so unconsciously*” (SE,3:167). É interessante assinalar que, em uma nota de rodapé (AE,3:169//SE, 3:168) acrescentada em 1924, Freud (1894) assinala que o texto original foi escrito quando ele ainda não sabia distinguir entre as fantasias dos analisandos sobre sua infância e suas lembranças reais.

No capítulo V da *Interpretação dos sonhos*, “O material e as fontes do sonho”, Freud vale-se de um chiste para explicar o que deve compreender-se por *après-coup*. Trata-se de um jovem que admirava sobre tudo a beleza feminina. Em uma ocasião, falava-se sobre a bela ama-de-leite que o havia amamentado e ele lamentou não ter aproveitado aquela oportunidade (Freud, 1900. AE, 4: 218// SE, 4:204).

Em meio à grande polêmica com Adler e Jung no começo dos anos dez, Freud escreve *História de uma neurose infantil* (Freud, 1918. AE, 17: 1-111// SE, 17:1-122), em que o conceito de *Nachträglichkeit* ocupa um lugar singular. Talvez valha a pena lembrar que o (primeiro) tratamento de O Homem dos Lobos durou pouco mais de quatro anos, de fevereiro de 1910 até julho de 1914. Embora só tenha sido publicado em 1918, o trabalho foi escrito entre outubro e novembro de 1914 sob a forte influência – isto é dito numa nota no começo do trabalho – das discordâncias de Adler e Jung, dos quais se ocupa também a *Contribuição à história do movimento psicanalítico*, escrito no começo daquele ano (Freud, 1914). É conveniente lembrar que a ruptura de Freud com Adler aconteceu em 1911, mas a relação com Jung manteve-se até 1913, quer dizer, quando o tratamento do Dr. Pankejeff estava em curso. Jung, que foi o primeiro presidente da API, renunciou ao seu cargo (e à direção do Jarbuch) em abril de 1914 (Jones, 1953-1957, tomo 2, cap. 5, “Disensiones”), quando também se aproximava a data de término do tratamento de Sergei e começava a guerra européia.

Há muitos motivos para Freud ter escolhido O Homem dos Lobos a fim de sustentar seus pontos de vista; mas, desses, vale a pena resgatar aqui o fato de que Freud descreve a neurose infantil de Sergei Pankejeff para resguardar-se de uma das objeções básicas que lhe fazem. Jung afirma que o neurótico evita um conflito atual refugiando-se na infância; Freud deixa-se levar pela estratégia do neurótico e daí surge sua teoria da sexualidade infantil.

Digamos desde já que, nessa grande polêmica, o que está basicamente em





R. Horacio Etchegoyen

jogo é a sexualidade infantil, cuja existência Freud defenderá sem claudicações, enquanto seus oponentes a consideram somente um espelhismo. Jung afirma que os neuróticos tendem a expressar seus conflitos presentes em reminiscências e símbolos do passado, de modo que, para ele, a sexualidade infantil é somente um símbolo dos problemas atuais do doente. Para evitar as exigências atuais da vida real, o neurótico ampara-se em uma tendência regressiva que as translada à infância em forma de símbolos.

Freud afasta-se dessa explicação, mostrando uma neurose infantil que tem suas raízes na sexualidade da criança e se cristaliza nas cenas primordiais em geral e, em particular, na cena primária. Para Freud, a força probatória da análise de Sergei Pankejeff é que ela revela uma neurose infantil sepultada nas recordações da neurose do adulto. *“Que uma criança contraia uma neurose no seu terceiro ou quarto anos prova sobre tudo que as vivências infantis são capazes por si mesmas de produzir uma neurose, sem que para isso faça falta a fuga frente a uma tarefa apresentada pela vida”* (Freud, 1918. AE, 17:52) // *“The occurrence of a neurotic disorder in the fourth and fifth years of childhood proves, first and foremost, that infantile experiences are by themselves in a position to produce a neurosis, without there being any need for the addition of a flight from some task which has to be faced in real life”* (SE, 17: 54). Se a criança tem alguma tarefa a cumprir, é justamente a de dominar os impulsos instintivos que não pode satisfazer. De modo que a regressão será de pequena monta, enquanto o influxo das impressões precoces sai claramente à luz.

Há muitas formas de estudar a polêmica de Freud e Jung. A primeira, e, para mim, a mais importante, gira em torno à sexualidade infantil. Tem a criança *realmente* pulsões sexuais que lhe causam conflito e explicam a neurose ou, em termos mais amplos, a doença mental? Aqui as razões de Freud são conclusivas, se mais não fora porque o Homem dos Lobos teve, de fato, uma neurose em sua infância que não pode ser explicada pelas fantasias retrospectivas de Jung.

O tema se torna muito mais complexo, entretanto, na medida em que Freud aplica sua teoria do après-coup para dar conta da neurose infantil de Sergei Pankejeff, a zoofobia, primeiro, e, em seguida, a neurose obsessiva. A partir da análise do sonho dos lobos, Freud recupera a cena primária, quando Sergei tinha um ano e meio e viu seus pais copulando a tergo, em uma quente sesta de verão. Freud aplica aqui o mesmo raciocínio que com Emma, só que, agora, ele sabe sobre a sexualidade infantil, e então o *a posteriori*, o après-coup, vai dos quatro anos para os dezoito meses. Quando tinha um ano e meio, Sergei viu o coito dos pais, mas não o entendeu. Somente mais tarde, quando cumpriu quatro anos, em pleno florescimento de sua sexualidade infantil, pôde dar-lhe significado. Digo “significar”, porque a teoria do après-coup se apoia na idéia de que somente a posteriori a primeira experiência adquire significa-





do. Se dissessemos que o menino de quatro anos “ressignifica” o que vira dois anos e meio antes, estaríamos dizendo implicitamente que a experiência dos dezoito meses teve um significado per se que não o adquiriu a posteriori. Para Jean Laplanche, que utiliza com destreza a idéia de *après-coup* para sustentar sua teoria da sedução generalizada, o conceito freudiano deve ser entendido como um traumatismo em dois tempos (Laplanche, 1987), ou seja, que as *duas* situações são traumáticas.

Neste ponto Freud vacila indubitavelmente, e basta ler *Cries of the Wolfman* para entender com Patrick Mahony (1984), recente vencedor, com Isidoro Berenstein, Willy Baranger e Max Hernández, do Prêmio Mary S. de Sigourney, que, na trama da escrita se manifesta o conflito da criação em seu mais fundo significado de coito, de angústia de castração, de gestação e de parto, nos parâmetros infinitos da sexualidade infantil.

Ao longo de toda a história clínica, Freud duvida mais de uma vez do significado que o menino de um ano e meio poderia atribuir à relação entre os pais. Embora sempre se incline a pensar que esse significado somente foi outorgado *après-coup* aos quatro anos, quando sobreveio o sonho dos lobos, há muitos elementos em contrário. Mahony (1984) encontra um por demais chamativo: “*Ao despertar foi testemunha de um coito a tergo repetido três vezes, pôde ver o genital da mãe assim como o membro do pai e compreendeu o fato como também o significado*” (Freud, 1918. AE, 17: 37. Segue aqui a nota 11). // “*When he woke up, he witnessed a coitus a tergo {from behind}, three times repeated; he was able to see his mother’s genitals as well as his father’s organ; and he understood the process as well as its significance*” (SE, 17: 37. Segue aqui a nota 6). Com essa descrição, não há dúvida de que Freud considera que o menino compreendeu o que estava vendo, discriminou a vulva e o pênis e viu como esse penetrava no corpo da mulher com os movimentos próprios do coito. A cena teve para ele, então, significado; e aos quatro anos a ressignificou. Se assim é, o próprio conceito de *après-coup* muda radicalmente, de forma que a segunda experiência influencia a primeira, mas também o inverso.

Entretanto, na nota de rodapé que segue, Freud retifica seu texto e diz taxativamente: “*Digo que o compreendeu na época do sonho, aos 4 anos, não na da observação. Quando tinha um ano e meio, recebeu as impressões cuja compreensão a posteriori (Nachträglich) lhe foi possibilitada mais tarde, no tempo do sonho, pelo seu desenvolvimento, sua excitação sexual e sua investigação sexual*” (Ibid, nota 11). // “*I mean that he understood it at the time of the dream when he was four years old, not at the time of the observation. He received the impressions when he was one and a half; his understanding of them was deferred, but became possible at the time of the dream owing to his development, his sexual excitations, and his sexual researches*”. (SE, 17: 37-38, nota 6).





Usando, com sua precisão habitual, o instrumento psicanalítico, Mahony (1984: 83) nos assinala que, em vez de modificar seu texto, o que seria claramente mais fácil e acertado, Freud “difiere” sua compreensão até a nota na qual esclarece a compreensão *diferida* de seu analisando. A teoria do *après-coup* aplica-se ao texto e materializa-se no relato. Um belo exemplo do que Liberman (1957) descreveu, há muitos anos, como interpretação correlativa entre relato e repetição.

Com essa retificação, porém, não se encerra o tema. Sem solução de continuidade com o parágrafo mencionado previamente, diz Freud que o menino contemplou os pais entregues ao coito e os interrompeu, levantando-se e começando a chorar. A evacuação intestinal é, para Freud, um sinal de excitação sexual que, no caso de O Homem dos Lobos, se harmoniza perfeitamente com sua fixação anal e sua futura neurose obsessiva; e acrescentemos também, porque é fundamental, com a época em que a fase anal é localizada dentro da teoria da libido, no segundo ano da vida.

Relembremos: foi quando tinha um ano e meio que o pequeno Sergei presenciou o coito dos pais, sentiu a excitação sexual que correspondia a sua idade e à fase de desenvolvimento da libido e teve uma evacuação intestinal, não somente para descarregar sua excitação, mas também para interferir na relação dos pais. Essas são inferências que Freud faz no capítulo VII, “Erotismo anal e complexo de castração”, do seu maravilhoso ensaio, completando o que disse na página 37 sobre a cena primária. Sendo testemunha da cena primária com um ano e meio, pensou que a mãe recebia pelo ânus o pênis do pai. “*Em que outra coisa poderia ter acreditado quando foi espectador dessa cena com um ano e meio?*” – Freud questiona na página 73 de sua obra. // “*And, indeed, what else could he have supposed when at the age of one and a half he was an expectator of the scene?*” (SE, 17: 79).

Em outras palavras, Freud pensa que o menino de dezoito meses compreendeu o ato sexual dos pais desde uma perspectiva anal, e que outra coisa poderia ser esperada? Disso segue, necessariamente, que a cena primária teve um significado per se, despertou a sexualidade anal do menino e também seus ciúmes, já que evacuou para interromper o coito dos pais.

Se nos ativermos à teoria do *après-coup* do *Projeto*, das neuropsicoses de defesa (Freud, 1894, 1896) e de outros trabalhos dos últimos anos do século XIX, teríamos que questionar a idéia de que a primeira experiência foi indiferente e só foi traumática sua recordação por efeito do *après-coup*. Então, talvez, Emma tenha-se sentido atraída pelos beliscões do padeiro, e não foi inocentemente – como diz o tango – que voltou à padaria: a experiência teve um significado em si mesma, sem que se tivesse que esperar a menarca e o desenvolvimento puberal para chegar a explicá-la. Certamente não esgrimo aqui os *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), porque não quero tomar partido sobre a teoria do trauma e da sedução.





Estou tentando estabelecer de que forma Freud entende o *après-coup* e como podemos nós entendê-lo.

O que aparece aqui, nesse capítulo da história clínica que trata do erotismo anal e o complexo de castração, é que, com um ano e meio, a cena primária teve um significado e que, aos quatro, com outros instrumentos conceituais (complexo de Édipo, angústia de castração), o pequeno Sergei pôde reformulá-la desde outra perspectiva, pôde entendê-la em termos mais genitais que anais.

A cena recuperada pelo pesadelo é certamente muito diferente daquela de um ano e meio: agora o sexo da mãe já não é o ânus, mas uma ferida horrível, a cópula dos pais provoca no menino excitação genital e não (somente) anal, com seu corolário obrigatório, a angústia de castração. Se a mãe tem uma ferida onde o pai ostenta o pênis, o mesmo pode ocorrer-lhe. Esse medo se reforçava mais ainda neste caso, no qual predominava o complexo de Édipo negativo e a atitude passiva frente ao pai. A condição necessária para alcançar essa satisfação era perder o pênis, como a mulher.

No capítulo IV, “O sonho e a cena primária”, quando Freud analisa o pesadelo, insiste em que a cena produz efeitos com posterioridade (*Nachträglich*). Na nota 19 das páginas 43 e 44 da edição de Amorrortu, sustenta que o menino de dezoito meses “recebe uma impressão frente a qual não pode reagir suficientemente” // “receives an impression to which he is unable to react adequately” (SE, 17: 45) e que “somente a compreende e é capturado por ela quando ela é reavivada aos quatro anos”. // “he is only able to understand it and to be moved by it when the impression is revived in him at the age of four” (SE, 17: 45, nota 1). É nesse momento que o menino se convence da realidade efetiva da castração, de forma que “a ativação da cena primária no sonho devolveu-o à organização genital” (AE, 17: 45). // “The activation of the primal scene in the dream now brought him back to the genital organization” (SE, 17: 47). O pesadelo dos lobos “revalida a posteriori (*Nachträglich*) a observação do coito ocorrida com um ano e meio” (AE, 17: 99) // “and it was at that point that the dream brought into deferred operation his observation of intercourse at the age of one and a half” (SE, 17: 109), que assim adquire uma eficácia “*après-coup*”.

Como pode-se ver no resumo incompleto que fiz, a teoria do “*après-coup*” de Freud, seu conceito de *Nachträglichkeit*, oscila entre significação e ressignificação. Talvez seja mais claro em Emma do que em Sergei, porque nela Freud não tem dúvidas sobre o momento no qual a sexualidade eclode, a puberdade, o que estabelece um limite claro entre compreender e não compreender: o que antes era indiferente e incompreensível, carente de significado, adquire-o retroativamente, quando a menina se torna mulher.

Ao aplicar esta teoria ao O Homem dos Lobos e, não esqueçamos, sob a influência da polêmica com Jung, o *Nachträglichkeit* freudiano perde sua prístina trans-





R. Horacio Etchegoyen

parência de fim de século; mas se torna, também, mais complexo e atraente. É difícil decidir o que pensa Freud do pesadelo dos lobos em relação à cena vista aos dezoito meses. “A cena produz efeitos com posterioridade (Nachträglich) e nada perdeu, entretanto, de seu frescor, no intervalo entre um ano e meio e quatro anos” (Freud, 1918 AE, 17: 42). // “The effects of the scene were deferred, but meanwhile it had lost none of its freshness in the interval between the age of one and a half and four years” (SE, 17: 44). Se essa frase sugere que a cena só adquiriu significado ao quatro anos, a seguinte afirma, pelo contrário, que “já tinha produzido determinados efeitos na época de sua percepção, ou seja, a partir do um ano e meio” (AE, 17: 42). // “We shall perhaps find in what follows reasons to suppose that it produced certain effects even at the time of its perception, that is, from the age of one and a half onwards” (SE, 17: 44-45).

Então, vemos Freud flutuando entre significação e ressignificação, como também vacilando mais do que pensa entre uma explicação prospectiva e retrospectiva da neurose e da vida psíquica em geral. Quando introduz o fértil conceito de lembrança encobridora, Freud (1899) fala de duas classes de lembranças encobridoras, prospectivas e retrospectivas, conforme uma lembrança antiga seja utilizada para esconder outra mais recente ou vice-versa. No belo ensaio de 1899, que, sem dúvida, é autobiográfico, como descobriu Sigfried Bernfeld em 1946, Freud analisa uma lembrança sua dos três anos com seu sobrinhos Juan e Paulina, seus companheiros contemporâneos de brincar, para encobrir seu encontro com Gisela Flus, quando voltou pela primeira vez a Freiberg, sua cidade natal, aos dezesseis anos. Pode-se aceitar, então, que os impulsos fálicos do tímido adolescente desejoso de deflorar Gisela reforçam defensivamente a inocente lembrança encobridora da pradaria coberta com as flores amarelas de dente de leão. Essa é a interpretação de Freud em 1899, que é completamente jungiana, enquanto expressa uma fantasia retroativa, em que o conflito atual do adolescente que quer casar e “ganhar o pão” se translada à infância, para os anos de Freiberg.

Em diversas passagens de *A interpretação dos sonhos* (1900), porém, Juan e Paulina aparecem como os grandes protagonistas dos conflitos do pequeno Segismund, que já esqueceu, entretanto, a morte de seu irmãozinho Julius, que viveu poucos meses e morreu em 15 de abril de 1858, quando Sigmund estava para completar dois anos. Não cabe duvidar, por certo, da interpretação “freudiana” de que, ao retirar as flores de Paulina, o pequeno Sigmund estava exercitando os impulsos fálicos de sua sexualidade infantil, que foram, em grande parte, a causa de sua timidez frente a Gisela.

O ardente debate entre Freud e Jung cristaliza-se nesse ponto no conceito complexo e contraditório de Nachträglichkeit. Se vemos essa polêmica de uma perspecti-





va estrita, o que está em jogo é a magna descoberta freudiana da sexualidade infantil, que Jung e Adler pretendem ignorar. Em um horizonte mais largo, porém, discute-se a dialética conflito infantil/conflito atual e, de forma latente, a importância do pai ou da mãe para a criatura humana. Esses são grandes problemas, que nos levam como que pela mão para os temas do momento sobre a teoria psicanalítica e o status da psicanálise entre as ciências da natureza e as ciências do espírito. Como bem diz Jean Laplanche (1992) em um recente estudo, Jung e Silberer abrem o caminho para a hermenêutica psicanalítica de nossos dias.

Para terminar quero retornar a Freud e ao seu próprio desenvolvimento. A partir da transcendente descoberta da angústia de castração na história clínica do pequeno Hans em 1909, Freud vai-se inclinando, cada vez mais, a ver o complexo de castração como o ponto nodal de sua teoria. É a partir da angústia de castração que a criança compreende seu passado, o que quer dizer também seu passado pré-genital, anterior ao complexo de Édipo.

As vicissitudes dos primeiros anos da vida e, portanto, a relação com a mãe são alcançadas basicamente por regressão. Assim, por exemplo, o medo do Dr. Pankejeff de ser devorado pelo lobo é, “só”, uma forma regressiva de satisfazer o impulso edípico negativo de ser copulado analmente pelo pai; isto é, Pankejeff toma da sexualidade oral o modelo que lhe parece mais apropriado para expressar seu complexo de Édipo negativo. As vacilações de Freud entre significação e resignificação na dialética que se dá entre a cena primária e o sonho dos lobos podem ser consideradas válidas, em minha opinião, se aceitamos o lugar central que vai ocupando a angústia de castração na teoria freudiana: Freud pensa, ou termina pensando, que é somente a partir do sonho dos lobos que a cena primária adquire significado.

Essa decisão teórica tornar-se-á mais firme, estrita e coerente com o passar dos anos. Quando Freud escreve seu testamento *Análise terminável e interminável* (1937), diz apodicticamente que o complexo de castração do homem e seu correlato na mulher, a inveja fálica, são o leito rochoso no qual se estilhaça a psicanálise. Por esse caminho irão acompanhá-lo Lacan, com lucidez e, com vigor, Heinz Hartmann, mas não, decididamente, Jones e Melanie Klein. □

Summary

This paper attempts to specify the concept of *deferred action* (*a posteriori*) in psychoanalysis and to discuss its place and its value in the psychoanalytic theory. The term used by Freud was *Nachträglichkeit*, which Strachey translated for “deferred action”, the French call “après-coup” and, in Spanish, José Luís Etcheverry called





R. Horacio Etchegoyen

“efecto retardado”. Based upon Freud’s clinical cases and his historical polemics with Adler and Jung, the author demonstrates how the complex and contradictory concept of *Nachträglichkeit* oscillates between significance and resignificance. In the same way, Freud swings between a retrospective and a prospective explanation of the neurosis and of the psychic life in general. The author considers that what is in discussion is the current conflict/infantile conflict dialectic, and in a latent way, the father’s or mother’s importance for the human creature; therefore, the nowadays themes on the psychoanalytic theory and the status of psychoanalysis among the sciences of the nature and the sciences of the spirit.

Referências

- BERNFELD, S. (1946). An unknown autobiographical fragment by Freud. *American Imago*, 4: 3-19. [Un fragmento autobiográfico desconocido escrito por Freud. *Revista de Psicoanálisis*, 8: 97-111, 1951].
- FAINBERG, H. y COREL, A. (1990). Repetition and surprise: a clinical approach to the necessity of construction and its validation. *International – Journal of Psycho-Analysis*, 71: 411-420.
- FERENCZI, S. (1932). Confusión de lengua entre los adultos y el niño. El lenguaje de la ternura y de la pasión. En *Obras Completas. Psicoanálisis*, 4. Madrid: Espasa-Calpe, 1984. – [Confusion of tongues between adults and the child. The language of tenderness and of passion. En *Final Contribution to the Problems and Methods of PsychoAnalysis*. New York: Brunner/Mazel, 1955].
- FREUD, S. (1894). *Las neuropsicosis de defensa*. Buenos Aires: Amorrortu, 3.
- . (1896). *Nuevas puntualizaciones sobre las neuropsicosis de defensa*. Buenos Aires: Amorrortu, 3.
- . (1899). *Sobre los recuerdos encubridores*. Buenos Aires: Amorrortu, 3.
- . (1900). *La Interpretación de los Sueños*. Buenos Aires: Amorrortu, 4/5.
- . (1905). *Tres Ensayos de Teoría Sexual*. Buenos Aires: Amorrortu, 7.
- . (1909). *Análisis de la fobia de un niño de 5 años*. Buenos Aires: Amorrortu, 10.
- . (1914). *Contribución a la historia del movimiento psicoanalítico*. Buenos Aires: Amorrortu, 1.
- . (1918). *De la historia de una neurosis infantil*. Buenos Aires: Amorrortu, 17.
- . (1937). *Análisis terminable e interminable*. Buenos Aires: Amorrortu, 23.
- . (1950). *Proyecto de Psicología (1895)*. Buenos Aires: Amorrortu, 1.
- JONES, E. (1953-1957). *Sigmund Freud: Life and Work*. Londres: Hogarth Press, vols. 1/3. [Vida y Obra de Sigmund Freud, trad. Mario Carlisky. Buenos Aires: Nova, 1959-1962, vols. 1/3].
- LACAN, J. (1953). Fonction et champ de la parole et du langage en psychanalyse. En *Écrits*. Paris: Ed. du Seuil, 1966, 237 -322.
- . (1958). La signification de phallus. En *Écrits*, 685-695.
- LAPLANCHE, J. (1987). *Nouveaux Fondements pour la Psychanalyse. La séduction originare*. Paris: Presses Universitaires de France. [Nuevos Fundamentos para el Psicoanálisis. La seducción originaria, trad. Silvia Bleichmar. Buenos Aires: Amorrortu, 1989].
- . (1992). Interpretation between determinism and hermeneutics: a restatement of the problem. *International Journal of Psycho-Analysis*. 73: 429-445.





Significação ou ressignificação da experiência infantil

- LAPLANCHE, J. y PONTALIS, J.B. (1968). *Vocabulaire de la Psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LIBERMAN, D. (1957). Interpretación correlativa entre relato y repetición: su aplicación en una paciente com personalidad esquizoide. *Revista de Psicoanálisis*, 14:55-62.
- MAHONY, P. J. (1984). *Cries of the Wolfman*. New York: International Universities Press.

Tradução de **Patrícia Lago**

R. Horacio Etchegoyen

Posadas 1580, 13°

1112 – Buenos Aires – Argentina

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **94** é branca





Contratransferência: para além de uma visão totalística

Suzana D. Fortes*, Porto Alegre

O presente trabalho tem por objetivo uma breve revisão da evolução do conceito de contratransferência, o qual está estreitamente vinculado à evolução do conceito de identificação projetiva. A autora discute a ampliação da compreensão do conceito, incluindo não só a transferência total (transferência – contratransferência), mas também o produto da interação analista paciente no campo analítico. Trabalhos de autores como Ogden (1994a,b) e Ferro (1995), examinando a expressão do funcionamento do par analítico e introduzindo os conceitos de intersubjetividade e de holograma afetivo são revisados.

Na visão da autora, a compreensão de que a transferência e a contratransferência ocorrem simultaneamente, criando uma experiência intersubjetiva, produto da fantasia inconsciente do par analítico, tem implicações importantes na técnica analítica utilizada e na experiência de supervisão.

O manejo e a utilização da contratransferência na supervisão são abordados, ressaltando sua importância no estabelecimento da identidade do analista.

* Candidata do Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.





1. Introdução

A idéia da revisão do tema contratransferência surgiu a partir de minha experiência como candidata em formação, atendendo meu primeiro paciente em análise e, conseqüentemente, da necessidade de compreender e utilizar melhor meus próprios sentimentos contratransferenciais. Além disso, lendo trabalhos de autores com Ogden (1994a,b) e Ferro (1995), examinando a expressão do funcionamento mental do par analítico e introduzindo o conceito de intersubjetividade e de holograma afetivo, percebi a importância de estudar mais extensamente o tema como uma forma de aprimorar meu trabalho clínico.

Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo uma breve revisão da evolução do conceito de contratransferência e sua implicação na compreensão da interação analista-paciente e na técnica utilizada. Também considero oportuno abordar o uso da contratransferência na experiência de supervisão, já que me encontro em pleno processo de formação e se trata de um assunto bastante discutido no momento.

2. A origem do termo – uma perspectiva histórica

O termo contratransferência foi introduzido por Freud em 1910, no seu artigo “As perspectivas futuras da psicanálise”. Embora o fenômeno tenha sido considerado como um obstáculo para o progresso da análise, o fato de ter relacionado seu conhecimento ao futuro da psicanálise demonstra uma compreensão de que o estudo da contratransferência significaria um progresso para a técnica psicanalítica (Etchegoyen, 1987).

Revisando a obra de Freud, deparamo-nos somente com duas referências diretas ao tema da contratransferência (1910 e 1915), apesar de que, em 1937, tenha enfatizado a necessidade de os analistas recorrerem a análises periódicas, devido aos efeitos inevitáveis da transferência no tratamento. Epstein e Feiner (1979) acreditam que, nesse artigo, o termo transferência foi utilizado como um fenômeno originado simultaneamente do paciente e do analista, de uma forma contínua e sempre presente.

Após estas primeiras referências de Freud ao tema, quatro décadas de silêncio se passaram, até que a idéia de contratransferência fosse considerada concretamente, não só como um problema técnico, mas como um problema teórico.

Etchegoyen (1987) ressalta que, além dos fatores inconscientes relacionados à dificuldade de reconhecer a contratransferência, devemos levar em conta o momento histórico da teoria psicanalítica e a necessidade de que a técnica progredisse o sufi-





ciente e se fortalecesse para que as falhas ou anomalias, ao se aplicar a teoria, fossem revisadas.

3. De uma visão clássica para uma visão totalística

A década de cinquenta representou um grande avanço para a teoria da contratransferência. Após o trabalho clínico em psicanálise durante quase meio século, eclodiu a idéia da utilização das reações emocionais do analista como um instrumento da técnica analítica.

Heinman (1950) descreveu a situação analítica como uma relação entre duas pessoas caracterizada pela presença de intensos sentimentos experimentados não só pelo paciente como também pelo analista. Definiu o termo contratransferência como a totalidade de sentimentos vivenciados pelo analista em relação a seu paciente e enfatizou que o inconsciente do analista entende o de seu paciente num nível mais profundo e acurado do que seu consciente. Ressaltou que a contratransferência do analista não é somente um aspecto da relação analítica, mas uma criação do paciente, isto é, parte de sua personalidade.

Referindo-se à técnica, alertou o analista quanto à formulação de interpretações pobres, caso seus sentimentos não sejam consultados.

Desta forma, a resposta emocional do analista passou a ser encarada como um importante instrumento do trabalho analítico.

Quase que simultaneamente, Racker (1953, 1957) publicou trabalhos examinando a contratransferência e seu uso na clínica, através de interpretações baseadas no seu entendimento. Sua contribuição é de extremo valor, pois introduziu uma classificação sistemática e precisa das reações contratransferenciais, distinguindo entre contratransferência direta e indireta, identificação concordante e complementar.

Segundo o autor, a contratransferência direta é uma resposta ao paciente como indivíduo e a indireta uma resposta ao paciente como fator importante dentro de outras relações de objeto do analista, fora do *setting* analítico. Esta segunda forma refere-se à transferência de objetos introjetados, os quais são transferidos indiretamente ao paciente. Pode ser qualquer pessoa ou grupo social cuja opinião sobre o trabalho do analista com o paciente tenha uma representação significativa para o analista. Trata-se de uma “subtransferência” do superego ao paciente (Racker, 1953).

A contratransferência direta foi diferenciada por Racker de acordo com dois tipos de identificação: concordante e complementar. Através da identificação concordante, baseada nos mecanismos de introjeção e projeção, cada parte da personalidade do analista identifica-se com a parte correspondente do paciente, isto é, ego





Suzana D. Fortes

com ego, id com id e superego com superego. A intenção de compreender o paciente e tudo o que lhe sucede cria uma predisposição a este tipo de identificação, que é a base da compreensão e, conseqüentemente, da empatia.

Por outro lado, na identificação complementar, ocorre uma identificação do analista com um objeto interno do paciente, que representa vivências e objetos internos do analista.

Embora Racker (1957) tenha considerado somente a identificação concordante como base da empatia, ressaltou que ambas as formas de identificação fazem parte da totalidade da contratransferência. Referindo-se à lei de Talião, também enfatizou que cada situação transferencial provoca uma situação contratransferencial correspondente.

Estabelecendo uma analogia com a descrição de Freud da transferência, Racker sugeriu que a contratransferência, assim como pode constituir um obstáculo e perigo para o trabalho analítico, é um instrumento valioso para uma maior compreensão do paciente.

4. Evolução do conceito

4.1 Para além de uma visão totalística

Revisando a literatura, observamos uma significativa ampliação do conceito de contratransferência, o qual evoluiu de uma visão totalística para uma compreensão interacional. Esta ampliação está relacionada com a evolução do conceito de identificação projetiva nos últimos 50 anos.

O termo, inicialmente, foi descrito por Melanie Klein (1946) como um mecanismo de defesa relacionado à posição esquizoparanóide e, neste contexto, utilizado para descrever como o bebê expele partes excindidas do seu *self* dentro da mãe, a fim de possuí-la e controlá-la. Na bibliografia, torna-se evidente uma controvérsia entre os próprios autores kleinianos em relação ao conceito de identificação projetiva proposta por Melanie Klein como um mecanismo que implique uma transformação externa do objeto (Gabbard, 1995).

Observa-se que, a partir de Klein, considerável progresso tem sido evidenciado na investigação da identificação projetiva como processo de comunicação e sua influência no objeto.

Embora Racker tenha estudado o fenômeno da contratransferência do ponto de vista da identificação, Etchegoyen (1987) afirma que seu modelo apresenta algumas limitações, pois é baseado na projeção e identificação, não recorrendo claramente à identificação projetiva.





Baseando-se nos trabalhos de Racker, Grinberg (1962) estudou o fenômeno da contra-identificação projetiva, destacando os efeitos reais produzidos no analista pelo uso da identificação projetiva, o qual se vê levado inconscientemente e passivamente a desempenhar os papéis que o paciente lhe atribui. Este mesmo ponto de vista foi examinado por Joseph (1985) em seu artigo “Transferência Total”.

Enquanto que, na resposta contratransferencial, o analista tem consciência de sua resposta e a utiliza como instrumento técnico, no fenômeno da contra-identificação projetiva, o analista se comporta como se houvesse assimilado os aspectos projetados – id, ego ou outro objeto interno (Etchegoyen, 1987).

Um aspecto importante examinado por Grinberg (1963) e Joseph (1985) refere-se ao valor comunicativo da identificação projetiva, através de mensagens extra-verbais, as quais também exercem influência no analista.

De acordo com a definição de identificação complementar de Racker, o analista identifica-se com a projeção do paciente, dependendo de seus próprios conflitos e ansiedades. Grinberg (1963), por outro lado, enfatiza que, no fenômeno de contra-identificação projetiva, o analista não participa com seus conflitos, mas assume a projeção passivamente.

Outro autor que contribuiu para uma maior compreensão da contratransferência foi Money-Kyrle (1956), introduzindo o conceito de contratransferência normal. O autor ressalta que um processo normal de dupla identificação sempre ocorre no processo analítico. Este mecanismo ocorre através de uma identificação projetiva do ego infantil do analista com o paciente e pela identificação introjetiva da figura parental. A partir deste modelo, a capacidade de empatia está relacionada a uma identificação complementar e não só à identificação concordante como é sugerido por Racker.

Examinando a seqüência do processo interacional analista-paciente, Tansey e Burke (1989) elaboram sua visão de que, quando ocorre empatia, a identificação projetiva está sempre envolvida. A experiência de empatia é o resultado de um processo interacional mútuo entre paciente e terapeuta, no qual o terapeuta recebe e processa as identificações projetivas do paciente. Um aspecto central da tese proposta pelos autores é de que a recepção da identificação projetiva pode incluir tanto identificações concordantes como complementares no terapeuta, e a experiência de qualquer uma destas identificações pode ser utilizada para uma maior compreensão do paciente.

A meu ver, o conceito de campo proposto por Baranger (1993) contribuiu muito para a ampliação da relação entre analista e paciente. Na sua definição, é enfatizada a existência de uma terceira estrutura, resultado do produto da participação de duas pessoas – o paciente e o analista – numa relação que envolve um processo





dinâmico e criativo. Ressalta que, tanto as manifestações transferenciais do paciente como a contratransferência do analista têm origem numa fantasia inconsciente básica, que tem raízes no inconsciente de cada um dos participantes.

A dimensão interpessoal da identificação projetiva apresentou um grande avanço com os trabalhos de Bion e Ogden, redefinindo o conceito. Partindo da relação mãe-bebê, Bion (1959, 1962) descreve a identificação projetiva como um fenômeno normal e realístico que tem por objetivo provocar na mãe sentimentos dos quais o bebê deseja se livrar. Estes sentimentos são metabolizados e detoxificados pela mãe continente e reinternalizados pelo bebê, o qual é assim capaz de experimentá-los através de uma identificação com a mãe. Dessa forma, o bebê tem condições de receber de volta esses aspectos assustadores de sua personalidade, porém de uma forma tolerável.

4.2 O conceito de terceiro intersubjetivo

Utilizando o conceito de Melanie Klein, o modelo de Bion e o conceito de campo de Baranger (1994), Ogden descreve a identificação projetiva como uma “experiência intersubjetiva” que compreende “narrativas inconscientes” (verbais ou pré-verbais), envolvendo uma fantasia inconsciente de evacuar uma parte de si próprio em outra pessoa. Esse mecanismo serve tanto para proteger-se dessa parte considerada perigosa como para salvá-la, depositando-a dentro de uma pessoa que é sentida como parcialmente separada de si próprio. Dessa forma, essa parte evacuada é desintoxicada e recuperada de forma menos perigosa.

Por outro lado, em condições patológicas, a parte reapropriada é sentida como amortecida ou mais persecutória. Devido a uma subjugação mútua, a individualidade do receptor e do projetor são negadas e, dessa forma, é criado um terceiro sujeito, o sujeito da identificação projetiva ou o terceiro subjugador.

Segundo o autor, o terceiro intersubjetivo não é uma entidade estática, mas uma experiência em evolução, que está em constante movimento, evoluindo com a intersubjetividade analítica e transformada pelas interpretações geradas pelo par analítico.

Assim, na visão de Ogden (1995), a contratransferência não pode ser definida somente como o que o analista pensa ou sente. Na sua opinião, o termo contratransferência refere-se à contribuição do analista para a transferência-contratransferência, que é uma construção inconsciente intersubjetiva gerada pelo par analítico. Ressalta que a transferência e a contratransferência não são entidades separadas que surgem como resposta uma à outra, mas aspectos de uma única totalidade intersubjetiva experienciada separadamente pelo analista e pelo analisando.

Ogden (1995) enfatiza que existem três subjetividades envolvidas no processo





analítico: a subjetividade do analista, a subjetividade do analisando e a subjetividade do terceiro analítico. A identificação projetada nega a subjetividade de ambos os participantes – analista e paciente – reapropriando ambas as subjetvidades, a fim de criar uma terceira subjetividade, fruto da identificação projetiva. Fica claro, dessa forma, que ocorre um processo mútuo de identificação projetiva. Parte da realidade psíquica do analista ocupada pela contratransferência é, em grande medida, uma nova criação.

Penso que Ferro (1995) apresenta uma visão semelhante à de Ogden, ao descrever o funcionamento do par analítico. Ressalta a importância relacional da identificação projetiva, possibilitando um intercâmbio contínuo de elementos emocionais e estabelecendo um “código emocional específico” do par analítico.

Partindo do conceito de campo bipessoal de Baranger, o autor define a relação do par analítico como algo novo e único, um novo personagem entendido como o “holograma afetivo” do par.

Ferro (1995) sugere que o analista seja considerado “um autor capaz de criar uma história de vida dotada de um sentido que integre o passado e o presente do paciente”. Demonstra o trabalho realizado pelo par analítico, a fim de encontrar meios de comunicação para expressar o jogo cruzado das identificações projetivas, criando personagens que fazem parte de micro-histórias e expressando o funcionamento deste par em seu trabalho.

4.3 Implicações na técnica

A evolução do conceito de identificação projetiva e a compreensão de que a transferência e contratransferência ocorrem simultaneamente, criando uma experiência intersubjetiva total, têm implicações importantes na técnica analítica.

De acordo com Ogden (1994), o processo analítico bem sucedido envolve a “reapropriação das subjetvidades individuais” do analista e paciente que foram modificadas na criação do terceiro analítico. Já que, através da identificação projetiva ocorre uma subjugação de ambas as individualidades, a liberação dos participantes desse terceiro subjugador torna-se o objetivo da análise. Esse processo depende do reconhecimento, por parte do analista, da individualidade do analisando e de si próprio, através de interpretações empáticas da transferência-contratransferência, simultaneamente. Utilizando as interpretações, o analisando deve reconhecer a individualidade do analista e de si próprio, ocorrendo, assim, um crescimento psicológico e uma nova dialética.

Num interessante trabalho sobre formas de vitalidade e mortificação da transferência-contratransferência, Ogden (1995) aborda a forma como a experiência de contratransferência pode ser utilizada no processo de criação do significado analí-





Suzana D. Fortes

co, reconhecendo, simbolizando e interpretando a ansiedade transferencial-contratransferencial predominante. Na sua experiência, um elemento essencial da técnica é a utilização que o analista faz, através da contratransferência, da experiência de vitalidade e de amortecimento da análise. Descreve situações clínicas nas quais o analista usa suas associações, sentimentos e sensações (muitas vezes não relacionadas aos pacientes), para elaborar interpretações transferenciais que abordem a experiência de vida e de morte na relação analítica. A qualidade dessas experiências constitui uma construção intersubjetiva que reflete a estrutura do mundo interno do paciente e as características de suas relações de objeto.

Examinando a técnica analítica, Ogden (1995) afirma que raramente discute a contratransferência de forma direta com o paciente. Tenta transmiti-la através de sua conduta como analista (manutenção do enquadre), do tom de voz, formulação e conteúdo das interpretações. Ferro (1995) também ressalta que a interpretação é algo construído “a duas vozes”, permitindo uma contribuição ativa do paciente. O analista tem uma tarefa contínua de nomear as identificações projetivas do paciente, modulando as interpretações e escutando a forma como são recebidas as intervenções.

5. A contratransferência e a supervisão

Na Sétima Conferência de Analistas Didatas da IPA, realizada em julho de 1995, Germano Vollmer Filho e Ricardo Bernardi apresentaram um relatório abordando as múltiplas funções do supervisor.

Nos comentários introdutórios, é enfatizada a importância da supervisão no modelo tripartite de educação psicanalítica, tendo por objetivo auxiliar o candidato a adquirir sua identidade como analista. Esta identidade seria formada através de uma modificação do *self*, devido a uma identificação com um objeto psicanalítico, desenvolvendo, assim, a capacidade de compreensão da realidade psíquica.

Um dos pontos discutidos no relatório refere-se ao manejo das reações de contratransferência do supervisionado. Dois tipos de reações são descritos pelos autores, sendo a primeira caracterizada por demonstrações de baixa tolerância em situações nas quais o supervisionado não sabe o que fazer com o paciente, por inexperiência ou falta de conhecimento teórico e prático. Esse tipo de reação é freqüentemente uma defesa contra ansiedades paranóides e depressivas relacionadas ao medo de perder o paciente ou o amor do supervisor. Na opinião dos autores, os problemas oriundos dessa reação contratransferencial podem ser manejados durante a supervisão, pois o supervisor tem condições de ajudar o candidato a tolerar a ansiedade e as frustrações inerentes à situação de aprendizagem como a falta de experiên-





cia ou de conhecimento.

Entretanto, o segundo tipo de reação contratransferencial suscita mais dúvidas quanto a seu manejo, pois são originadas nas identificações inconscientes do supervisionado com o paciente, criando “pontos cegos”. A questão que se coloca nessa situação é se cabe ou não ao supervisor abordar a contratransferência que ainda não é consciente ou deixá-la à análise pessoal do supervisionado.

Ogden (1995), abordando o tema supervisão e o uso da contratransferência, refere ser de grande utilidade para o ensino não somente o uso de entrevistas dialogadas mas também a seqüência de pensamentos e sentimentos do supervisionado, momento a momento. Solicita ao analista em supervisão que relate todas as sessões, inclusive as que o paciente falta, já que o processo analítico continua, mesmo na ausência do paciente, e os significados da falta são transformados em objetos analíticos, que podem ser vivenciados e compreendidos pelo analista. O objetivo das notas é de que o supervisionado simbolize e fale para si mesmo sobre suas experiências com o paciente (fantasias, sensações físicas, ruminacões, etc.).

Embora não pressione o analista a discutir este aspecto de sua experiência analítica na supervisão, acredita que, na medida em que o relacionamento de supervisão se desenvolve, isto se torna possível e proveitoso. Através dessa experiência, o analista pode enfocar, na contratransferência, aspectos da transferência-contratransferência como uma “situação total” e capturar a vitalidade da relação analítica, gerando pensamentos e sentimentos que serão a base para as interpretações.

Considerações finais

Ao revisar a bibliografia sobre o conceito de contratransferência, constata-se uma trajetória semelhante ao da transferência. Inicialmente encarada como um obstáculo e perigo passou a ser considerada como instrumento e, finalmente, como inevitável e essencial no processo psicanalítico.

A ampliação e evolução do conceito acompanhou o desenvolvimento de uma visão interacional do mecanismo de identificação projetiva, concebendo, assim, a existência de um campo psicanalítico (Baranger, 1993), no qual é criado um espaço intermediário onde emoções e cenas são vivenciadas pelo par analítico.

Penso que a elaboração de Ogden sobre a experiência intersubjetiva (1994a,b) abre novos horizontes na teoria e técnica psicanalítica, pois estabelece um novo elemento – o terceiro analítico – no qual o passado e o presente do paciente são vivenciados através da interação do par analítico.

Ogden (1996) sugere que é através dessa experiência intersubjetiva, comparti-





Suzana D. Fortes

lhada mas assimetricamente construída, que o analista e o paciente encontram novos significados para aspectos não mencionados do mundo interno do paciente.

Embora seja um novo conceito, sua origem encontra-se na concepção de Winnicott (1951) sobre objeto e fenômeno transicional, assim como na formulação de Bion acerca da mãe-analista continente que tolera as identificações projetivas e, após “desintoxicar,” devolve ao paciente aspectos de seu mundo interno antes considerados assustadores.

Acredito que, de certa forma, isso também ocorre na experiência de supervisão em que o supervisor e supervisionando estabelecem uma relação de trabalho-aprendizagem na qual sentimentos transferenciais e contratransferenciais estão presentes. Dessa forma, o papel do supervisor como continente das ansiedades do supervisionando é crucial, principalmente no atendimento do primeiro caso em análise, quando a contratransferência indireta descrita por Racker está no seu auge.

Apesar da minha curta experiência de candidata em supervisão, penso que a percepção da contratransferência é uma das tarefas mais árduas na nossa formação. Entretanto, a oportunidade de abordar meus sentimentos contratransferenciais na supervisão tem sido uma forma de realmente vivenciar a transferência-contratransferência como situação total e gradativamente estabelecer minha identidade de analista.

Acredito que, embora possa ser um processo bastante sofrido, o candidato deve ter oportunidade para desenvolver a capacidade de experimentar e tolerar seus sentimentos contratransferenciais, sendo o papel do supervisor essencial para que isso ocorra.

Em relação ao segundo tipo de reação contratransferencial, na qual se percebe um bloqueio na supervisão devido a “pontos cegos”, considero importante que o supervisor aponte a dificuldade, a fim de que o problema seja trabalhado na análise pessoal do candidato. Dessa forma, o supervisor permanece no seu papel de ensino, mas auxilia o supervisionado a se defrontar com a origem de situações contratransferenciais que podem estar estagnando o seu trabalho e sua análise.

A meu ver, a experiência de formação analítica envolve uma constante avaliação na análise pessoal e supervisão da situação transferência-contratransferência e suas implicações no processo analítico em andamento. □

Summary

The paper has as its goal a brief review of the evolution of the counter-transference concept which is directly related to the evolution of the projective





identification concept. The author discusses the development of that concept, including not only the total transference (transference – countertransference) but also the result of the patient-analyst interaction in the analytical field. Papers of authors as Ogden (1994a, b) and Ferro (1995), examining the expression of the analytic pair's functioning and introducing the concepts of intersubjectivity and affective hologram are reviewed.

In the author's view, transference and countertransference occurring simultaneously, create intersubjective experiences which are the product of unconscious phantasies of the analytic pair, having important implications in the analytic technique that is being used, as well as in the supervision experience.

The use and handling of countertransference in supervision is examined, stressing its role in the candidate's attainment of an analytic identity.

Referências

- BARANGER, M. (1993). The mind of the analyst: from listening to interpretation. *Int. J. Psycho-Anal*, 74: 15-24.
- BION, W.R. (1959). Attacks on linking. *Int. J. Psycho-Anal*, XL: 308-315.
- . (1962) *The Psycho-Analytic study of thinking*, XLIII: 306-310.
- EPSTEIN, L. e FEINER, A. (1979). *Countertransference*. New York: Jason Aronson.
- ETCHEGOYEN, R.H. (1987). Contratransferência. In *Fundamentos da técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, p. 143-165.
- FERRO, A. (1995). Dois autores em busca de personagens: a relação, o campo, a história. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 2, 1:9-28.
- FREUD, S. (1910). As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica. In *Obras Completas*. E.S.B. v. XI, Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 125-136.
- . (1915). Observações sobre o amor transferencial. In *Obras Completas*. E.S.B. v. XII, Rio de Janeiro, Imago, 1974, p. 207-221.
- . (1937). Análise terminável e interminável. In *Obras Completas*. ESB. v. XXIII, Rio de Janeiro: Imago, 1974, p. 241-287.
- GABBARD, G.O. (1995). Countertransference: the emerging common ground. *Int. J. Psycho-Anal*, 76:475-485.
- GRINBERG, L. (1962). On a specific aspect of countertransference due to the patient's projective identification. *Int. J. Psycho-Anal*. XLIII: 436-440.
- . (1963). Psicopatología de la identificación y contraidentificación proyectivas y de la contra-transferencia. *Revista de Psicoanálisis*, 20: 113-123.
- HEINMAN, P. (1950). On counter-transference. *Int. J. Psycho-Anal*, 31:81-84.
- JOSEPH, B. (1985). Transference: the total situation. *Int. J. Psycho-Anal*, 66:447-454.
- KLEIN, M. (1946). Notes on some schizoid mechanisms. *Int. J. Psycho-Anal*, 33:433-438.
- MONEY-KYRLE, R.E. (1955). Normal countertransference and some of its deviations. *Int. J. Psycho-Anal*, 37:360-366.
- OGDEN, T.H. (1994a) The analytic third: working with intersubjective clinical facts. *Int. J. Psycho-Anal*, 75:3-19.





Suzana D. Fortes

- _____. (1994b) Identificação projetiva e o terceiro subjugador. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 1 (2): 153-162.
- _____. (1995). Analisando formas de vitalidade e de mortificação da transferência-contratransferência. *Revista de Psicanálise da SPPA* 2 (3): 465-488.
- _____. (1996). Reconsidering three aspects of psychoanalytic technique. *Int. J. Psycho-Anal.* 77:883-899.
- RACKER, H. (1953). A neurose de contratransferência. In *Estudos sobre técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, p. 100-119.
- _____. (1957). Os significados e usos da contratransferência. In *Estudos sobre a técnica psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, p. 120-157.
- TANSEY, M.J. e BURKE, W.F. (1989). *Understanding countertransference – From projective identification to empathy*. Hillsdale, The Analytic Press.
- WINNICOTT, D.W. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975, p. 13-44.
- VOLLMER Fº, G e BERNARDI, R. (1996). As funções múltiplas do supervisor, os seus relacionamentos com o supervisionado, o paciente, o quadro de referência teórica e a instituição de treinamento. *Revista de Psicanálise da SPPA*, v. 3, 2:285-293.

Suzana D. Fortes

Tobias da Silva, 253/308
90570-020 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA





Entrevistas





Atenção montador
a página **108** é branca





Entrevista com Daniel Widlöcher

Entrevista concedida, em 22/11/96, a Anette Blaya Luz, José Carlos Calich, Jussara Dal Zot, Mauro Gus, Paulo Henrique Favalli e Theobaldo Thomaz.





RP – *Prezado Professor Widlöcher, tem sido uma tradição receber em nossa Revista, para serem entrevistados, ilustres convidados que nos trazem suas experiências da Europa, Estados Unidos e América Latina, entre eles Otto Kernberg, Elisabeth Spillius, Donald Meltzer, o Prof. Laplanche, David Tuckett, André Green e outros colegas. Sentimo-nos muito honrados com a sua presença, e peço-lhe licença para gravar a entrevista. Como já lhe disse, em particular, a Revista é bastante jovem, e foi criada para comemorar os 30 anos da Sociedade Psicanalítica. Sempre foi um velho sonho de nossos fundadores termos uma publicação abrangente, pluralista, sem preconceitos, com autonomia suficiente para que o Comitê pudesse publicar autores das mais variadas orientações escolásticas. Assim, gostaríamos de ouvi-lo – temos uma hora para fazê-lo – sobre algumas perguntas que já lhe enviamos. De acordo com sua sugestão, após cada resposta, poderemos debatê-la.*

Sua presença foi precedida, há um ano, da de uma ilustre conterrânea sua, Roudinesco que, por ocupar-se com estudos históricos, presta bons serviços à psicanálise, como todos os gravadores de memória o fazem. Esta obra – História da Psicanálise na França – cita-o 22 vezes, o que bem atesta sua importância no movimento psicanalítico francês. Entre outras coisas, lembra sua relação com Lacan e sua participação ativa nas medidas que resultaram na “cisão” e fundação da APF.

Fale um pouco e de viva voz sobre isto. Seu testemunho pessoal é importante e inclusive poderá retificar algumas coisas que nos chegam pelo depoimento de Roudinesco.

DW – Muito obrigado. Estou muito satisfeito de estar aqui e participar de sua Revista. Quanto às questões que colocaram, são muito importantes para a psicanálise. Vocês apresentaram uma primeira questão concernente à história da psicanálise na França. Penso que essa questão certamente ultrapassa a situação francesa, já que há problemas atuais comuns ao mundo todo, a partir da disseminação do movimento lacaniano.

Gostaria de abordar o tema das duas cisões que conhecem da obra de Elisabeth Roudinesco. Conheço-a bem, ou melhor, eu a conheci quando menina, na época em que eu era estudante de medicina e aluno de sua mãe, psiquiatra infantil, psicanalista de retorno à França depois de ter passado a guerra nos Estados Unidos. Foi madame Roudinesco, sua mãe, que me fez descobrir a psicanálise. Como estudante, comparecia em seu trabalho. Um dia ela me disse: “Você vai fazer psicoterapia em uma criança”. Disse-lhe que nunca a fizera, interessava-me pela psicoterapia, pela psiquiatria, pela psicanálise, mas não muito. Eram um tanto idiotas, tolas, aquelas histórias de sexualidade biológica. Mas ela me confiou uma criança e fez a supervisão. Um dia contei-lhe algo e ela observou: “Mas isso é a angústia de castração!”





“Meu Deus, como se pode interpretá-la?”, perguntei. “Você o verá”, respondeu-me. Depois disso, certa ocasião em que esse menino cortava massa de modelar, tomei coragem e disse-lhe: “Às vezes os menininhos têm medo que lhes cortem o pinto”. Ele me olhou: “Bem, o meu foi cortado”. (risos) Nesse dia compreendi que a psicanálise era um assunto sério. Então ela me mostrou que, para alguém realmente interessar-se pela psicologia, em particular para fazer psiquiatria infantil, era necessário ser psicanalisado. Foi ela que me encaminhou a diversos psicanalistas, em particular a Lacan. Quando fui vê-lo, e ele me fez falar, disse-lhe que tinha algumas reservas, que achava a psicanálise uma disciplina um pouco boba, com conceitos demasiadamente redutores, que me interessava pela arte, pela cultura. Nesse momento, ele me fez passear pelo seu apartamento, perguntando-me se conhecia o nome dos pintores, e descobri que Lacan se interessava pela literatura, pela pintura, o que me tranqüilizou. Depois disso fui ver Madame Roudinesco: “Bem, decidi fazer a minha análise com Lacan”. Ela exclamou: “Ele também o seduziu!”

RP – *Em que ano foi isto?*

DW – Isto ocorreu em 1951, 1952. No fundo essa história mostra muito bem o que foi, para uma geração como a nossa, a sedução de Lacan. Ele nos dizia: “A psicanálise não é uma espécie de biologia simplificadora do instinto sexual. A psicanálise é o estudo do pensamento, da linguagem”. Também nos mostrou que não se deveria forçosamente ler certos textos um pouco limitados que havia então, mas que se devia, ouçam, perder a memória. Referia-se ao livro de madame Marie Bonaparte, que achei totalmente estúpido. Não madame Marie Bonaparte. Lacan, nesse momento, nos fez ver uma psicanálise aberta aos problemas da cultura e também a mensagem de que se devia ler Freud; era lendo Freud que se ficava conhecendo sua psicanálise. Talvez eu volte a falar desse ponto, sobre a referência a Freud.

Foi assim que fiz minha análise com Lacan. Como Laplanche e como outros da minha geração. Porém, com o passar do tempo, apareceram duas coisas. Em primeiro lugar, a prática de Lacan era, realmente, um pouco surpreendente, já nessa época. E, sobretudo, pouco a pouco, víamos que seu ensino, em realidade, não era um retorno a Freud e sim um retorno a ele mesmo, a Lacan. E mais, diversas vezes, ao falar com ele, quero dizer, após o final dessa análise, fazia-lhe perguntas às quais ele jamais respondia. Falava: “Espere, você vai saber tudo isso, eu lhe desenvolverei tudo isso”. Tinha um tom profético, como se dissesse: “A verdade, eu sou dono dela, portanto, é só você esperar que eu a diga a você”.

Fomos toda uma geração a perder, de repente, nossa fé em Lacan, já que, no fundo, ele não nos dera a fé em Freud. Havíamos lido Freud e compreendíamos que





Freud não era Lacan. Isto é, nossa referência a Freud, nós a devemos a Lacan; ao mesmo tempo, é o motivo pelo qual nós, depois, nos separamos dele, quando houve o reconhecimento do nosso grupo pela Associação Psicanalítica Internacional. Uma das condições foi que ou Lacan mudaria sua prática, ou não faria mais formação de psicanalistas. Nesse momento alguns do nosso grupo disseram não serem solidários com a prática de Lacan, embora não houvesse ainda uma verdadeira ruptura teórica. Era, antes, no nível prático, clínico, que havia cisão. Nossos colegas que ficaram com Lacan, como Leclair e Bernier, nos diziam: “No fundo vocês têm razão. Mas não se pode romper com Lacan. Ele é genial demais.” Em outras palavras, tratava-se de uma transferência mal resolvida, da qual não eram capazes de se distanciar. Foi muito doloroso para nós, obviamente. Foi necessário um auxílio no plano pessoal, com um trabalho analítico que nos permitiu nos desligarmos, uns e outros, dessa dependência em relação a Lacan.

Assim se desenvolveu nossa associação. Foi apenas progressivamente que vimos, dessa vez a partir de fora, a conformação da teoria que acaba no mecanicismo, mas foi sobretudo no nível da prática que nos separamos completamente. A mim, por exemplo, Lacan dizia: “Sobretudo não faça sessões curtas, só eu posso fazê-las”. Em outras palavras, não tive mais confiança em Lacan, a partir desse momento, e, por isso, rompemos. Então é verdade o que diz madame Roudinesco, Elizabeth, que eu conheci menina. Veio ver-me frequentemente, enquanto escrevia seu livro. Ela se lembra bem dos fatos, tinha até melhor conhecimento das datas do que eu. Foi difícil separar-se de Lacan: éramos um grupo único em que havia aqueles que queriam defendê-lo e romper com a IPA e nós que queríamos romper com ele e irmos para a IPA.

Nesse momento desempenhei um papel bastante ativo, ao ponto de, um dia, Lacan ter-se levantado e dito: “Agora eu sei onde está o telefone vermelho, com Gittelson !” (risos). Isso marcou meu interesse pela IPA, ter tido o telefone vermelho – que eu não tinha – com Gittelson. Mas deve-se dizer que o nosso grupo, inicialmente, não apenas entrou para a IPA, mais do que isso, precisávamos dela para reencontrarmos nossa identidade analítica e desenvolvê-la e para vivenciarmos o luto, de certo modo, da nossa ruptura com Lacan.

RP – *E qual era a importância do telefone vermelho entre Chicago e Paris?*

DW – Max Gittelson era, na época, presidente da IPA. A Associação Internacional decidiu que nós constituíamos um grupo de estudos: “Anunciamos que vocês constituem um grupo de estudos”. Na realidade foram Granoff e Lagache que desempenharam um papel decisivo nisso; já tinham mais idade do que nós. Granoff nos





ajudou muito, por um lado, a tomarmos uma decisão, por outro, a criarmos nossa associação. Portanto, essa associação, em espírito, era profundamente reconhecida à IPA por nos ter ajudado a reencontrarmos nossa identidade psicanalítica. Devo dizer que, mesmo hoje em dia, para mim, a IPA é essa garantia de que, em algum lugar, há a identidade psicanalítica permitida, quando se está em diferentes locais, ou quando há problemas em nível local. Isso é afetivo mas é importante para mim. Então, evidentemente, adotamos regras de formação que eram bastante severas. Lagache nos dizia: “Quero que a nossa seja a melhor associação psicanalítica”. As quatro sessões eram a nossa regra, enquanto que, na Sociedade de Paris, que era a sociedade-mãe, por assim dizer, já nessa época eram três sessões por semana.

RP – *Trata-se de uma tradição?*

DW – Sim, já era uma longa tradição na Sociedade de Paris, enquanto que, na nossa, por exemplo, Lacan analisava 4 a 5 vezes por semana. Isso não constituía problema; esses ocorriam muito mais no nível das interpretações, da não-interpretação, da não-interpretação da transferência, da liquidação da transferência do que no nível do próprio enquadre.

Mas o que mais lhes posso dizer, que gostariam de saber?

RP – *Tenho uma curiosidade, já que o senhor privou tanto tempo com Lacan, inclusive através de sua análise pessoal. O senhor, se me permite a pergunta, percebe, durante as sessões, que havia distorções do método e do enquadre da técnica propriamente dita? Como lhe foi possível encaminhar isso? Deve ter-lhe sido muito difícil, não? Dê-nos algum exemplo, se lhe for possível, de alguma coisa que ocorria, claro, algo que o senhor possa falar.*

DW – Levei algum tempo até perceber as dificuldades, as distorções enfim. Lacan era alguém ao mesmo tempo caloroso, interessado e reservado. Tinha boas atitudes durante a sessão. No fundo, durante alguns anos, ou mesmo, quatro ou cinco anos, considerei que eu estava fazendo um bom trabalho, um trabalho que me parecia, ao mesmo tempo, muito auto-analítico, ou analítico do self. Isto é, no fundo Lacan interpretava muito raramente. Mas houve realmente uma ruptura psíquica, quando vi comportamentos que não eram aceitáveis. O primeiro comportamento ocorreu quando fui fazer as primeiras visitas para ser aceito para as supervisões. Ele me disse, então: “Não vale a pena explicar às pessoas que as sessões não têm todas a mesma duração, elas não compreenderiam”. Isto é, nesse momento eu recebi uma mensagem perversa, para mim isso foi uma ruptura externa muito clara. A segunda





foi que ele fazia uso das pessoas que estavam em análise para dirigir-se a outras, por exemplo: “Você deve dizer a fulano que ele deve vir me ver”, ou coisas do gênero. Pode-se dizer que foi no plano ético, talvez, mais do que no clínico, que Lacan apresentava problemas. Mais tarde, graças ao meu trabalho analítico e à evolução do meu pensamento, percebi coisas que antes não percebia. Acredito, ainda, que Lacan era alguém que não suportava a situação psicanalítica, não suportava ser obrigado a receber o pensamento do outro durante certo tempo.

Na minha opinião, nos lacanianos, a grande crítica que se pode fazer é a distância psíquica entre o seu pensamento e o do seus pacientes. E depois, o intelectualismo da interpretação lacaniana sobre o significante, etc., a ironia com relação à transferência, tudo isso é parte da patologia de Lacan com relação à comunicação psicanalítica.

RP – *E ele escrevia trabalhos?*

DW – Absolutamente. Durante muito tempo acreditei que fazia anotações, depois compreendi que... escrevia cartas.

Então, a patologia de Lacan provavelmente desempenhou um papel importante na sedução do lacanismo, a saber, todos que temem a comunicação íntima com o outro encontram no lacanismo um intelectualismo que permite ocultar de certo modo a pobreza da sua empatia, a pobreza do contato. Não digo que todos os alunos lacanianos fazem isso; muita gente foi se analisar com os lacanianos sem saber por quê. Conheço analistas muito mais jovens do que eu, pessoas de cinquenta, cinquenta e cinco anos de idade, analisados pelos meus colegas que continuaram lacanianos. São ingênuos e freqüentemente discuto com um deles. Digo-lhe: “Mas isto é Freud que...”. E ele me diz: “Sim, isto foi dito por Lacan”. E eu o contesto: “Mas não, foi Freud quem escreveu isto!” “Ah, eu não sabia!” Quanto aos mais jovens, eles não conhecem Freud.

Mas, há um movimento. Fiquei muito surpreso de ver, em Paris, um movimento de grupos lacanianos que se interessam pela literatura psicanalítica internacional. Eles vêm me perguntar: “Quais são os textos sobre a contratransferência? Será interessante para a regra?” Também um grupo lacaniano pediu-me, para o ano próximo, conferências sobre a empatia. Ora, durante anos fomos objeto daquilo que se chama ostracismo, isto é, os lacanianos não tinham o direito de falar conosco, éramos os Brutus, parricidas, havíamos matado, éramos objeto de uma proibição, de um imperativo total. Muitos dos meus jovens colegas que trabalhavam comigo no hospital, após essa ruptura, pararam de falar comigo pois lhes era proibido. Agora as coisas mudaram muito, vejo que há uma evolução em certos lacanianos, provavelmente os





intelectualmente mais honestos e os mais clínicos. Porque, no fundo, eles não escolheram o lacanismo, foram educados nesse meio e, pouco a pouco, sentem-lhe os limites. Portanto, há uma evolução, em tese. Mas há um grupo, que continua, de gente extremamente rígida no sentido da doutrina lacaniana; são eles que exercem grande influência na América Latina; são eles, acredito, que mantêm o lacanismo. Mas, há muitos, no mundo do grupo lacaniano, que se separaram e se reaproximam, por exemplo, tenho colegas que me pediram para ir ao Congresso de Barcelona. E não é falso não. Trata-se de algo sincero, desejam conhecer, compreender, ver a diferença, o que é muito interessante. Conto-lhes isso, porque não acredito que já tenham esse tipo de movimento aqui. Isso poderá vir um dia.

RP – Poderia falar um pouco sobre algo que foi abordado aqui, a terceira ruptura do grupo?

DW – Eu a conheço menos. No início Piera Aulagnier estava conosco, com Laplanche, com outros que, como nós, tinham decidido dirigir-se à IPA, dizer que não estávamos sós em relação a Lacan. Mas, um dia, ela nos disse: “Eu não posso ficar com vocês, não posso fazer isso a Lacan, vocês vão matá-lo. Sou uma mulher, não posso fazer isso.” (risos)

Mas esse grupo, após dois, três anos com Lacan, fez seu próprio caminho. Simplesmente, não foram à IPA. Por que motivo? Porque eu creio que conservaram do lacanismo uma concepção sobre a formação como muito livre, muito pouco avaliada. É muito livre, muito pouco avaliada. Voltaram, porém, a concepções teóricas muito mais clássicas. Aliás, não é segredo para ninguém que, no final de sua vida, Piera Aulagnier ficou muito próxima à IPA e que se imaginava que ela pudesse, a título individual, pedir sua candidatura à IPA. Quanto ao quarto grupo, vêm a nossas conferências, nós vamos às deles. O ponto que nos separa é, afinal, a formação. Nossa associação confere extrema importância à avaliação do candidato em diferentes etapas. Houve, pois, uma evolução no nosso grupo desde a ruptura. Essa evolução nem sempre foi no bom sentido, na minha opinião. Falemos, agora, do problema da extraterritorialidade. Foi, realmente, bastante estranho que certas pessoas que tinham sido grandemente influenciadas por Lacan, a IPA os aceitou, sem se ocupar de saber se tinham retomado suas análises pessoais com outra pessoa. Nós fomos acolhidos na IPA. É claro que tivemos numerosas conversas com Paula Heimann, Ilse Hellman e Turquet, que queriam nos avaliar.

Nosso Sponsoring Committee, pois, eram Paula Heimann, Ilse Hellman, muito próxima de Anna Freud, Van Der Leeuw, de Amsterdã, depois presidente da IPA, Wilhelm Solls, de Viena. Eram todos francófonos.





Confiaram em nós; aliás, tínhamos uma concepção de formação muito próxima, que era realmente a da IPA. Não havia problemas quanto a isso, mas aconteceu que nossa evolução pessoal não foi a mesma. Laplanche, com outros, desenvolveu a idéia de que, afinal de contas, a psicanálise didática, a *training analysis*, era uma psicanálise como outra qualquer e que, para se permitir ao candidato engajar-se mais, a título pessoal, no trabalho analítico, era necessário que as coisas ocorressem fora da instituição psicanalítica. Para Laplanche, o fato de se aceitar um candidato antes do início da psicanálise era já dizer-lhe que ele poderia ser psicanalista antes mesmo de ter feito a prova da psicanálise pessoal. Portanto, a idéia foi que se devia avaliar os candidatos após o fim da sua análise ou no decorrer da mesma. Na realidade, – vocês citaram Anzieu e Granoff – eu também fui um dos que votaram contra a reforma de Jean Laplanche. Éramos quatro ou cinco, os outros dez ou doze. Votamos contra essa reforma, porque pensávamos que o jovem psicólogo ou psiquiatra que tem o projeto de se tornar psicanalista, mesmo se a instituição não lhe dá um bilhetezinho de entrada, começa sua análise munido da idéia de que a faz para se tornar psicanalista; essa é uma realidade psíquica absolutamente incontornável, com a qual é necessário trabalhar. Irei ainda mais longe: minha experiência é que os candidatos que fazem uma análise pessoal e que não foram oficialmente aceitos, mas que têm na sua mente a idéia de que vão tornar-se psicanalistas, colocam de lado a questão durante a análise. E que, finalmente, esse método, de alguma forma, esconde o projeto psicanalítico, que se torna menos analisável do que se o candidato já tivesse sido aceito. É essa a minha posição, eu sempre a defendi junto a meu amigo Jean Laplanche. Enfim, nós não estamos de acordo, mas essa é a minha experiência de analista. Vê-se que a dificuldade que apresenta, pois, essa lição de análise pessoal extraterritorial, na minha opinião, é tratar-se de um princípio bastante idealista, mas isso depende da realidade psíquica. (Isto não foi nada psicológico). Na realidade, vê-se o contrário, os candidatos que ainda não são candidatos não falam do projeto. Mas ele está lá, contudo. Então dizem: “Oh, vou ver se apresento minha candidatura, tenho que continuar minha análise pessoal...”. E nós dizemos: “Fale disto, de sua candidatura, você tem fantasias sobre isso, sobre esse pedido, sobre os psicanalistas.” Silenciam, porém, visto ainda não terem apresentado o pedido, que se torna impossível de analisar. Portanto, tenho opinião exatamente contrária à de Jean Laplanche sobre os efeitos da extraterritorialidade.

RP – *Quanto aos riscos de idealização da análise didática, diz-se que se faz uma análise diferente das outras e com os melhores, os grandes, portanto os didatas. É mesmo uma análise diferente, melhor?*





DW – O que eu quero dizer é que não há apenas vantagens, há também inconvenientes na extraterritorialidade. Você tem razão. Há uma desidealização da situação, devido ao fato de que as pessoas ainda não são grandes analistas didatas. Mas não digo que sou radicalmente contra a teoria de Laplanche. Digo que ela apresenta vantagens e também inconvenientes. Eu a aceito há 25 anos, desde 1969. O outro problema da extraterritorialidade que parece muito mais inquietante não é dizer que a análise pessoal deve ser começada com toda a liberdade, é dizer que pouco importa quem praticou a análise pessoal. Isto é, não há problema em se saber se um candidato foi analisado por X ou Y, toma-se o mesmo e julga-se-o pelo que ele é. Se, de tempos em tempos, encontramos candidatos que foram analisados por outra pessoa que não um membro da nossa sociedade, por exemplo, alguém que nós achamos muito bom, que fez uma boa análise, que fala bem dela, nós o escolhemos, nós o aceitamos. Com isso, eu estou de acordo. É bom ter-se uma cláusula de liberdade. Mas isso não deve tornar-se regra. Porém, hoje em dia, vejo que um número excessivo de candidatos da nossa sociedade não foi analisado por nós e o que eu temo, para o futuro, é que ocorra uma ruptura, no sentido em que eu a conheço. Creio que a função de uma sociedade psicanalítica é, afinal de contas, psicanalisar o futuro psicanalista, transmitir a psicanálise pela própria análise. Se um número excessivo de futuros psicanalistas é analisado fora da instituição, há um tipo de função psicanalisante da instituição que não é respeitada. Esse movimento, nós o observamos na Sociedade agora, quando há, cada vez mais, a tendência a voltar à idéia de que a psicanálise é pessoal e deve manter-se fora da instituição. Mas ela deveria ser realizada pelos analistas da instituição.

RP – *Didatas ou não.*

DW – É isso. Mas analistas da instituição que transmitem a análise pela análise. E é essa a discussão que tive com Jean Laplanche, que não sente as coisas assim.

RP – *Como ficam as análises didáticas nessas condições?*

DW – Desde que o candidato é admitido à formação, ou seja, é admitido, ao mesmo tempo, ao ensino e à supervisão, portanto, se há adaptação, o que é outro problema, ele começa a supervisão. Nesse caso a instituição desempenha seu papel de avaliação de cada etapa, de uma maneira muito intensiva. Isto é, temos uma avaliação muito séria antes da admissão, após a primeira supervisão, após a segunda supervisão e, finalmente, uma supervisão final, sobre o conjunto dos casos. Portanto, há quatro avaliações antes que o candidato tenha terminado sua formação. Creio que, no caso, realizamos um trabalho muito sério. Como digo, temos coisas muito boas,





por exemplo, o fato de os candidatos serem, eles mesmos, interrogados pelos membros, para prestarem contas de sua supervisão. Ouve-se o supervisor e ouve-se o candidato, uma hora com o candidato e uma hora com o supervisor e, depois, os três relatores fazem um relatório à Comissão. Portanto, é errado dizer que não temos avaliação, não é nada disso. Acredito que, em alguns países, as pessoas se queixam da tradição francesa sobre essa questão. É errado, temos uma avaliação excelente, muito séria. O único ponto é que essa avaliação deixa livre a análise pessoal prévia.

RP – E os supervisores podem estar fora da instituição, também, como os americanos?

DW – É um grupo, nós somos os supervisores, eleitos pelos colegas. Não se os chama mais de didatas, são os titulares, não importa. São eles que escolhemos por voto.

RP – É mais importante o papel do supervisor quando o aluno é de fora da instituição do que quando a análise didática é com alguém da instituição?

DW – É um ponto com o qual temos dificuldades. Creio que, na filosofia da nossa formação, é certo que o supervisor desempenha um papel importante, pois é ele que vai fazer com que o candidato entre na instituição. Na prática, vejo com bons olhos supervisionar pessoas que foram analisadas fora da associação, por outros colegas. Não costumo encontrar diferenças muito significativas, quando são pessoas que foram bem analisadas.

RP – Após toda a supervisão e avaliação, é necessário apresentar um trabalho para ser membro?

DW – Uma vez que a formação foi validada, com a quarta avaliação, o candidato pode apresentar a candidatura à Sociedade. Então, cabe ao Conselho Executivo da Sociedade, que sabe que o candidato teve o seu curso validado, lhe dizer que deve apresentar um trabalho. Esse trabalho será lido por todos os membros, haverá uma votação, um relator e três outros que entrevistarão o candidato e farão um relatório. O trabalho terá sido, em princípio, lido por todos, mas eles farão um relatório, e sua opinião será ouvida e discutida pelos membros reunidos.

Mas ainda há a comentar o problema da psicanálise na universidade. Às vezes digo que, se formos longe demais quanto às psicanálises pessoais dos futuros candidatos serem realizadas fora da instituição, nos arriscamos a nos tornarmos cada vez





mais um tipo de estabelecimento universitário pós-graduado, e a parte clínica não seria mais totalmente feita na nossa associação. Então isso levanta problemas da psicanálise na universidade.

Na França temos uma presença muito forte sobre a psicanálise na universidade. O campo do ensino da psicologia, da psicologia clínica encontra-se, predominantemente nas mãos dos psicanalistas. Ocorre, então, uma cena falsa, de certa forma, pois se eles têm as referências teóricas, e acredito que isso é, até certo ponto, uma pena, vai ocorrer, forçosamente, uma reação, porque os outros psicólogos são extremamente agressivos contra o poder dos psicanalistas sobre os psicólogos clínicos.

Creio que seria necessária uma abertura, muito grande. Sabemos o que é a neuropsicologia, agora, a reeducação da linguagem, por exemplo, e que nem tudo passa pela psicanálise ou pela psicologia. Na psiquiatria nunca ocorre essa situação. Fui, provavelmente, um dos primeiros a aceitar um lugar na universidade. Quando era residente e já estava em análise, meus colegas me diziam: “Acima de tudo, não conta isso aos nossos professores, porque eles vão te mandar embora”. Na realidade, nunca ocultei que estava em psicanálise e não fui mandado embora e, até mesmo, me pediram que desse psicoterapia pediátrica bastante cedo, em 1955, 56. Portanto, fui sempre estimulado, ativamente, à formação. Penso que o problema, atualmente, não é tanto, pelo menos na França, que haveria hostilidade na universidade contra a psicanálise. Os meus colegas que não são psicanalistas não são contra a psicanálise. Antes, o que há é que os estudantes estão cada vez menos interessados na psicanálise, e isso é um problema muito mais sério.

RP – *Estudantes de medicina?*

DW – Sim, estou falando dos estudantes de medicina, de psiquiatria; e eu me pergunto o que ocorre que vejo as novas gerações menos interessadas que as outras? Sempre ministro o mesmo curso, o mesmo trabalho. As pessoas são muito bem educadas, vêm ouvir-me, mas ninguém vem falar comigo, dizendo: “É isso, professor, eu gostaria de ser psicanalista”. Ora, há dez ou quinze anos atrás, procuravam-me, falavam com meus colegas; havia um movimento que eu vi se desgastar.

Então, eu me digo: “Eu não mudei”. É verdade, faço psiquiatria, trato de medicamentos, faço pesquisas em todas as áreas, mas a minha mensagem psicanalítica é sempre a mesma, é sempre forte. Por que será que os estudantes estão cada vez menos interessados? E aí vejo coisas que me assustam um pouco. Quando lhes faço perguntas, tenho a sensação de que, para eles, a psicanálise faz parte da cultura. Agora eles já têm a cultura. Então eles vêm ouvir, assistir a conferências de psicanálise como vinham assistir a conferências sobre a química do cérebro, sobre a genéti-





ca. Faz parte da cultura geral, mas fazê-los sentir que é extraordinária e extremamente interessante a comunicação com alguém no campo da psicanálise, essa é uma dimensão cada vez mais difícil de passar. Então acredito que isso é devido ao fato de que eles foram ensinados a serem muito eficazes com medicamentos e com prescrições de psicoterapia...

Acredito que também foram ensinados, em excesso, que se podia fazer igualmente bem a psicanálise com psicoterapias vagamente inspiradas na psicanálise. Quero apresentar dois fatos: uma enquete recente perguntou a psiquiatras de certa região da França: “Você pratica a psiquiatria psicanalítica? Oitenta por cento dos psiquiatras responderam que sim. Ora, nem vinte por cento deles fizeram formação psicanalítica. Portanto, as pessoas talvez façam um pouquinho de análise em algum lugar e dizem: “Eu não quero entrar nas instituições. Na minha opinião, as instituições não servem muito...””.

E eles se autorizam por eles mesmos. Nisso, devemos reconhecer que o lacanismo desempenhou um papel importante, impulsionou esse movimento. Apenas a própria pessoa se autoriza no movimento lacaniano. Portanto, os jovens psiquiatras fazem psicoterapia e chamam isso de psicoterapias psicanalíticas, porque leram um pouco, porque puderam fazer uma fatiazinha de análise, porque fizeram uma psicoterapia com um psicanalista. Agora, um segundo exemplo: vejo os meus alunos, vejo que não foram psicanalisados, que não são psicanalistas e que não têm a maneira de pensar psicanalítica. Mas, o que pensam, em que ponto está essa pessoa em psicoterapia? São pessoas inteligentes, abertas, com idéias. Isso, porém, não tem nada a ver com a psicanálise. E então, tenho a impressão que isso é um problema, que os estudantes se dizem: “Bah... farei psicoterapia, depois disso, bem... até que gostaria de fazer psicanálise.” A psicanálise tornou-se algo que pertence excessivamente ao campo das coisas comuns, é excessivamente idealizada, e eles não vêem o essencial. Acredito que duas questões se colocam para o futuro: como fazer sentir às nossas jovens gerações que a psicanálise veicula alguma coisa de absolutamente singular na comunicação de um espírito para outro espírito e como fazer sentir isso na universidade, nos hospitais, pois, se não tivermos mais esses jovens, não teremos mais entre nós jovens filósofos, ou jovens jornalistas.

RP – *Então Sr. acha que a psiquiatria oferece um caminho que pode parecer psicanalítico?*

DW – Ah, eu considero muito perigosas as associações de psicoterapia psicanalítica. Não é uma coisa simpática de dizer. Tive contatos no Canadá e em outros lugares. Tenho medo, porque se vai ter uma psicanálise de segunda zona. Eu sou pela





formação dos psicoterapeutas, mas não de psicanalistas e, ainda por cima, por pessoas que foram bem formadas na psicanálise. Isso é um verdadeiro problema. O segundo problema é fazer voltarem para nós os médicos jovens; para fazê-los desejarem a psicanálise, interessarem-se realmente pela psicanálise, é necessário mostrar-lhes que o quadro singular da comunicação não é simplesmente escutar alguém e que existe outro trabalho.

Ora, eu gostaria de contar ainda uma história. Há alguns dias, fiz uma apresentação aos residentes. Era a primeira sessão de uma disciplina que dou, de um ano de duração, sobre a psicanálise. Para ministrar a disciplina, preparei uma sessão com interpretações. Depois pedi que se manifestassem: “O que dizem?” Após muitas inibições, conseguiram falar, e o que me disseram é interessante: “Por que o senhor falou? Deveria tê-lo deixado fazer o trabalho ele mesmo, o seu paciente.”

E é interessante, porque no fundo, eu me disse, eis o que eles fazem. Deve-se transmitir a interpretação, isso existe. Para voltar à questão, acredito que outra coisa importante é que, às vezes, na universidade e também entre nossos colegas, há a sensação de que a psicanálise não progride, não avança, que está fixada para todo o sempre, que não há evolução, nem progresso. Então, creio, seria necessário transmitir a idéia de que a psicanálise está sempre pesquisando. Talvez, se se trata de uma universidade, seria necessário que se mostrasse que nos interessamos também pela pesquisa, não pesquisas sobre a psicanálise propriamente dita, mas sobre as psicoterapias, as indicações, as avaliações, pois penso que a noção de pesquisa é cada vez mais popular e importante nas universidades, elas são centradas na pesquisa, querem desenvolvê-la, e devemos mostrar que podemos também ajudar a pesquisa. Acredito que é importante, para se integrar bem nas universidades.

RP – Prof. Widlöcher, estamos em cima da hora, queríamos agradecer-lhe a atenção que teve conosco. Foi muito interessante e agradável, especialmente vimos que a França vive uma situação muito próxima à que nós vivemos. Portanto, a situação não é local, é mundial em relação à ciência da psicanálise. Muito obrigado. □

Transcrição e tradução de **Hedy Hofmann**

Revisão técnica de **Ruggero Levy**

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **122** é branca





Cem anos de Cinema e Psicanálise





Atenção montador
a página **124** é branca





Comentário sobre o filme *A excêntrica família de Antônia*

*Anette Blaya Luz**, Porto Alegre



* Membro Associado da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.

Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998 □ 125





Anette Blaya Luz

A primeira vez que assisti ao filme *A excêntrica família de Antônia* foi numa noite muito fria de inverno, com o ar condicionado da sala de cinema estragado ou desligado, ainda não sei qual dos dois. A platéia era formada por uns dois casais, mais duas pessoas sozinhas e um ou outro grupinho de dois ou três amigos. Enquanto esperava pelo início da projeção, fiquei pensando que aquela poderia ter sido uma péssima idéia, pois a noite convidava mais para ficar em casa na frente da lareira ou algo parecido. Qualquer coisa seria mais gostoso do que congelar ali. Descrevo essa sensação, pois, ao final do filme, eu estava surpresa de perceber que não tinha sentido frio, tamanho o envolvimento que me proporcionou. Saí do cinema gratificada e satisfeita por ter podido assistir àquele filme. Repleta. Pensei comigo o que havia nele de tão agradável ou intenso que me fazia sentir satisfeita daquela forma. Assim, quando o pessoal da Comissão de Divulgação da Soc. Psicanalítica de Porto Alegre me convidou para fazer um comentário sobre *Antônia*, fiquei entusiasmada com a tarefa.

Meu entusiasmo, no entanto, logo se transformou em apreensão, pois, ao revê-lo, mais uma vez, com o propósito de redigir esse comentário, dei-me conta da complexidade dos personagens e do enredo. Novamente me perguntei o que havia de tão intenso em *Antônia*, que me fazia apreciá-lo tanto. A primeira idéia que me ocorreu é a de que há de tudo nele. Há uma amostra do que há de mais forte e saudável, entremado com o que há de mais louco e doentio dentro dos seres humanos. Pareceu-me uma verdadeira e genuína amostra da própria vida. *Antônia* nos brinda com questões como nascimento, morte, amor, ódio, suicídio, assassinato, fratricídio, abuso sexual-estupro ou simplesmente abuso de um ser humano por outro, relações sadomasoquistas, lésbicas, “platônicas”, pecados, o original e outros, a cena primária, chantagem, religião, castidade, a mãe solteira, o retardo mental e a genialidade, coragem, covardia, hipocrisia. Todos aspectos da vida humana. O mais chamativo, talvez, seja a maneira como esses temas difíceis são apresentados de forma tão direta e simples, sem a condenação que normalmente despertam. Tudo parece absolutamente normal. Tão absolutamente normal que chega a ser intrigante. Os próprios personagens apresentam uma profundidade emocional fascinante e extremamente tentadora para que se faça uma abordagem psicanalítica. Tome-se, por exemplo, a relação da Louca Madona e do Protestante, ou a obsessão de Letta por engravidar. Ou o que se poderia examinar e estudar sobre o deprimido filósofo Dedo Torto. Assim, perguntei-me “sobre o quê?” fazer meu comentário, já que as possibilidades eram inúmeras. Optei por Antônia, sua personalidade, ascendência e descendência, já que essa é a matéria prima de que é feita a psicanálise.

O início do filme parece nos colocar frente a duas alternativas de vida, que estão ali representadas por duas alternativas de morte. Há duas maneiras de se viver, assim como há duas maneiras de se morrer. Antônia e sua mãe morrem dentro do





mesmo quarto e, suponho eu, até deitadas na mesma cama. Mas são mortes diferentes. Pode-se morrer suave e serenamente, ao alvorecer de um lindo dia, cercada por todos os seus entes mais queridos e tendo-se tempo de lançar um olhar terno de despedida sobre cada um deles e receber deles o mesmo adeus triste, porém tranqüilo, como fez Antônia. Ou, pode-se morrer atormentada e delirante, quase só, dentro do mesmo quarto, embora dessa vez escuro, repleto de teias de aranha e velas acesas. Ao invés de um olhar terno de adeus, uma crítica áspera e acusadora para sua filha que não via há muitos anos e por quem a moribunda esperou, para, só depois, morrer. Assim morreu a mãe de Antônia. Penso que o mundo interior de Antônia e de sua mãe fica bem simbolizado pelos dois cenários onde o milagre da morte acontece. Assim, o milagre da vida pode ocorrer dentro de um quarto-mente-coração quente, luminoso, habitado por bons objetos, como é o caso da existência de *Antônia*. A outra possibilidade é representada pelo cenário escuro, penumbroso e fúnebre. A cena da morte de Antônia é triste, mas não fúnebre, enquanto que a cena da morte de sua mãe é bastante lúgubre e fúnebre. O afeto carinhoso e melancólico que permeia a cena da morte de Antônia contrasta com o clima frio e distante do momento de despedida entre Antônia e sua mãe. Concluo que essas duas mortes são assim tão diferentes, porque as duas mulheres fizeram opções de como viver a vida muito diferentes também.

O pano de fundo dessas duas alternativas de vida é a submissão da mulher ao homem e a relação sádica que pode se estabelecer entre ambos. O filme retrata a temática vista através das lentes de uma mulher. A preocupação da autora e diretora do filme, Marleen Gorris, é com o universo feminino, correndo o risco, em alguns momentos, de mostrar a mulher no papel de dominador sádico, exatamente o papel que deseja criticar no homem. Uma das cenas mais belas do filme mostra, quem sabe, a revanche feminina contra tantos séculos de submissão frente ao homem. Refiro-me à cena em que Antônia, de capa escura, bonita, ativa e exuberante desfila, seguida pelo submisso, desengonçado e grato Boca Mole, bem em frente ao fazendeiro Bar e seus filhos, enquanto esses trabalham na roça. A expressão de satisfação serena e segura de *Antônia* adquire significado frente ao olhar de carinhosa admiração do fazendeiro viúvo. É possível que, para Marleen Gorris, essa devesse ser a ordem natural das relações entre homens e mulheres. O universo masculino é oferecido ao espectador ora como cruel (Pitte, o irmão que violenta), fraco e estúpido (Boca Mole), deprimido e fóbico (Dedo Torto), garanhão e burro (o Adônis da motocicleta), gentil e submisso (Bar e Simom). Cabe salientar que, ao longo de todo o filme, não há nenhuma referência ao marido de Antônia. É quase como se ele não existisse, fosse nulo, ausente e, quem sabe, desnecessário.

Apesar de estarmos no limiar do século XXI e apesar de já terem ocorrido





Anette Blaya Luz

tantas mudanças, ainda vivemos em uma sociedade muito machista, e é contra a posição submissa da mulher neste sistema que a personagem principal se insurge. Por que ela se recusa a ter a vida igual à das mulheres comuns é bastante óbvio: ninguém saudável e inteligente gosta de ser maltratado. Antônia é saudável e inteligente, e isso a torna forte. Talvez por isso tenha conseguido sair daquele vilarejo vinte anos atrás, e, quem sabe, justamente o fato de ter ficado vinte anos longe dali a tenha tornado uma mulher mais forte e segura, capaz de voltar para casa e enfrentar todos os preconceitos machistas com a cabeça erguida e de “bem com a vida”. Há referências que ela, mesmo antes de ir embora daquele lugar, já era considerada uma rebelde-feminista. A caracterização da personagem está muito bem feita. A diretora foi feliz na escolha da atriz que interpreta Antônia. Uma mulher grande e forte, ao mesmo tempo que suave e feminina. Tem braços fortes como os de um homem para o trabalho e seios fartos simbolizando sua capacidade de acolher, cuidar, “amamentar” quem precisasse da sua proteção. Uma mulher de bem consigo mesma. Que outra opção teria? Ficar igual à mãe de Deedee? Minha interpretação é que a mãe de Antônia e a mãe de Deedee representam a mesma alternativa, qual seja, a eterna submissão a homens “cruéis”, adúlteros e que, por isso mesmo, foram condenados, pela escritora, à morte prematura. Essa opção feminina faz com que as mulheres obedeçam seus senhores masculinos e sejam por eles desrespeitadas e abusadas. A aceitação do papel de maltratadas dá aos homens mais força no papel de tiranos. Isso impede as mulheres de proteger suas filhas e de educar seus filhos para que esses tratem as mulheres de outra forma. Passam a vida guardando mágoas e revoltas. Morrem sós. A única possibilidade de expressarem sua dor e ódio dessa situação de medo e obediência é a loucura, exemplificada pela mãe de Antônia. Caso contrário, o silêncio e a devoção religiosa, opção da mãe de Deedee.

A possibilidade de ser Antônia uma mulher que está de bem consigo mesma é que lhe permite quebrar tabus e entrar com tranquilidade no bar, até aquele momento exclusivo para homens. A personagem não se intimida com a recepção pouco calorosa do fazendeiro Dan e enfrenta-o de igual para igual. Danielle, a filha, parece estar acostumada a esse clima tenso que a postura de sua mãe desperta, pois, enquanto segue o diálogo áspero entre Dan e Antônia, Danielle boceja displicentemente, quase alheia ao que se passa ali.

Fica bem evidente que Danielle tem a mais absoluta confiança em sua mãe, e ela e Antônia são amigas e próximas. Talvez próximas até demais. É bem possível que a homossexualidade de Danielle seja o reflexo do desejo da própria Antônia de rechaçar e não precisar dos homens. “Marido, para quê?” pergunta Antônia ao fazendeiro Bar, quando esse vem pedi-la em casamento. O constrangimento do fazendeiro contrasta com o olhar debochado de Danielle. É como se Danielle estivesse fazendo





troça dele, já que a mãe era dela e não precisaria de homem nenhum para satisfazê-la, pois sua companhia bastava à mãe. Danielle testemunha e adota para si a posição de Antônia. Penso que o lado de Antônia que não está de bem com a vida explode na personalidade de sua filha, quando essa se mostra incapaz de estabelecer uma relação amorosa heterossexual madura. Tanto é que, quando Danielle quer ter um bebê, ela pede ajuda à sua mãe, que parece lhe perguntar, mais por descargo de consciência do que por convicção, se ela, Danielle, não gostaria de ter um marido. Danielle, com muita calma, diz que não. Que só quer a criança, não o marido. Antônia a apóia e, como ela própria não pode engravidar sua filha, embora, penso, poderia ter esse desejo, vão juntas à cidade em busca de um bom reprodutor. Aqui fica bem nítido o maltrato feminino aos homens e a crença onipotente de todos os homossexuais de que não precisam do sexo oposto.

A busca pelo pai-reprodutor é apresentada de maneira natural e quase óbvia, como se fosse livre de conflito, o que não me parece. A dúvida e a insegurança, reflexo do conflito, transparecem no tom de voz baixinho, quase cochichado, quando Danielle e sua mãe pedem a Letta que as ajude a encontrar um bom reprodutor. O olhar aflito, que Antônia tenta disfarçar, enquanto espera pela filha no jardim do hotel, também evidencia seu desconforto e inquietude. O clima de triunfo sobre os homens e sobre a realidade da necessidade desses fica evidente na cena em que Letta, Danielle e Antônia saem caminhando e rindo, enquanto deixam para trás, adormecido, o “garanhão” usado para a reprodução.

Antônia ajuda a filha a “derrotar” os homens, enquanto a mãe de Deedee não consegue proteger sua filha dos abusos que sofre por parte tanto do pai como do irmão, que inclusive a estuprava. Antônia pode entrar no Bar, enquanto a mãe de Deedee fica aguardando do lado de fora. Antônia traz sua filha para dentro do Bar de Olga, ensinando-lhe com isso, que ela, Danielle, tem direito àquilo. Deedee não só fica esperando com a mãe do lado de fora, como é exposta e humilhada pelo pai e irmão na frente dos demais fregueses. Danielle cresce rechaçando os homens, enquanto Deedee cresce com um ar de retardo mental, mas aceita um homem. É chamativo que Deedee, à medida que vai sendo bem tratada por Antônia e Danielle, se transforma ao longo do filme, perdendo um pouco de seu aspecto abobalhado, sendo, inclusive, homenageada pela pequena Sarah com uma poesia. Parece que Sarah descobre em Deedee o amor maternal que não está disponível em sua mãe Tereza. De fato os dois personagens mais “retardados” formam o casal mais “normal”, pois se gostam, são carinhosos um com o outro, são casados, criam juntos a prole e Deedee sofre muito com a morte do marido.

Talvez Deedee, tanto quanto Danielle, tenha compreendido sua mãe e, por isso mesmo, tenha preservado dentro dela uma boa imagem materna. Há duas cenas





Anette Blaya Luz

em que Deedee e sua mãe se olham carinhosamente nos olhos, como se ambas estivessem se comunicando em segredo. Refiro-me à cena de Deedee na Igreja com os óculos novos e à cena de seu casamento, quando sua mãe, vestida de preto, lança-lhe um olhar carinhoso e cúmplice. Parece que, mesmo à distância, a mãe torce por ela. Da mesma forma, Antônia e Danielle também se lançam olhares cúmplices e amorosos, quando passeiam pelo cemitério abraçadas e durante um almoço ao ar livre. Penso que as duas filhas, Danielle e Deedee, realizam o desejo de suas respectivas mães. O desejo da mãe de Deedee poderia ser o de um casamento mais feliz que o dela própria, e o desejo de Antônia de não precisar de um marido.

A desconfiança e o medo de Antônia frente aos homens, apesar de toda a sua luta para não temê-los, aparece. Mas aparece naquilo que os homens poderiam ser menos perigosos. Antônia não teme a força nem a violência masculina. Ela os enfrenta de igual para igual, de espingarda em punho. O que Antônia teme nos homens é o seu amor por eles. Amor que pode despertar desejo e dependência. Essa é a fraqueza da personagem, que fica concreta na conduta homossexual de sua filha. No momento em que Antônia concorda em ter relações com o fazendeiro, ela explica que, após todos esses anos, tem andado carente, mas em seguida coloca regras para se defender do medo de se descobrir mais carente do que gostaria. Estipula que os encontros amorosos não podem ser dentro de sua casa ou da dele e que a frequência seria uma vez por semana, mas a doce sensibilidade do fazendeiro a desarma e tranqüiliza. Assim concordam em seguir o ritmo de seus corações. Ritmo esse representado por uma cena muito bonita e poética, quando Bar, dirigindo um trator, leva Antônia na garupa, cabelos soltos, expressão de alegria em seu rosto. Danielle fica para trás, abraçada à filha Tereza, acenando adeus.

Seguindo a linha de raciocínio que estou propondo, podemos encontrar um detalhe que, a meu ver, é bastante elucidativo. Como psicanalista sigo a cadeia associativa do enredo, i.é., a ordem seqüencial em que a trama é apresentada. Nota-se o seguinte: após a cena que acabo de descrever, acontece a cena de Letta, grávida, com dois filhos, pedindo asilo e encontrando-o não só em Antonia, mas, principalmente, no capelão disponível para o amor. Logo a seguir ocorre a cena na escola, onde aparece a extrema inteligência de Tereza e quando Antônia diz a Danielle: “*Sinto dizer que sua filha não é normal.*” A seguir, fica evidente o enamoramento de Danielle por Lara, a professora de Tereza. A cena seguinte mostra Danielle ansiosa, aguardando a chegada de Lara em sua casa para dar aulas a Tereza. A criança se mostra irritada com a impaciência da mãe e, em seguida, há uma cena em que se evidencia como Tereza e Dedo Torto cada vez se entendem e se aproximam mais um do outro.

A mim parece que Letta poderia estar simbolizando o abandono de Danielle, pois perdera seu par, Antônia, que se anima a ter um envolvimento mais efetivo com





o fazendeiro Bar. Tereza, a filha de Danielle, de fato não é normal, pois minha hipótese diz que, na fantasia, é como se Tereza fosse filha de Danielle e Antônia. Danielle precisa encontrar um novo par. Lara, que passa a cuidar mais de perto da educação de Tereza, é o alvo ideal para substituir Antônia no coração de Danielle. Assim, é Tereza quem sente o abandono e não mais Danielle. Tereza, por sua vez, busca em Dedo Torto conforto e companhia. Dedo Torto é o representante paterno para Tereza e parece que também para Danielle. Mas de fato ele não é um pai. Inclusive a eleição de seu nome, Dedo Torto pode ser entendida como uma alusão ao homem castrado, ou sem um dedo-pênis forte e potente. Seu dedo-pênis é torto. É apresentado como sendo assexuado, toda a libido investida no intelecto. Ele é consultado quando Danielle quer ter uma criança, tanto quanto é consultado quando Tereza está decidindo levar ou não sua gravidez a termo. Embora consultado e admirado por sua inteligência e sabedoria, são sempre as mulheres quem decidem. A submissão masculina fica evidente no olhar tenso e aflito de Simom, enquanto aguarda que Tereza decida sobre o futuro da criança, como se ele não tivesse direito de opinar. Essa seqüência provoca em mim um certo mal-estar, que vem juntar-se àquela sensação intrigante, à que me referi no princípio, de que tudo é normal demais. Todo o filme é apresentado de forma tão bonita e poética, os cenários são belíssimos, a fotografia é encantadora e tudo é “naturalmente normal”, aceito quase sem crítica. É assim que o espectador é seduzido a não pensar e só se encantar. É uma proposta com características perversas, e talvez isso explique o mal-estar.

Ainda, seguindo a cadeia associativa do enredo filmado pela diretora, não posso deixar de tecer algum comentário sobre o conjunto de relações sexuais, cenas primárias conforme o jargão psicanalítico, que aparecem nas cenas seguintes. Nota-se aqui que a proposta perversa segue, pois a relação homossexual é apresentada aos olhos do espectador como se não tivesse nada de diferente das demais cenas amorosas. É uma seqüência muito bonita que começa com Danielle e Lara na cama, logo depois Antônia e Bar, seguidos por Boca Mole e Deedee e Letta e o Capelão. A música vai aumentando, enquanto os vários casais vão desfilando suas relações sexuais frente aos nossos olhos, cada vez com mais rapidez e volume, à medida que o clímax orgástico se aproxima. Nesse ponto surge Tereza criança, esfregando os olhos e se queixando que não pode dormir. De fato o coito dos pais e a consciência da cena primária é uma causa importante de angústia nas crianças. É um momento de solidão, que a pequena Tereza resolve chupando o dedo, o que, em termos psicanalíticos, entendemos como refugiando-se no auto-erotismo. Cabe comentar que é nessa altura da trama que o casal platônico Louca Madona e o Protestante morrem. Afinal é na relação amorosa carnal que o amor platônico, consciente ou não, se desmancha, pois a verdadeira aproximação nunca pode acontecer nessas situações.





Anette Blaya Luz

Até esse momento do filme, a Louca Madona e o Protestante haviam aparecido sempre seguindo uma cena em que os personagens principais da trama estão buscando uma aproximação uns com os outros. A primeira ocorrência desse par acontece logo após a cena em que Antônia leva Danielle para conhecer Dedo Torto. Mais tarde surgem novamente, depois que a narradora comenta a paixão de Deedee e Boca Mole e, posteriormente, quando há o assinalamento de que os corações de Dedo Torto e de Tereza se entrelaçam. Há ainda mais uma lua cheia na qual a Louca uiva antes de morrer, que é justamente quando Antônia se entrega ao fazendeiro Bar.

É fácil de se entender o que vem logo a seguir: uma cena de todos à mesa, confraternizando e o anoitecer, ao meu ver, significando a vida e seu renovar. Na verdade é da relação sexual que a vida pode renascer.

E renasce. Tereza cresce, torna-se uma adolescente e é estuprada por Pitt. Antônia, e não Danielle, pois, ao meu ver, Antônia é quem tem a força masculina, sai para vingar sua neta. Mas ela não mata Pitt. Amaldiçoa-o. Isso mostra sua força interior. Sua raiva explode no nível simbólico. E depois... chora. É o único momento do filme em que Antônia chora e chora no seu refúgio de amor ao lado de Bar. Ali e só ali parece seguro poder chorar, sofrer e amar. Os aspectos mais femininos de Antônia só podem aparecer ali, longe de sua casa e família.

Concluindo este breve exercício hipotético, quero retomar a expressão que utilizei no início, quando descrevi Antônia como uma mulher que está de bem com a vida. Penso que de fato ela está de bem com a vida e, por isso mesmo, pode cumprir com desenvoltura quase todas as suas atribuições. Mas há algo que não pode ser plenamente vivenciado no dia a dia, sua feminilidade, pois talvez isso a enfraquecesse. Os aspectos mais conflitados de Antônia podem estar representados na personalidade de sua filha. Posso também fazer a hipótese que os aspectos não resolvidos de Danielle aparecem em sua filha Tereza. Quem sabe se Danielle pudesse ter experimentado mais conscientemente o ressentimento que, suponho, ela tenha de sua mãe Antônia, por tê-la seduzido e depois a trocado por Bar, quem sabe sua filha Tereza poderia ser mais maternal. Tereza não pode ser uma mãe muito afetiva, mas Tereza aproximou-se mais do representante paterno, Dedo Torto, que nutria um carinho verdadeiro por ela. Os interesses científicos e filosóficos permitiram que estabelecessem uma relação paterno-filial muito estreita. Minha hipótese é que isso contribuiu bastante para que Tereza pudesse, melhor que sua mãe e avó, escolher um bom pai para Sarah.

Mas, apesar de todos os conflitos que penso terem os personagens, é importante ressaltar que eles mesmo propõem saídas. Notem que, quando o caminho afetivo para a solução dessas problemáticas está bloqueado, sempre sobra a alternativa sublimatória, o caminho para as artes, tanto é que Danielle é uma pintora, Tereza,





Comentário sobre o filme *A excêntrica família de Antônia*

uma musicista e Sarah, uma escritora. Disto tudo é que a vida é feita e acho que por isso não tive tempo de sentir frio quando assisti à *A excêntrica família de Antônia*, que, talvez, não tenha nada de muito excêntrico no final das contas. □

Anette Blaya Luz

Rua Álvares Machado, 44/505
90630-010 – Porto Alegre – RS – Brasil

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **134** é branca





Cem anos de Psicanálise. Revisitando os clássicos





Atenção montador
a página **136** é branca





Resenha: O estágio do espelho como formador da função do ego (eu) tal como nos é revelado na experiência psicanalítica, de Jacques Lacan*

*Paulo Oscar Teitelbaum**, Porto Alegre*

* Trabalho apresentado no XVI Congresso Psicanalítico Internacional, Zurique, 1949.

** Graduado do Instituto de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre.





O presente artigo, apresentado no XVI Congresso Psicanalítico Internacional, em Zurique, em julho de 1949, é uma versão revisada do trabalho escrito por Lacan em 1936, “A Família”, quando introduziu o conceito do “estágio do espelho”, numa tentativa de teorização sobre a estruturação dos primeiros esboços do “eu”, sobre o ego-ideal e sobre as identificações secundárias.

O autor baseia sua tese numa experiência buscada na psicologia comparada, do bebê humano diante do espelho e do chimpanzé, o qual, nesta fase inicial, dispõe de maior inteligência instrumental do que o primeiro. Acrescenta que, no bebê humano, ainda sem o pleno domínio do próprio corpo e dependente de uma sustentação externa a ele, ao contrário do que ocorre com seu congênere símio, esta experiência de ver-se refletido no espelho desencadeia uma série de atitudes e gestos no sentido de conseguir mirar-se no espelho, dando mostras de intensa satisfação ao alcançar seu intento. Tal experiência proporciona experimentar a relação da sua imagem refletida com o próprio corpo e, portanto, com a realidade e os objetos que o circundam.

Lacan situa “o estágio do espelho” entre os 6 e os 18 meses de idade e considera que este é o momento em que o bebê humano, numa antecipação ilusória (porque anterior à maturação do sistema nervoso) da forma total do próprio corpo – gestalt – estabelece a matriz simbólica primordial do “eu”, irreduzível daí em diante ao indivíduo somente, ainda que afirme que seria mais correta a referência ao ego-ideal, no sentido de que será também o tronco das identificações secundárias.

Essa matriz (gestalt), que lhe é oferecida desde o exterior, muito mais constituinte do que constituída, simboliza para Lacan a permanência mental do “eu”.

Lacan recorre novamente à biologia para referendar a idéia da capacidade formativa e constituinte de uma gestalt, ao trazer os exemplos do efeito de uma imagem refletida sobre a maturação da gônada da pomba (que necessita da visão de outra pomba – ou de uma imagem – para que se desencadeie o processo de maturação sexual) e de uma espécie de grilo que, para passar da forma solitária à gregária, necessita ser exposto à visão de outro indivíduo – ou imagem – semelhante. Também a partir destes exemplos, Lacan destaca o caráter ilusório da imagem, indicativo do desconhecimento do “eu” nessa fase.

Assim, é a imagem refletida que dá ao bebê humano a noção intuitiva de sua forma, proporcionando, pois, a passagem do *innwelt* ao *umwelt*, pela observação da relação do seu corpo com a realidade e com os objetos que o cercam.

Propõe, então, que o “estágio do espelho” seja compreendido como uma identificação, isto é, como a transformação produzida no sujeito quando este assume uma imagem.

Lacan, em seu trabalho, contrapõe ao “estágio do espelho” o momento pré-espelhar, caracterizado por uma vivência do bebê de um “corpo fragmentado”, no





Resenha: *O estágio do espelho como formador da função do ego (eu) tal como nos é revelado na...*

qual estariam ausentes as noções da imagem de um corpo total, da diferenciação entre o seu corpo e o da mãe, entre ela e o mundo exterior. Sugere que os delírios e alucinações de excisão de partes do corpo, observados nos esquizofrênicos, ou sintomas conversivos histéricos (paralisias e espasmos) são expressões de uma anatomia fantasiosa, resquícios desta fase pré-espelular, assim como também o seriam os personagens fragmentários e mutilados que povoam os sonhos.

Pode-se observar um entrelaçamento dos conceitos de Lacan, sobre os fenômenos ligados ao estágio do espelho, com o pensamento de Freud, na medida em que, a partir da identificação do bebê com o outro, que é a imagem refletida no espelho, dar-se-ia a organização das pulsões (até então auto-eroticamente direcionadas), em torno de uma noção de “eu” (self). Em outras palavras, a passagem da experiência do “corpo fragmentado”, pela identificação com a imagem (imago) no espelho, permite ao “eu” constituir-se em objeto para a libido.

Porém, o próprio momento de constituição do “eu”, por sua origem na exterioridade da imagem, tem um caráter alienador, pela noção que impõe ao sujeito da existência e presença do “outro”.

Nas palavras de Lacan: “Esse desenvolvimento é vivido com uma dialética temporal, que projeta decisivamente em história, a formação do indivíduo: o estágio do espelho é um drama cujo empuxo interno se precipita da insuficiência à antecipação; e que, para o sujeito, presa da ilusão da identificação espacial, constrói as fantasias que se sucederão desde uma imagem fragmentada do corpo, até uma forma que chamaremos ortopédica de sua totalidade – e à armadura por fim assumida de uma identidade alienante, que vai marcar, com sua estrutura rígida, todo o seu desenvolvimento mental.”

Para Lacan, o momento de passagem do “eu” especular para o “eu” social marca o final do “estágio do espelho” e, a partir da identificação do sujeito com a imago do semelhante, que implica o surgimento dos ciúmes primordiais, propicia ao ego a vivência de situações socialmente elaboradas. Estabelece-se o campo do outro, gerando-se uma relação imaginária de agressividade e de tensão narcísica, onde a busca pelo desejo do outro passa a mediar a ação do “eu”. □

Paulo Oscar Teitelbaum

Alameda Coelho Neto, 33
91340-340 – Porto Alegre – RS – Brasil
poteitel@sppa.org.br

© Revista de Psicanálise – SPPA

Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998 □ 139





Atenção montador
a página **140** é branca





Comentário sobre *O estágio do espelho como formador da função do ego (eu) tal como nos é revelado na experiência psicanalítica*, de Jacques Lacan

*Alírio Dantas Jr.**, Recife

• Membro Titular da Sociedade Psicanalítica de Recife.

Revista de Psicanálise, Vol. V, Nº 1, abril 1998 □ 141





Alírio Dantas Jr.

Este é um dos textos mais importantes de Lacan; e provavelmente um dos mais conhecidos. Consta haver sido apresentado em primeira versão em 1936 no Congresso de Mariembad, o XV Congresso da IPA, tendo recebido uma acolhida frustrante, conforme conta Roudinesco (1986)¹. Uma pena, o leitor verá que o texto merece ser lido, trabalhado e comentado. Esta versão foi apresentada no XVI Congresso, em 1949. Eu o considero, sobretudo, muito atual. Ele enfoca a função e a estruturação do ego de modo muito pertinente. Problematiza algumas questões profundas sobre o funcionamento econômico desse ego e sua relação com os impulsos inconscientes. E enfatiza uma perspectiva não desenvolvimentista da tópica estrutural.

“O estágio do espelho”, como muitos preferem, é um trabalho que impressiona pelo modo como Lacan trouxe à cena questões que vieram a ser interrogadas muito depois. Nele, Lacan recoloca o papel do narcisismo primário na estruturação do ego e na estruturação dos processos de identificação. Neste sentido, mostrou-se um autor capaz de determinar com acuidade que tais processos de estruturação viriam a ser enfocados predominantemente sob a ótica do objeto, em prejuízo de uma compreensão mais centrada nos desafios econômicos impostos à mente pela tensão pulsional. Tais desafios questionam a fragilidade e a dependência da criança, aprisionada entre suas fontes de excitação e seus objetos, em função da incapacidade de articular suas experiências e de reconhecer-se nelas. No contexto da especularidade, Lacan desvela o objeto dentro do mundo interno, descoberto pela criança como instrumento articulador de uma experiência intrapsíquica de representação do eu. Enquanto o ego é mostrado como uma estrutura dinâmica e, por força de suas origens e funções, marcado pela instabilidade de um equilíbrio frágil. Lacan destacou-se como um autor que se bateu contra um reinado do ego, dentro da experiência analítica. Para ele, o ego nunca viria a ser uma resposta ao descentramento do sujeito freudiano.

Vejo como muito instigante a tarefa de pensar o ego distanciado do sistema percepção-consciência e mais ligado, portanto, às vicissitudes mesmas do inconsciente. Lacan nos relembra que, antes de tudo, esse ego é produto de nosso desconhecimento sobre o “isto”. Menos uma estrutura destinada a permitir um encontro, uma articulação entre nossas fontes internas e seus objetos e mais uma estrutura destinada a constituir uma ilusão. Ilusão de conhecimento, de percepção, de autonomia e de encontro. Neste sentido, assinala Lacan, com propriedade, que esse ego, fruto do nosso desamparo interno, se constitui através de uma alienação – alienação do desejo – sob a qual repousarão os processos de identificação. Incapaz de ver-se, o ego descobre-se na especularidade de sua relação com o outro, “submerso” nessa *imago*. Atra-

1. Roudinesco, Elizabeth, “História da Psicanálise na França”, vol. 2, pag. 151, Jorge Zahar Editor.





Comentário sobre *O estágio do espelho como formador da função do ego (eu) tal como nos é ...*

vés dessa submissão do ser à sua *imago*, cumpre-se a função do estágio do espelho como formador da função do ego, aquela de articular a relação do indivíduo com a sua realidade. Nessa perspectiva, Lacan reintroduziu a problemática da estruturação do ego e de sua função, colocando em destaque essa estruturação como um processo forjado pelas vicissitudes econômicas do inconsciente.

O leitor poderá observar, com alguma surpresa, que muitas das questões que permeiam a clínica contemporânea, sobretudo aquelas referentes às chamadas “perturbações narcísicas da personalidade”, estão levantadas neste texto de escrita rebuscada, de estilo elegante e sofisticado e de compreensão difícil (sobretudo por força do estilo), apresentado em 1936 e reapresentado em 1949. É um texto inteligente e estimulante, muito importante dentro da tradição psicanalítica francesa. Se a compreensão do estilo o faz difícil, posso garantir que a viagem vale o esforço. □

Alírio Dantas Jr.

Av. Domingos Ferreira, 4371/802 – Boa Viagem
51021-040 – Recife – PE – Brasil
aliriojr@elogica.com.br

© Revista de Psicanálise – SPPA





Atenção montador
a página **144** é branca





Normas Gerais de Publicação de Trabalhos* **Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre**

1. Os artigos publicados na *Revista de Psicanálise da SPPA* devem ajustar-se ao que se segue:

- a. O artigo deve ser inédito (excetuam-se trabalhos publicados em anais de Congressos, Simpósios, Mesas Redondas ou Boletins de circulação interna de Sociedades Psicanalíticas locais), quanto a publicações científicas de porte.
- b. O artigo não pode infringir nenhuma norma ética e todos os esforços devem ser feitos de modo a proteger a identidade dos pacientes mencionados em relatos clínicos.
- c. O artigo deve respeitar as normas que regem os direitos autorais.
- d. O artigo não deve conter nenhum material que possa ser considerado ofensivo ou difamatório.
- e. O autor deve estar ciente de que, ao publicar o artigo na *Revista de Psicanálise da SPPA*, ele estará transferindo automaticamente o "copyright" para essa, salvo as exceções previstas pela lei, isto é, fica vedada sua reprodução, ainda que parcial, sem a devida autorização da *Revista*.
- f. O artigo não deve estar sendo encaminhado simultaneamente para outra publicação sem o conhecimento explícito e confirmação por escrito do Editor. A *Revista* normalmente não colocará obstáculos à divulgação do artigo em outra publicação, desde que informada previamente. Quaisquer violações dessas regras, que impliquem em ações legais, serão de responsabilidade exclusiva do autor.
- g. Os conceitos emitidos são da inteira responsabilidade do autor.

2. Os originais deverão obedecer às seguintes exigências mínimas:

- a. Serão entregues, em quatro cópias e disquete, à Editoria da *Revista*, cujo endereço é o da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre – Rua General Andrade Neves, 14, 8º andar, conj. 802A – 90010-210 - Porto Alegre - RS.

* Baseada nas normas e recomendações do *International Journal of Psychoanalysis* e da *Revista Brasileira de Psicanálise*.





Normas gerais de publicação de trabalhos

b. O artigo deverá adequar-se às dimensões deste tipo de publicação. Sugere-se, que, sem comprometer a clareza do texto, sua extensão não ultrapasse as 20 páginas datilografadas, em espaço duplo, em papel formato ofício. Tabelas, gráficos, desenhos e outras ilustrações sob forma de cópias fotográficas devem ser enviadas em duplicatas de tamanho adequado. O conteúdo total de ilustrações não deverá exceder $\frac{1}{4}$ do espaço ocupado pelo artigo; as ilustrações em excesso, se aprovadas, terão seu custo indenizado pelo autor, que será previamente informado.

Solicitamos que os artigos sejam entregues em disquete, observando-se o seguinte: os arquivos devem ser gerados no *Word for Windows* ou formato texto (*.TXT), com a identificação do autor e título do trabalho.

c. Os trabalhos deverão conter, em sua estrutura: Título, Resumo em português e inglês e Referências. A forma de apresentação da discussão dos conteúdos ficará a critério do autor.

d. O resumo deverá ter em torno de 150 palavras e ser capaz de comunicar, ao leitor em potencial, os pontos principais que o autor deseja expressar.

e. O nome do autor deve constar no canto esquerdo, logo abaixo do título, esse indicando a que Sociedade ou Grupo de Estudos pertence, com o correspondente "status".

f. O endereço do autor deverá ser mencionado após as Referências.

3. As Referências deverão incluir os trabalhos estritamente relevantes e necessários, sem se acumular, desnecessariamente, vasta bibliografia. As referências, no decorrer do texto, serão dadas citando-se o nome do autor seguido do ano de publicação entre parênteses, como, por exemplo, Freud (1918) ou (Freud, 1918). Se dois co-autores são citados, os dois nomes deverão ser mencionados, por exemplo Marty & de M'Uzan (1963) ou (Marty & de M'Uzan, 1963). Se houver mais de dois autores, a referência no texto indicará o primeiro, por exemplo: Rodrigues et al. (1983) ou (Rodrigues et al., 1983).

A referência completa das obras citadas figurará na lista das Referências, colocada no final do artigo, lista essa que deverá corresponder exatamente às obras citadas, sem referências suplementares. Os autores serão mencionados em ordem alfabética e suas obras pela ordem cronológica da publicação. (Para as obras de Freud, as datas correspondentes são indicadas entre parênteses na *Standard Edition*). Se vá-





rias obras foram publicadas no mesmo ano, deve-se acrescentar à data de publicação as letras a, b, c, etc.

Quando um autor é citado individualmente e também como co-autor, serão citadas antes as obras em que ele é o único autor, seguidas das publicações em que ele é co-autor.

Os nomes dos autores não serão repetidos, mas indicados por um traço.

Os títulos dos livros e das revistas serão grifados, sendo que as palavras mais significativas serão escritas com a primeira letra maiúscula, o lugar da publicação e o nome do Editor serão igualmente indicados. Se uma referência é dada a partir de outra edição que não a original, a data da edição utilizada deverá figurar no final da referência.

Nos títulos dos artigos (e igualmente nas obras de Freud) somente a primeira palavra figurará em letra maiúscula. O título do artigo será seguido da abreviação grifada do título da revista, do número do volume e dos números da primeira e da última página. Para as abreviações dos títulos das revistas, poder-se-ão consultar os números anteriores ou, no caso de dúvida, citar o nome por extenso.

Nos exemplos seguintes, podem-se observar a utilização das letras maiúsculas, a pontuação, os dados e sua ordem de apresentação:

- BOWLBY, J. (1963). *Attachment and Loss*, Volume 1. New York: Basic Books.
- _____ (1979). Psychoanalysis as art and science. *Int. Rev. Psychoanal.*, 6: 3-14.
- FREUD, S. (1905). *Three essays on the theory of sexuality*. S.E. 7.
- _____ (1914). *Narcisismo: Uma introdução*. ESB. vol. 14, Rio de Janeiro: Imago.
- HOLZMAN, P. S & GARDNER, R. W. (1960). Levelling and repression. *J. Abnorm. Soc. Psychol.*, 59: 151-155.
- KHAN, M. M. R. (1960). Regression and integration in the analytic setting. In *The Privacy of the Self*. London: Hogarth Press, 1974, p. 136-167.
- _____ (1967). From selectiveness to shared living. In *The Human Dimension in Psychoanalytic Practice*, ed. K. A. Frank. New York: Grune & Stratton, p. 115-122.
- SUTHERLAND, J. D. ed. (1958). *Psycho-Analysis and Contemporary Thought*. London: Hogarth Press.
- WALLERSTEIN, R. S. (1972). The future of psychoanalytic education. *J. Amer. Psychoanal. Assn.*, 21: 591-606.





(Foram propositalmente utilizados os exemplos mencionados no *International Journal of Psycho-Analysis*, com o objetivo de apresentar as Referências brasileiras padronizadas de acordo com as normas internacionalmente aceitas.)

Citações literais: Quando se tratar de citações literais, além de checá-las cuidadosamente quanto à sua fidedignidade, indicar o número da página de onde foram retiradas. As *inserções* que forem feitas no texto original serão indicadas dentro de (), como, por exemplo: “ele (Freud) sugeriu que...”. Itálicos no original serão assinalados, sublinhando-se as palavras no texto datilografado. Ênfase adicional, no texto, também será indicada por sublinhado da parte em questão, acrescentando-se “grifos meus”, entre (), no final da citação. Usar reticências para indicar omissões no texto citado, por exemplo: “considerou-se... que assim foi o caso”.

Nota: O autor que desejar obter separatas de seu artigo publicado deverá, na ocasião em que for informado oficialmente pela *Revista* que seu artigo será publicado, informar à Secretaria da *Revista*. Essa obterá, da gráfica, um orçamento para sua confecção que será submetido ao autor para aprovação.

Procedimentos de avaliação

- Todo artigo entregue para publicação será avaliado através de critérios padronizados por, pelo menos, três membros do Comitê Científico da *Revista de Psicanálise da SPPA*.
- O nome do avaliador será mantido sob rigoroso sigilo pela *Revista*, recomendando-se que o mesmo procedimento seja adotado pelo próprio avaliador.
- Sendo o artigo recomendado pela maioria dos avaliadores, será considerado, em princípio, aprovado para publicação. A decisão final quanto à data de sua publicação dependerá do programa editorial estabelecido.

Artigos que não forem publicados num período de (6) seis meses, a partir da data de sua aprovação, serão oferecidos de volta ao seu autor, para que esse tenha a liberdade de submetê-lo a uma outra publicação.





Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Pedidos de assinatura:

Encaminhar este cupom para a secretaria da

Revista de Psicanálise da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

Rua Gen. Andrade Neves, 14 conj. 802-A

90010-210 – Porto Alegre-RS

Tel/Fax: 051 224-3340

Valor da assinatura: R\$ 45,00 – Vol. I/1994
 R\$ 45,00 – Vol. II/1995
 R\$ 55,00 – Vol. III/1996
 R\$ 60,00 – Vol. IV/1997
 R\$ 60,00 – Vol. V/1998
 R\$ 20,00 – Número avulso

NOME

ENDEREÇO

CEP..... CIDADE..... TELEFONE

(Cheque cruzado, nominal à
Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre)





Abril/1998 - Vol. V - Nº 1

S U M Á R I O

EDITORIAL

Virada do milênio: o desafio atual da psicanálise
MAURO GUS - 1

PALAVRA DO PRESIDENTE

A Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre aos trinta e cinco anos
CARLOS GARI FARIA - 3

ARTIGOS

Sobre a condição para se observar em psicanálise ou algumas reflexões sobre memória e desejo em Proust e Bion
CLAUDIO CASTELO FILHO - 9

Clinica das adições e os problemas metodológicos em psicanálise
DAVID MALDAVSKY - 31

O contexto social de nosso tempo e seus efeitos sobre o tratamento psicanalítico
JANINE CHASSEGUET-SMIRGEL - 51

Investigação em metapsicologia
Simbolização em psicanálise
MYRTA CASAS DE PEREDA - 69

Significação ou ressignificação da experiência infantil
R. HORACIO ETCHEGOYEN - 81

Contratransferência: para além de uma visão totalística
SUZANA D. FORTES - 95

ENTREVISTAS

Entrevista com DANIEL WIDLÖCHER - 109

CEM ANOS DE CINEMA E PSICANÁLISE

Comentário sobre o filme A excêntrica família de Antônia
ANETTE BLAYA LUZ - 125

CEM ANOS DE PSICANÁLISE. REVISITANDO OS CLÁSSICOS

Resenha: O estágio do espelho como formador da função do ego (eu) tal como nos é revelado na experiência psicanalítica, de Jacques Lacan

PAULO OSCAR TEITELBAUM - 137 *Comentário sobre O estágio do espelho como formador da função do ego tal como nos é revelado na experiência psicanalítica, de Jacques Lacan*
ALIRIO DANTAS JR. - 141

Revista de Psicanálise

da Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre

